

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

AMR HDIEFA

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MIGRANTES: ENTRE A TEORIA, O DIREITO
INTERNACIONAL E SUAS APLICAÇÕES NO BRASIL

CURITIBA

2019

AMR HDIEFA

A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MIGRANTES: ENTRE A TEORIA, O DIREITO
INTERNACIONAL E SUAS APLICAÇÕES NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Direito, Setor de Ciências Jurídicas, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Direito.

Orientador: Prof. Dr. José Antônio Peres Gediel

CURITIBA

2019

H431p

Hdiefa, Amr

A participação política dos migrantes: entre a teoria, o direito internacional e suas aplicações no Brasil [meio eletrônico] / Amr Hdiefa. - Curitiba, 2019.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Paraná, Setor de Ciências Jurídicas, Programa de Pós-graduação em Direito. Curitiba, 2019.

Orientador: José Antônio Peres Gediel.

1. Migrantes. 2. Participação política. 3. Partidos políticos. 4. Direito internacional. I. Gediel, José Antônio Peres. II. Título. III. Universidade Federal do Paraná.

CDU 341.1

Catálogo na publicação - Universidade Federal do Paraná
Sistema de Bibliotecas - Biblioteca de Ciências Jurídicas
Bibliotecário: Pedro Paulo Aquilante Junior - CRB-9/1626

TERMO DE APROVAÇÃO

Os membros da Banca Examinadora designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação em DIREITO da Universidade Federal do Paraná foram convocados para realizar a arguição da Dissertação de Mestrado de **AMR HDIEFA** intitulada: **A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MIGRANTES: ENTRE A TEORIA, O DIREITO INTERNACIONAL E SUAS APLICAÇÕES NO BRASIL**, sob orientação do Prof. Dr. JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL, que após terem inquirido o aluno e realizada a avaliação do trabalho, são de parecer pela sua aplicação no rito de defesa.

A outorga do título de mestre está sujeita à homologação pelo colegiado, ao atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca e ao pleno atendimento das demandas regimentais do Programa de Pós-Graduação.

CURITIBA, 18 de Dezembro de 2019.



JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



LARISSA LIZ ODRÉSKI RAMINA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



BRUNA PUPATTO RUANO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



ATA DE SESSÃO PÚBLICA DE DEFESA DE MESTRADO PARA A OBTENÇÃO DO GRAU DE MESTRE EM DIREITO

No dia dezoito de dezembro de dois mil e dezenove às 09:30 horas, na sala Sala de Despesas, Pós Graduação em Direito, foram instaladas as atividades pertinentes ao rito de defesa de dissertação do mestrando **AMR HDIEFA**, intitulada: **A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MIGRANTES: ENTRE A TEORIA, O DIREITO INTERNACIONAL E SUAS APLICAÇÕES NO BRASIL**, sob orientação do Prof. Dr. JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL. A Banca Examinadora, designada pelo Colegiado do Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal do Paraná em DIREITO, foi constituída pelos seguintes Membros: JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), TATYANA SCHEILA FRIEDRICH (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ), BRUNA PUPATTO RUANO (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ). A presidência iniciou os ritos definidos pelo Colegiado do Programa e, após exarados os pareceres dos membros do comitê examinador e da respectiva contra argumentação, ocorreu a leitura do parecer final da banca examinadora, que decidiu pela aprovação. Este resultado deverá ser homologado pelo Colegiado do programa, mediante o atendimento de todas as indicações e correções solicitadas pela banca dentro dos prazos regimentais definidos pelo programa. A outorga de título de mestre está condicionada ao atendimento de todos os requisitos e prazos determinados no regimento do Programa de Pós-Graduação. Nada mais havendo a tratar a presidência deu por encerrada a sessão, da qual eu, JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelos demais membros da Comissão Examinadora.

CURITIBA, 18 de Dezembro de 2019.


JOSÉ ANTÔNIO PERES GEDIEL

Presidente da Banca Examinadora (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


TATYANA SCHEILA FRIEDRICH

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


LARISSA LIZ ODRESKI RAMINA

Avaliador Interno (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)


BRUNA PUPATTO RUANO

Avaliador Externo (UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ)



AGRADECIMENTOS

Para quem não me deixou sozinho nos momentos de alegria, medo, fracasso, fome e luta. Para a companheira e o amor da vida: Maram Naser Edin.

Para as escolas da luta popular, o sal da vida: a/os camaradas vivos e mortos do partido comunista Sírio e o partido comunista brasileiro PCB.

Para o casal que mora na nossa casa num vilarejo esquecido, no outro lado do planeta, os camponeses e os professores de dignidade e generosidade: meus pais Hamoud Hdiefa e Ward Hdiefa.

للزوجان اللذان يقطنان في بيتنا في تلك القرية المنسية في الجزء الاخر من الكوكب، الفلاحان و المعلمان
للكرامة و الكرم: أبواي : حمود حديفة و ورد حديفة.

Para meus caros irmãos: Riham, Hama, Rouá, Faiz, Fares e o meu querido Baha.

Para a honra de UFPR, a minha guia ética e teórica, o grande professor, orientador e amigo: Prof. Dr. José Antônio Peres Gediel.

Para a grande defensora dos direitos humanos, a pessoa mais humilde e honesta: professor, orientadora e a amiga: Prof^a. Dr^a. Tatyana Friedrich

Para a Grande professora que sem ela não ia entrar no Curso de Mestrado nem escrever essa Dissertação: Prof^a. Dr^a. Melissa Martins Casagrande.

Para o todo o corpo docente de curso de direito da UFPR, especialmente: Prof^a. Dr^a. Larissa Ramina e Prof^a. Dr^a. Vera Karam.

Para todos os professores e alunos voluntários de programa Política migratória e universidade brasileira, e de programa PBMIH.

Para todos os amigos que me apoiaram desde o começo até o final desse curso: Nathalie Dessartre, Bruna Ruano, Angelica Cheng Furq, Ana Mira, Ana Paula Bittencourt Okamoto, Hamilton Manente, o Tio Farid Carlos Assad, a tia Marcia Assad, Germano e Affonso Assad, Prof^a. Dr^a. Gabi Gonçalves, Maria Beatriz De Souza Alverne, Luana Lubke, Victória Klepa, Prof^a. Dr^a. Elaine Schmitt, Carina Rosa, João Arthur, Sérgio Ricardo Santos Lopes, O tio Esber Al abduh, o irmão Fahed Badra, Glory Gnm Nkialulendo, Sr^a Kamilia Akminasi, Sr^a Maria Do Carmo Manente, Prof^a. Dr^a. Lúcia Peixoto Cherem.

RESUMO

Esta Dissertação tem por objetivo analisar e problematizar a participação política de migrantes, tomando como referência inicial os conceitos de Estado, soberania e cidadania, na modernidade. Esse exame conceitual serve para enfrentar a questão das migrações contemporâneas decorrentes das guerras e crises provocadas pelo capitalismo, em que Estados nacionais são instrumentos incompatíveis para tratar dos deslocamentos forçados de pessoas, cuja condição de migrante é agravada pelos obstáculos à efetivação do direito a participação política. Os migrantes são permanentemente colocados em um estado de “sub cidadania”, que atinge também grupos de indivíduos no interior das sociedades nacionais. Nesse processo histórico de mais de cinco séculos, o Direito Internacional e o Direito Humanitário recuperaram princípios jusnaturalistas dos Direitos Humanos que servem de baliza para suavizar alguns efeitos dessas crises e guerras, mas tornam patentes as contradições do capitalismo ao tratar da questão dos migrantes e sua participação política. A limitação da participação política de migrantes na vida social dos países receptores desses sujeitos é, portanto, um dos aspectos que decorre dos conflitos subjacentes a essas construções políticas e jurídicas modernas. Esse déficit de participação política é trabalhado e se solidifica nos direitos dos Estados nacionais. A participação política de migrantes, no Brasil, é examinada não só a partir desse arsenal conceitual e jurídico internacional, mas também com base na legislação nacional, na percepção das instituições políticas brasileiras, especialmente, partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais, confirmando a atualidade desse dilema.

Palavras-chave: Migrantes. Participação Política. Direito Internacional. Constituição e Lei de Migração brasileira. Partidos e Instituições Políticas.

ABSTRACT

This research analyzes and problematizes the political participation of migrants, starting from the concepts of state, sovereignty, and citizenship in modern times. The examination of these concepts aims to confront the issue of contemporary migrations as a result of wars and crises generated by capitalism, in which national states are incompatible instruments for dealing with the forced displacement of people. Accordingly, the individual's condition as a migrant is aggravated by obstacles to the fulfillment of the right to political participation, and migrants are permanently placed in a condition of "sub-citizenship", which also affects groups of individuals within national societies. In this historical process of over five centuries, International Law and Humanitarian Law have reintroduced natural justice principles of human rights that help soften some effects of these crises and wars, but that also reveal the contradictions of capitalism in dealing with the issue of migrants and their political participation. The restriction of migrants' political participation in the social life of the receiving countries is, therefore, one of the aspects that stems from the conflicts underlying these modern political and legal constructions, and this deficit of political participation is accommodated and solidified in the laws of national states. Hence the political participation of migrants in Brazil is examined not only based on this international conceptual and legal background, but also on the national legislation and the perspective of Brazilian political institutions, especially political parties, unions and social movements, thus confirming the presentness of this dilemma.

Keywords: Migrants. Political Participation. International Law. Brazilian Constitution and Migration Law. Political Parties and Institutions

ملخص

تهدف هذه الرسالة إلى تحليل وتمحيص المشاركة السياسية للمهاجرين ، استناداً على مفاهيم الدولة والسيادة والمواطنة في الحداثة، كمرجع أولي للدراسة. يعمل هذا الفحص المفاهيمي على معالجة مسألة المشاركة السياسية في ظروف الهجرات المعاصرة الناتجة عن الحروب والأزمات التي أثارها الرأسمالية ، والتي تعتبر فيها (الدول القومية) أدوات غير متوافقة للتعامل مع النزوح القسري للأشخاص ، الذين يتفاقم وضعهم كمهاجر بسبب العقبات التي تحول دون إعمال هذا الحق. يتم وضع المهاجرين بشكل دائم في حالة "المواطنة الفرعية أو ما دون المواطنة" ، والتي يتشاركونها أيضاً مع مجموعات من الأفراد داخل المجتمعات الوطنية. في هذه العملية التاريخية التي استمرت لأكثر من خمسة قرون ، أنشأ القانون الدولي والقانون الإنساني مبادئ حقوق الإنسان التي كانت بمثابة منارات لتخفيف بعض آثار هذه الأزمات والحروب ، ولكنها توضح تناقضات الرأسمالية في التعامل مع قضية المهاجرين وحقوقهم في المشاركة السياسية. وبالتالي فإن الحد من المشاركة السياسية للمهاجرين في الحياة الاجتماعية للبلدان المضيفة، هو أحد الجوانب التي تنبع من الصراعات الكامنة وراء هذه الهياكل السياسية والقانونية الحديثة. هذا العجز في المشاركة السياسية يعمل ويتعزز في الانتاج الحقوقي (أي القوانين) للدول القومية. لا يتم فحص المشاركة السياسية للمهاجرين في البرازيل من هذه الترسنة المفاهيمية والقانونية الدولية فحسب ، بل أيضاً على أساس التشريعات الوطنية ، وعلى تصور المؤسسات السياسية البرازيلية ، وخاصة الأحزاب السياسية والنقابات والحركات الاجتماعية ، بشكل يؤكد راهنية هذه المعضلة.

كلمات مفتاحية: 1- المهاجرين. 2- المشاركة السياسية. 3- القانون الدولي. 4- الدستور البرازيلي وقانون الهجرة. 5- الأحزاب والمؤسسات السياسية.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 1 – PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MIGRANTES	96
GRÁFICO 2 – DISPOSIÇÃO DOS MIGRANTES EM PARTICIPAR DA POLÍTICA	97

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – APLICAÇÕES CONTEMPORÂNEAS DOS DIREITOS DE VOTO DE MIGRANTES (CASOS NACIONAIS INDIVIDUAIS).....	78
QUADRO 2 – PARTICIPAÇÃO NA PESQUISA DE LÍDERES SINDICAIS E PARTIDÁRIOS.....	98
QUADRO 3 – OS DIREITOS RELACIONADOS AO PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, QUE OS LÍDERES SINDICAIS GOSTARIAM DE TER, CASO RESIDISSEM NO EXTERIOR	99
QUADRO 4 – OS DIREITOS RELACIONADOS AO PARTICIPAÇÃO POLÍTICA, QUE OS LÍDERES PARTIDOS POLÍTICOS, GOSTARIAM DE TER, CASO RESIDISSEM NO EXTERIOR	99

LISTA DE ABREVIATURAS OU SIGLAS

ACNUR	- Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
OSCE	- Organization for Security and Co-operation in Europe
ODIHR	- Office for Democratic Institutions and Human Rights
PIDCP	- Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos
DNI	- Documento de Identidade Nacional
UE	- União Europeia

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
1.1	JUSTIFICATIVA OU RAZÕES DA PESQUISA	221
1.2	OBJETIVOS	22
1.3	METODOLOGIA.....	22
2	ESTADO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: A GUERRA DOS CONCEITOS	23
2.1	CONCEITO E DEFINIÇÕES DE ESTADO	23
2.2	O ESTADO COMO REALIDADE POLÍTICA, COMO ENTIDADE SOCIAL E FORMAS JURÍDICAS	26
2.3	O ESTADO COMO IDEIA FILOSÓFICA ABSTRATA.....	30
3	CIDADANIA: UM CONCEITO EM DISPUTA.....	33
3.1	COMPONENTES DA CIDADANIA	38
3.2	PERSPECTIVAS ATUAIS	40
4	PARA ALÉM DA CIDADANIA: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO DIREITO FUNDAMENTAL DO SER HUMANO.....	41
4.1	OS DIREITOS HUMANOS E AS LIBERDADES FUNDAMENTAIS NA FILOSOFIA POLÍTICA.....	44
4.2	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: ASPECTOS CONCEITUAIS JURÍDICOS E PRÁTICOS	48
4.3.	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E DEMOCRACIA	50
4.4	MIGRANTES E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA.....	57
5	GARANTIAS E LIMITES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MIGRANTES NO DIREITO INTERNACIONAL.....	59
5.1	CARÁTER OBJETIVO DOS DIREITOS HUMANOS	60
5.2	LIMITAÇÕES AOS DIREITOS HUMANOS, CIVIS E POLÍTICOS NOS INSTRUMENTOS DE DIREITO INTERNACIONAL.....	64
6	APLICAÇÕES DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MIGRANTES	76
6.1	O DIREITO DE VOTO DA PESSOA MIGRANTE.....	76
6.2	ANTECEDENTES E SITUAÇÃO ATUAL	77
7	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA PESSOA MIGRANTE NO BRASIL	90
7.1	ASPECTOS NORMATIVOS	90

7.2	PARTICIPAÇÃO NAS ATIVIDADES SINDICAIS E PARTIDÁRIAS DOS MIGRANTES NO BRASIL	93
7.3	PARTICIPAÇÃO POLÍTICA E EFETIVIDADE: ANÁLISE DOS RESULTADOS DA PESQUISA	95
8	CONSIDERAÇÕES FINAIS	100
	REFERÊNCIAS	106
	ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO DE ENTREVISTAS	108

1 INTRODUÇÃO

A questão da migração tem sido relevante nas últimas duas décadas, devido a suas consequências econômicas e sociais no ambiente de crise do capitalismo global. Antes e depois da guerra dos Estados Unidos contra o Afeganistão e, posteriormente, contra o Iraque, até a eclosão de catástrofes sociais no mundo árabe, esse fenômeno se aprofundou.

Com a denominada “primavera árabe”, houve o aumento do saque organizado dos países africanos por empresas internacionais. As disputas políticas entre as grandes potências visaram à queda de governos menos favoráveis ao Ocidente e provocaram a reorganização do poder político nesses países, gerando novas situações de violência e guerra, que resultaram em grandes deslocamentos humanos, internos e internacionais.

É possível tratar do fenômeno da migração, demonstrar seus efeitos e apontar soluções, apenas por meio da análise de quadros jurídicos do Direito Internacional, de leis locais e de suas raízes históricas, até chegar a sua forma jurídica atual, especialmente, por meio de tratados internacionais relacionados ao asilo ou refúgio.

As Cartas de Direitos e Tratados sobre os Direitos Humanos e o desenvolvimento da democracia têm sido frequentemente associados a desafios, como a integração dos imigrantes nas comunidades anfitriãs, tanto que o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR) consolidou essas propostas em seu Relatório “Um novo começo”¹, sobre a integração de refugiados na Europa.

No Brasil, o Supremo Tribunal Federal ainda não discutiu essa matéria, e o governo brasileiro não tem uma definição clara do modelo de integração de refugiados ou migrantes na sociedade brasileira. Na prática, o processo de integração de refugiados é complexo e depende de vários fatores referentes ao próprio refugiado, à situação do país de origem e à política migratória do país de acolhida.

Em síntese, o processo de integração contém, pelo menos, três dimensões, como assinalou o Relatório Um novo começo:

¹ (A new beginning) Refugee Integration in Europe, United Nations High Commissioner for Refugees, Bureau for Europe, September 2013

a) dimensão dos direitos: o refugiado goza de direitos que o tornam igual a outros cidadãos. Estes direitos incluem a liberdade de circulação, a educação, o acesso ao mercado de trabalho e aos serviços de saúde, garantindo sua permanência no país, de forma digna;

b) dimensão econômica: uma pessoa deve poder organizar sua vida em termos econômicos e ser capaz de contribuir para a vida econômica do país de acolhimento;

c) dimensão cultural e social: Os refugiados devem gozar de condições de adaptação ao novo ambiente, sem que sofram discriminação ou racismo por parte da comunidade que os acolhe.

Contudo, nessas noções e definições de integração, há algo ambíguo que pode levar a contradições quanto à participação política de migrantes e refugiados. O simples fato de as definições jurídicas, em geral, não mencionarem as dimensões econômica e cultural da integração já resulta em obstáculo que impede a integração em toda a sua extensão. Essa ambiguidade pode ser observada, até mesmo, na Declaração Universal dos Direitos Humanos, nos artigos 14, 19, 20, 23, n.ºs 4, 28 e 30.²

Tanto é assim que não existe legislação específica sobre esse tema. Por outro lado, existem obstáculos jurídicos em âmbito nacional e internacional, pois a integração encontra barreiras no princípio da cidadania, na sua forma clássica, e no princípio da soberania estatal sobre o seu território, que pode se estender além das fronteiras do Estado.

Por tais razões, esta Dissertação busca enfrentar essas questões jurídicas, prementes e contemporâneas, em um momento em que o número de refugiados excede 200 milhões, sem contar com o número de migrantes sem o *status* de refugiado.

A análise desse tema exige, principalmente, o aprofundamento de conceitos clássicos, como Estado, soberania e cidadania, que se encontram profundamente afetados pelos movimentos migratórios contemporâneos e pela necessidade de oferecer asilo ou refúgio a cidadãos, que têm suas vidas e seus direitos colocados em

² Disponível em <https://www.ohchr.org/EN/UDHR/Pages/Language.aspx?LangID=por> Acesso em 20/10/2019

risco por guerras e conflitos de grande violência, em diferentes contextos socioculturais.

O exame da temática requer, ainda, a reflexão sobre o sentido e o alcance dos Direitos Humanos, na contemporaneidade, e seu impacto na vida em sociedade. Essa reflexão se faz necessária para verificar em que sentido o aparato jurídico nacional é capaz de absorver os princípios e normas internacionais, para enfrentar esse conflito societário em sua intersecção com a vida dos países que acolhem refugiados e migrantes, ou se permanece assentado sobre a noção de soberania nacional.

Em relação ao Estado, a primeira impressão é de que se trata de uma criação intelectual, atemporal, desvinculada da vida social e das necessidades humanas. O Estado aparece como uma organização, um corpo, que em tese tem por finalidade proteger os interesses comuns de ataques internos e externos.

Segundo essa visão abstrata, uma vez que nasce, o Estado torna-se independente da sociedade, tanto dos grupos que estão à frente dessa organização quanto dos demais indivíduos. O Estado é imaginado como um instrumento para controlar os conflitos entre as classes internamente e para assegurar o controle de uma classe sobre outra, mas também para estabelecer relações com outras sociedades organizadas sob a forma estatal.

A luta de classes coloca a classe oprimida contra a classe dominante e torna-se, necessariamente, uma luta política, sobretudo, contra o domínio político da outra. O reconhecimento da ligação entre a luta política e a sua base econômica é velado e, por vezes, completamente ignorado pelos teóricos e pelos juristas. Mas seu reconhecimento não desaparece para os militantes políticos alinhados na busca de emancipação da classe dominada.

No seu processo histórico de formação, o Estado tornou-se uma força independente da sociedade e criou uma ideologia. O que se entende aqui é, justamente, que a relação com as realidades econômicas acaba desaparecendo completamente para os profissionais da política e os teóricos da lei estatal. Em cada caso particular, as realidades econômicas devem assumir a forma e as razões de direito acolhidas pela lei. Essas considerações podem ser extraídas da obra completa

de Friedrich Engels, e da obra de Ludwig Feuerbach, o Fim da Filosofia Alemã. (tradução nossa)³

E, neste particular, os Direitos Humanos não diferem dos direitos nacionais, porque não se destinam a alterar a realidade econômica – seu conteúdo econômico é fraco e por vezes inexistente, aspecto de suma importância para análise da integração e participação política dos refugiados e migrantes, em países de acolhida.

Percebe-se, portanto, que o conceito do Estado tem se alterado historicamente a partir dos aspectos políticos, filosóficos e jurídicos, e tem sido abordado por muitas teorias, mas pouco tem se analisado sobre o direito à participação política de refugiados e migrantes. Justifica-se, então, uma análise do conceito de Estado, para que possamos enquadrar o assunto intelectual e espacialmente.

Como resultado inevitável dessa análise, chega-se a uma sequência de conclusões, especialmente no que diz respeito à participação política de refugiados e migrantes. A partir daí, é necessário avançar para um segundo pilar dessa análise conceitual, a saber, o conceito de cidadania, entendido de forma crítica na sua dimensão histórica e jurídica, porque suas alterações o tornaram ambíguo e obscuro, difícil de alcançar uma definição mais abrangente. Também é necessário perceber que existe uma inter-relação entre cidadania e nacionalidade, o que torna a questão da migração e do refúgio ainda mais complexa.

As alterações sofridas pela cidadania, ao longo de seu percurso histórico, devem-se, sobremaneira, às lutas por participação política do povo, das massas, em confronto com as elites dominantes que sempre procuraram e continuam a impedir a participação popular nas decisões políticas do Estado.

Na Teoria do Direito, o conceito de cidadania nasce vinculado ao direito à participação política. No discurso dos Direitos Humanos, esse direito aparece como um direito fundamental do ser humano, ao lado de outros como direito à vida,

ان الدولة تبدو لنا كقوة فكرية فوق الانسان. لان المجتمع ينشأ جهازا لحماية مصالحه المشتركة من الهجمات الداخلية والخارجية وهذا الجهاز هو سلطة الدولة. وما ان يولد حتى يجعل نفسه مستقلا عن المجتمع. وينجح في ذلك بقدر ما يصبح جهاز طبقة معينة واحدة. ويقدر ما يحقق سيطرة هذه الطبقة بصورة مباشرة. ونضال الطبقة المضطهدة "بالفتح" ضد الطبقة الحاكمة يصبح بالضرورة نضالا سياسيا. نضالا موجها قبل كل شي ضد السيطرة السياسية لهذه الطبقة. وادراك الصلة بين هذا النضال السياسي وقاعدته الاقتصادية يقل. وفي بعض الاحيان يختفي ... تماما. ولكنه اذا كان لا يختفي دائما عند المناضلين فانه يندم غالبا عند المؤرخين غير ان الدولة حينما تصبح قوة مستقلة ازاء المجتمع احدثت حالا ايدلوجية جديدة. والمقصود هنا بالضبط ان العلاقة مع الوقائع الاقتصادية تختفي بصورة تامة عند محترفي السياسة واصحاب نظريات قانون الدولة. وحقوقيين القانون المدني. وفي كل حالة خاصة ينبغي للوقائع الاقتصادية ان تأخذ شكل اسباب حقوقية من اجل ان يصادق عليها القانون. ومن البديهي انه ينبغي عند ذلك حسابان الحساب الكامل لنظام .. القانون القائم. ولذلك يبدو الشكل الحقوقي كانه كل شي اما المحتوى الاقتصادي فلا شي

nacionalidade e expressão de opinião, entre outros. Há, contudo, divergência sobre o conteúdo e o significado do direito à participação política.

O direito à participação política nas Cartas e leis nacionais e internacionais é necessário, mas ainda não é suficiente, pois deve haver salvaguardas eficazes para garantir a aplicação prática e a proteção dos direitos de participação política, especialmente com os déficits claros e crônicos, apesar dos vários mecanismos de garantia estabelecidos para esse fim, como os de relatórios, reclamações, dispositivos, comitês internacionais.

A importância dessas garantias surgiu no quadro de busca de proteção efetiva dos direitos de participação política, ao mesmo tempo que os direitos não podem ser dissociados entre eles, já que a participação política não pode existir sem o direito de não ser submetido à tortura. As restrições são determinadas pela situação política e ideológica dos governos em cada Estado, mas isso não significa que não existam normas internacionais para essas restrições; embora os direitos não sejam absolutos, as restrições não o são.

Apesar do desenvolvimento dos conceitos de democracia e cidadania, a maioria dos países do mundo ainda não reconhecem o direito do estrangeiro à participação política, no entanto, muitos países têm caminhado nesta direção de forma avançada. É claro que o método difere do estabelecimento da exigência de naturalização para adquirir este direito, incluindo o direito de filiar-se ao partido político ou a entidade sindical, ou a associações com fins pacíficos.

Outros ordenamentos jurídicos admitem o direito ao voto para os estrangeiros, em eleições municipais ou estaduais, mas não atingem o âmbito nacional. A esse respeito, o Brasil, depois da publicação da nova Lei de Imigração nº 13.445, de 24 de maio de 2017⁴, colocou-se em um lugar internacionalmente avançado em termos de respeito aos direitos do estrangeiro e de igualdade com os cidadãos nacionais.

Admitiu o direito à manifestação política pacífica, de filiar-se e votar em sindicatos e entidades profissionais, além do direito de formar associações e partidos e de participar em todas as atividades de natureza política, em âmbito federal ou estadual. Contudo, o direito de voto é restrito às eleições para deputados estaduais, governadores, vereadores e prefeitos, não atingindo o voto para Presidente da

⁴ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em 30/11/2019

República e para o Congresso Nacional, conforme previsto no artigo 14 da Constituição Federativa do Brasil de 1988.

Mesmo que alguns aspectos da participação política do estrangeiro sejam regulados, o que importa é a reflexão dessa legitimidade sobre a prática concreta. Pode-se perguntar se todos os estrangeiros no Brasil estão engajados na vida política, especialmente partidária ou sindical, ou, ainda, se os diferentes partidos e sindicatos têm estatísticas precisas sobre essa participação. E, também, se a participação política é limitada às pessoas estrangeiras físicas ou é alargada a pessoas estrangeiras jurídicas.

1.1 JUSTIFICATIVA OU RAZÕES DA PESQUISA

Em primeiro lugar, esta pesquisa decorre do meu desejo, como imigrante no Brasil, de buscar garantias jurídicas para o direito de expressar minha opinião e de exercer atividade política de forma efetiva, e não apenas teoricamente ou de forma limitada à minha profissão.

Além disso, não estou convencido do efetivo acesso aos direitos na sociedade, pois entendo que eles resultam de uma luta de classes e de forças sociais. Todo direito deve, portanto, ser demandado para ser reconhecido.

Finalmente, porque entendo que os milhões de sírios que foram forçados a sair do seu país por causa da guerra imperialista contra a Síria não devem viver em seus países de acolhimento com uma situação jurídica de cidadania incompleta ou até mesmo com privação de exercício de direitos fundamentais.

Portanto, pretendo estudar e aprofundar os fundamentos filosóficos e jurídicos do conceito de participação política e demonstrar a aplicação desse direito no Brasil, esperando que esta pesquisa se torne o início de outra futura mais adequada para criticar as implicações sociais dos Direitos Humanos e do Direito Internacional, na sociedade capitalista ocidental.

A par das razões subjetivas já expressas, identifico no que se refere a justificativa da pesquisa algumas razões objetivas. Em primeiro lugar, a ausência de uma disposição explícita na maioria dos instrumentos internacionais, especialmente na Declaração Internacional dos Direitos Humanos e do Pacto Internacional dos

Direitos Civis e Políticos⁵ sobre o direito do estrangeiro de participar na política dos países de acolhimento. As disposições constantes desses documentos limitam o exercício desse direito aos cidadãos no sentido tradicional, sem pensar que a cidadania é um conceito dinâmico, como tem se afirmado constantemente a partir da ideia de universalização dos Direitos Humanos.

Na formulação da previsão e regulação jurídica do direito à participação política dos refugiados e migrantes em seus países de acolhimento, reside o ponto de identificação das contradições verificáveis no Direito nacional e no Direito Internacional, uma vez que ambos refletem os fundamentos políticos e econômicos que acompanharam a sua criação e aplicação. Essa contradição, contudo, não é identificada por muitos teóricos que buscam justificativas racionais para sua permanência.

1.2 OBJETIVOS

Constitui objetivo geral da pesquisa analisar a existência e a extensão do direito à participação política de migrantes e refugiados no Brasil tomando como ponto de partida o exame dos conceitos de Estado, cidadania e soberania, colocados à prova pelas constantes alterações provocadas pela globalização econômica, à luz de princípios e normas formulados em declarações e tratados internacionais dos Direitos Humanos e do Direito Humanitário.

São objetivos específicos: (i) identificar e estudar o desenvolvimento de conceitos políticos e jurídicos que estão na base teórica do direito à participação política de migrantes e refugiados; (ii) examinar as garantias internacionais do exercício deste direito e suas restrições no Direito Internacional; (iii) analisar a aplicação deste direito em alguns países e, particularmente no Brasil, tendo como contraponto a efetiva participação desses sujeitos nos quadros sindicais e partidários brasileiros.

1.3 METODOLOGIA

O método descritivo é o mais expressivo na elaboração da dissertação para iniciar uma análise crítica dos conceitos e definições de Estado, cidadania e soberania, sua concepção atual e elementos essenciais.

⁵ Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/1990-1994/d0592.htm Acesso em 30/11/2019.

Para o desenvolvimento da pesquisa, também foi utilizado o método descritivo, sobretudo, para abranger a análise do Direito Internacional e do Direito brasileiro, no que se refere à participação política dos migrantes e refugiados, nos seus países de acolhimento.

O direito à participação política dos migrantes e refugiados requereu não só a análise de seus referenciais em termos conceituais e jurídicos, mas o exame da relação entre o seu desenvolvimento e as questões econômicas e políticas já analisadas. Para concluir essa parte, foi realizada a análise das salvaguardas e limitações deste direito nos âmbitos internacional e brasileiro.

O método empírico foi utilizado por meio de entrevistas qualitativas realizadas com lideranças partidárias e sindicais no Estado do Paraná, para aferir a presença ou não dessa questão teórica na vida dessas organizações de caráter político e social. O resultado dessa pesquisa foi expandido para verificar a eficácia dos conceitos já analisados.

Nesse percurso metodológico, a escassez de referências especializadas sobre o tema foi a principal dificuldade, pois muitas vezes a questão se encontra diluída na temática da migração ou da proteção dos migrantes no Direito Internacional e Humanitário. No Direito brasileiro, também há pouca produção sobre esse tema em virtude da sua recente mudança legislativa.

A falta de referências resultou também na necessidade de interpretação da Lei brasileira e da política migratória brasileira, com base em experiências legislativas estrangeiras e elementos extraídos do Direito Internacional, para enfrentar questões jurídicas, na tentativa de construir um argumento jurídico que apoie os objetivos da pesquisa.

Na falta de estatísticas e dados precisos sobre o número de migrantes e refugiados envolvidos no trabalho sindical ou partidário no Brasil buscou-se uma resposta qualitativa durante as entrevistas que sustentam algumas das conclusões da pesquisa. Os muitos obstáculos para a realização das entrevistas também podem ser apresentados como dificuldades na elaboração desta dissertação.

As dificuldades objetivas tornaram-se ainda mais salientes diante das dificuldades subjetivas, entre elas a maior dificuldade a ser enfrentada foi o idioma, porque sou um migrante no Brasil, desde 2014. Além disso, há uma evidente diferenciação cultural que se torna mais significativa no campo da cultura jurídica. Soma-se a essas dificuldades o fato de o Brasil não contar com Políticas Públicas que

garantam uma estabilidade econômica e que permitam vislumbrar um futuro estável para os migrantes e refugiados.

2 ESTADO, CIDADANIA E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA: A GUERRA DE CONCEITOS.

2.1. CONCEITO E DEFINIÇÕES DE ESTADO

Nos períodos identificados, pela historiografia ocidental, como Idade Antiga e a Idade Média foram caracterizadas pela ausência de uma organização política abrangida pelo conceito de Estado em sua forma atual, de forma que várias denominações foram utilizadas para descrever essa forma de organização política, tais como, império, sultanato e os reinos. Mas a maioria dos reinos dominantes na Idade Média, na Europa, governou em nome da religião, isto é o poder político tinha como forma de legitimação e sustentação a autoridade eclesiástica da igreja originada na figura divina.

Como reflexo disso, as disputas territoriais dos reinos ganharam uma dimensão religiosa e conseqüentemente dinástica, uma vez que o poder político tinha sua origem na legitimação na sua origem divina. A “Guerra dos 30 anos”, iniciou um processo de mudança na organização do poder dos reinos. Com a assinatura do *Tratado de Westphalia*, em 1648, terminou a guerra religiosa e diminuiu a intervenção da autoridade da Igreja no julgamento das disputas territoriais. Estabeleceu, também, um novo modelo de organização política dos países europeus, mais tarde conhecido como o Estado moderno, que se disseminou na Europa e posteriormente por todo o mundo.

Desde sua fundação, na esteira do Tratado de *Westphalia*, o Estado tem sido uma das realidades da vida política contemporânea, que gradualmente se consolidou como a base da atual ordem internacional.

Embora o Estado seja considerado uma instituição necessária, sua definição é ampla e diversa. Pode-se argumentar que a definição do Estado traduz um conflito ideológico em si, já que as várias definições resultam de diferentes teorias da função do Estado. O termo "Estado" refere-se a uma variedade de diferentes sentidos, dispondo sobre um conjunto particular de fenômenos políticos.

O termo Estado (do latim *status*: modo de estar, situação, condição) data do século XIII e se refere, hoje, a qualquer país soberano, com estrutura própria e

politicamente organizado, bem como designa o conjunto das instituições que controlam e administram uma nação.

O Estado tem várias definições elaboradas por muitas instituições, especialmente as europeias, como “organização política compulsória com um governo centralizado que contém um monopólio sobre o uso legítimo da força dentro de um determinado território geográfico”⁶. No entanto, a definição mais comum do conceito de Estado é a definição do pensador alemão Max Weber:

O Estado é uma relação de homens dominando homens, relação mantida por meio da violência legítima (isto é, considerada como legítima). Ele é uma comunidade humana que pretende, com êxito, o monopólio do uso legítimo da força física dentro de um determinado território (*WEBER, Max, a política como vocação, editora damasco, 2009, p.45.*)

Muitos juristas entendem o Estado como "uma entidade regional tem soberania dentro das fronteiras e além, e as forças monopolistas e ferramentas de coerção" (Abo Alwafa, Saraj).

Outra definição é da Convenção de Montevideu sobre os Direitos e Deveres dos Estados, de 1933: “Uma área de terra com população permanente, um território específico e um Governo capaz de manter e controlar efetivamente seu território e a condução de relações internacionais com outros Estados.”⁷

Apesar da aparente simplicidade que apresenta o termo Estado, seu conceito pode ser lido do ponto de vista político, se considerarmos o Estado como fato político, diante da comunidade internacional, em que as relações são estabelecidas entre unidades políticas autônomas ou analisado do ponto de vista jurídico como instrumento para elaborar a relação entre unidades políticas desiguais em vigor com base na justiça e igualdade.

Do ponto de vista do Direito Internacional, as relações entre os Estados devem basear-se no princípio da igualdade soberana.

O Estado, para além de todos esses conceitos, é uma ideia filosófica abstrata, porque o surgimento de sociedades políticas organizadas não é conhecido ou historicamente documentado. Na ausência desse conhecimento histórico documentado, existem teorias, visões ou ideias de natureza filosófica que tentam

⁶ Cudworth et al., 2007: p. 95. Salmon, 2008: p. 54 Archived 15 May 2016 at the Wayback Machine.

⁷ Convenção Sobre Direitos E Deveres Dos Estados. Assinada em Montevideu, Uruguai, em 26-12-1933. No Brasil, foi aprovada pelo Dec. Legislativo nº 18, de 28-8-1936, e promulgada pelo Dec. nº 1.570, de 13-4-1937. Art. 1º.

explicar a origem do Estado ou, mais precisamente, o elemento mais importante dele, a autoridade política organizada.

O Estado é finalmente um ser social, porque um dos seus elementos mais importantes são os seres humanos, que possuem laços especiais que os tornam capazes de uma vida comum. Portanto, apresento uma breve visão geral do conceito de Estado, sua origem e questões levantadas a partir de vários aspectos.

2.2. O ESTADO COMO REALIDADE POLÍTICA, FORMAS JURÍDICAS E ENTIDADE SOCIAL

O Estado tem sido considerado, desde a sua funcionalização para atuar nos processos de paz e guerra, na esteira do Tratado de Westphalia em 1648, se apresenta como uma das realidades da vida política contemporânea, que gradualmente se consolidou para se tornar a base da atual ordem internacional. Isso é confirmado pelo fato de que o número de Estados Membros das Nações Unidas é próximo de 185, enquanto o da Liga das Nações⁸ não excedeu 40 Estados, no período entre as duas guerras.

Considerações políticas também desempenham um papel importante no surgimento e desaparecimento dos Estados. Por exemplo, o mapa político do mundo mudou três vezes durante o século XX. A primeira e a segunda guerras mundiais resultaram no desaparecimento de países e na emergência de muitos outros no cenário europeu. Os movimentos anticoloniais no período pós-Segunda Guerra Mundial fizeram com que muitos países da África, Ásia e América Latina conquistassem independência e aparecessem pela primeira vez no cenário da política internacional.

Os novos Estados podem surgir também por meio da unidade. Isso aconteceu com alguns países europeus, como a Alemanha e a Itália durante o século XIX, e com muitos outros, incluindo países árabes, como a União da Síria e Egito em um país só (República Árabe Unida), em 1958.

À medida que os novos Estados emergem como resultado da unidade e integração, eles podem surgir como resultado da desintegração e separação. Foi o

⁸ Disponível em <https://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeira-republica/LIGA%20DAS%20NA%C3%87%C3%95ES.pdf>. Acesso em 30/11/2019

que aconteceu quando a União Soviética entrou em colapso e se desintegrou em um grande grupo de países, alguns dos quais surgiram pela primeira vez como Estados independentes na ONU. Essa separação pode ocorrer pacificamente, como no caso da antiga Tchecoslováquia, assim como por meios violentos ou pela guerra, como no caso da Iugoslávia.

No entanto, a divisão política do mundo não se estabilizou, por isso não pode ser considerada definitiva. As perspectivas de unidade e integração entre as nações, assim como as perspectivas de desintegração, divisão e separação dentro dos Estados existentes, ainda estão em vigor. Embora reconhecendo, pelo menos em teoria, o direito dos povos à autodeterminação, o que significa o reconhecimento do direito de cada povo de estabelecer seu próprio Estado independente, a implementação desse princípio continua a enfrentar muitas dificuldades.

Não é suficiente para uma unidade política ter os três componentes necessários (território, população e poder) para que os Estados possam operar normalmente sem obstáculos, especialmente na arena internacional. O reconhecimento da comunidade internacional do Estado incipiente é essencial para que possa desempenhar facilmente as suas funções.

O reconhecimento é um processo pelo qual a personalidade jurídica de uma unidade política é legalizada e seu direito de se juntar à comunidade internacional é reconhecido como um novo Estado com os mesmos direitos e obrigações que os outros já existentes. Contudo, deve ser feita uma distinção entre o reconhecimento do Estado e o reconhecimento do Governo. O reconhecimento do Estado é geralmente único e permanece enquanto este tiver sua própria personalidade e capacidade jurídica internacional. Porém, os governos sempre estão mudando, mas não há necessidade de reconhecer cada novo governo, especialmente se houver uma mudança de formas pacíficas e democráticas. Porém, quando o novo governo é resultado de mudanças importantes e repentinas, por meio de uma revolução popular ou de um golpe militar, esse reconhecimento é mais complexo.

O reconhecimento de um novo governo é reflexo do desejo de um Estado em estabelecer relações formais.; O reconhecimento de um Estado não implica necessariamente o reconhecimento de um governo que possa controlar este Estado a qualquer momento. No entanto, um governo que não fornece reconhecimento internacional adequado enfrenta sérias dificuldades na condução de seus assuntos

externos. O reconhecimento de governos pode ser explicitado se uma declaração especial for feita e pode estar implícita na troca de missões diplomáticas e consulares.

O reconhecimento dos Estados levanta muitas questões contenciosas no Direito Internacional: o reconhecimento não é um fator fundamental da criação de novos Estados e, portanto, não é uma das regras estabelecidas, mas preestabelecida para a existência desses Estados ou a divulgação da sua existência. A importância do reconhecimento para um Estado ou Governo, em última análise, é que implica o reconhecimento pela comunidade internacional da soberania desse Estado e o exercício por parte do seu governo de autoridade efetiva. Soberania é a característica mais importante do Estado.

A palavra soberania (*sovereignty*) é derivada da origem latina (*superanus*) e seu significado supremo, o autor da palavra final. Quando dizemos que o Estado é soberano, há duas questões de grande importância:

- primeiro, o Estado tem poder absoluto para confrontar seus nacionais dentro do seu território.

- segundo, o Estado não está sujeito a uma autoridade superior na comunidade dos Estados.

Jean Bodin (1530-1596)⁹, pensador francês, foi o primeiro a usar essa palavra para denotar o significado político desenvolvido até agora. Entretanto, é útil distinguir entre soberania em seu sentido legal e soberania em seu sentido político.

No sentido legal, soberania significa a pessoa autorizada por lei, ou o corpo habilitado por lei, a ter qualquer poder para emitir ordens finais que não sejam puníveis ou rejeitadas.

Quanto ao significado político da soberania, referimo-nos à legitimidade da autoridade que exerce soberania em nome do Estado e de sua conta. No sentido político, a soberania é o povo, com seu livre arbítrio, escolher por meio das urnas os governantes e manifestar-se em seu favor.

Também pode ser útil aqui distinguir entre soberania legal e soberania real. A soberania real é incorporada pela autoridade à qual os cidadãos estão sujeitos e a

⁹ O conceito de "soberania" foi teorizado por Bodin no primeiro livro de sua obra Os seis livros da República (1576), no qual sustentava a seguinte tese: a monarquia francesa é de origem hereditária; o rei não está sujeito a condições postas pelo povo; todo o poder do Estado pertence ao Rei e não pode ser partilhado com mais ninguém (clero, nobreza ou povo).

cujas ordens obedecem, independentemente de tal autoridade ser legítima ou ilegítima, seja legal ou ilegal.

Como a autoridade legal é a autoridade fornecida pela lei ou pela constituição, é fácil identificar, diferentemente do poder real que às vezes é difícil de definir e que pode estar oculto. Portanto, às vezes pode haver uma lacuna entre a autoridade real e a autoridade legal ou legítima. No entanto, a autoridade legítima ou legal, que não pode exercer seu controle, está destinada a desaparecer, e a autoridade de fato é gradual e transformada em autoridade legal, especialmente se as leis conferirem à autoridade de fato um *status* legal firme. Em todos os casos, o Estado de soberania não depende da legitimidade ou ilegalidade da pessoa que exerce autoridade efetiva sobre ele.

Quando o Estado exerce sua soberania dentro de seu território, ela aplica-se ao povo dentro das suas fronteiras políticas, ou seja, tem um lado relacionado ao povo e outro relacionado ao Território.

Soberania interna significa a liberdade do Estado de escolher um sistema de governo apropriado às suas próprias condições econômicas, culturais e sociais, controlar seus recursos naturais dentro de suas fronteiras territoriais em terra, mar e ar, e impor suas leis a todos os residentes, sejam cidadãos ou estrangeiros.

Jean-Jacques Rousseau transfere o conceito de soberania da pessoa do governante para todo o povo, entendido como corpo político ou sociedade de cidadãos. A soberania é inalienável e indivisível e deve ser exercida pela vontade geral, denominada por soberania popular. Interessante notar que o termo soberania popular pode ser visto na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 14, caput IV.¹⁰

A soberania externa manifesta-se no direito do Estado de administrar livremente suas relações exteriores e sem interferências em seus assuntos internos pelo Estado, que não está sujeito à autoridade de outro Estado ou de uma organização internacional. A independência do Estado no exercício da sua soberania estrangeira tem muitas manifestações, como entrar em relações diplomáticas, romper relações com aqueles que querem dos Estados, ingressar ou não em organizações

¹⁰ Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Presidência da República. 2 de junho de 2016 [Promulgada em 5 de outubro de 1988]. Consultado em 2 de junho de 2016. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos, e, nos termos da lei[...]

internacionais e participar ou não de conferências internacionais, mais que isso, usar a força para defender seus interesses.

No entanto, o conceito de soberania é apenas um meio de realmente regular a relação do Estado com seus cidadãos no interior e no exterior. Essa soberania não é absoluta, mas são inerentemente restrita. Talvez fosse possível mostrar alguma compreensão dos motivos daqueles que defendiam a ideia de soberania absoluta, que não limitava as fronteiras em um mundo no qual os Estados pareciam ser unidades separadas, paralelas e completamente autocontidas. No contexto da interação, complexidade de interesses e relações na vida internacional contemporânea, tornou-se difícil, se não impossível, defender a ideia de soberania absoluta tanto no país como fora dele.

Muitos pensadores e filósofos descreveram o Estado como uma entidade social, pela simples razão de que seu principal elemento está no elo comum que une as pessoas que compõem o seu povo. Aqui temos que distinguir entre o conceito de povo e o conceito de nação. As pessoas são um grupo de indivíduos com um desejo forte e compartilhado de viver juntos, independentemente de sua homogeneidade ou heterogeneidade em etnia, religião, linguística etc.

A nação também é composta de um grupo de indivíduos unidos pelo desejo de viver em sociedade, mas estão conectados uns aos outros por meios naturais e morais como a unidade da origem étnica, a unidade da linguagem, religião, costumes, tradições, história, cultura comum etc. Isso significa que o que liga os membros de uma única nação é geralmente mais forte do que o dos membros de um povo, que não constituem uma única nação em geral. Mas isso não significa que é necessário que o povo tenha todos os elementos que existem na nação, para que possa ter o direito de estabelecer seu Estado independente. Nem toda nação é um Estado, nem todo Estado é uma nação.

O Estado acabou se transformando em uma ferramenta para controlar as relações sociais, que se tornaram muito diversas e complexas. Há países saldos tribais e clãs ainda estão jogando o papel do motor principal de suas políticas e ações, e há outros países modernos, forças agrícolas e industriais surgiram totalmente diferentes classes sociais, e, em seguida, ele pode exigir o uso de métodos e formas diferentes das que prevalece na vida dos métodos tribo para gerenciar os relacionamentos entre eles. Não há dúvida de que a natureza da autoridade e a

natureza do sistema político no Estado refletem a realidade da diferença na natureza e no peso das forças dos diferentes grupos sociais que as compõem.

2.3. O ESTADO COMO IDEIA FILOSÓFICA ABSTRATA

Se é possível rastrear a origem histórica de alguns países – até mesmo os recém-surgidos, como o que resultou da união dos Emirados Árabes, pequenas configurações políticas ou países que resultaram de colapso ou decadência dos grandes impérios, não se tem grande conhecimento nem documentação histórica suficiente das sociedades organizadas que surgiram a partir desses países.

Portanto, muitas teorias surgiram que explicam as origens do Estado. Uma delas é a teoria da criação sagrada, que vê que Deus criou o Estado, e que Ele escolheu os reis e lhes concedeu autoridade quando lhe agrada e os tira deles se estiver zangado com eles. Essa teoria é a base da teoria do direito divino, que prevaleceu em alguns dos estágios históricos em que o governante combina o poder temporal com o poder espiritual.

Existem muitas outras teorias, incluindo a do poder, que vê que o Estado surgiu e se desenvolveu como resultado do conflito entre o poder produtivo e as relações de produção, que sempre resultam na subordinação do fraco ao forte, antigo ao novo e atraso ao progresso, incluindo o materialismo histórico de Marx. Outras teorias mostram que a criação de Estado remonta à pré-história e cresceu historicamente e naturalmente (mecanicamente) com a ajuda de três fatores: sangue, religião e consciência política. Mas a teoria do contrato social é a teoria filosófica mais influente do pensamento político no mundo capitalista, que está baseada em duas suposições principais¹¹:

- primeiro, os indivíduos viviam agregados em Estado de instinto ou natureza antes de configurar-se o Estado, como organização política da sociedade.

- segundo: a transição do Estado de instinto ou natureza para o Estado da sociedade organizada ou do Estado foi feita sob um contrato social.

Esta teoria é antiga e pode ser rastreada até suas raízes e impressões iniciais no pensamento romano e nos escritos de muitos filósofos e pensadores da Idade

¹¹ "The Social Contract". In Our Time (7 Feb 2008). BBC Radio Program. Melvyn Bragg, moderator; with Melissa Lane, Cambridge University; Susan James, University of London; Karen O'Brien, University of Warwick.

Média, especialmente os escritos de Santo Agostinho e Tomás de Aquino. Mas o filósofo britânico Thomas Hobbes foi o primeiro a cristalizar essa teoria de forma clara e integrada, ao formular as principais hipóteses de forma integrada e coerente. Em seguida, os principais pensadores puniram com críticas, comentários, análises e adição, de John Locke a Jean-Jacques Rousseau e a Immanuel Kant, muitos depois.¹²

A essência da controvérsia foi desencadeada pela teoria do contrato social em vários eixos principais, tais como o Estado de instinto, ou natureza, se foi um Estado de paz e segurança ou conflito e instabilidade, se as partes do contrato social são indivíduos isolados ou não, e sobre o conteúdo deste contrato e seus termos e procedimentos para a sua dissolução.

Thomas Hobbes acreditava que o caso do instinto ou da natureza era uma lei brutal dominada pelo Estado da selva e era caracterizada pelo caos, instabilidade e falta de segurança. John Locke, por outro lado, viu que essa situação era exatamente o oposto, como um caso de liberdade e igualdade concedida pela lei natural como direitos fixados para pessoas e bens, que é caracterizada pela instabilidade, ao mesmo tempo, devido à falta de uma pessoa imparcial que proteja os indivíduos. Jean-Jacques Rousseau retratou o Estado de natureza ou o primeiro instinto como uma condição ideal em que o indivíduo aspira a todos os direitos, atingindo os níveis mais altos de felicidade e paz de espírito. No entanto, esse mesmo indivíduo foi forçado a viver em um grupo por causa do crescimento da população.¹³

Hobbes acreditava que a lei natural exigia que os indivíduos buscassem uma saída para seu Estado absoluto de infelicidade e que foram forçados a concluir um contrato para estabelecer o Estado, John Locke viu que os indivíduos primeiro contratavam entre si para estabelecer uma sociedade ou Estado e então contratavam um governador e davam a ele parte de seus direitos (não todos) para executar as funções ou tarefas solicitadas. John Locke fez uma distinção entre o Estado e o governo e considerou que a autoridade do governo não era absoluta, mas limitada e restrita, e que tal autoridade poderia ser recuperada quando necessário.

Jean-Jacques Rousseau viu que o indivíduo, devido ao aumento da população, teve que abrir mão de suas liberdades naturais e condicionou sua felicidade a um

¹² Idem nota 11.

¹³ pr. Hadi al-shaib, pr. Radwan yahya. Introdução À Política E Relações Internacionais. The Arab Democratic Center, edição de 2017. P 835.

contrato com outros indivíduos. Nesse caso, a soberania não pode ser renunciada, mas permanece nas mãos da vontade pública. Como o governo é apenas um servidor dessa vontade e do poder¹⁴ que adquiriu do povo soberano e através da procuração, essa autoridade pode ser retirada a qualquer momento se o cessionário violar os termos do contrato ou da procuração. De acordo com a lógica por trás desta análise, era natural que Jean-Jacques Rousseau considerasse que a emissão de leis não fazia parte das funções do governo ou do Poder Executivo, e que esta função vital e séria deveria permanecer totalmente nas mãos do poder legislativo ou dos representantes do povo.

Qualquer que seja a natureza das divergências sobre a teoria do contrato social ou as críticas que mais tarde lançam dúvidas sobre os fundamentos da própria teoria, especialmente após o surgimento da escola utilitária ou da escola marxista (que forneceu uma explicação diferente para a emergência do próprio Estado através da dialética da luta de classes), é óbvio que a transição do Estado de instinto ou natureza para o Estado ou sociedade organizada não ocorreu, como afirma Immanuel Kant, conforme o contrato já assinado como evento e com hora documentada. No entanto, é um conceito muito importante e necessário, apesar da abstração da organização das relações sociais com base no respeito e no Estado de direito.

3. CIDADANIA: UM CONCEITO EM DISPUTA

O professor Masoud Mousa Al-Reidi (2008), afirma que o conceito de cidadania é um conceito social, legal e político, que contribuiu para o desenvolvimento da sociedade humana de forma significativa, bem como para o avanço do Estado na igualdade e justiça, fortalecendo o papel da democracia e da transparência na construção e desenvolvimento do Estado, envolvendo cidadãos na governança e garantindo seus direitos e deveres.(tradução nossa)¹⁵

No entanto, o exercício dos direitos de cidadania continua sendo um processo incompleto, repleto de risco de recuar e atacar sem estabelecer uma cultura de

¹⁴ Interessante notar que o termo soberania popular pode ser visto na Constituição da República Federativa do Brasil, em seu art. 14, caput IV.

¹⁵ Masoud Mousa Al-Reidi, (O Impacto da Globalização na Cidadania), Jornal Árabe de Ciência Política. (Beirute: Centro de Estudos da Unidade Árabe), nº 19, 2008 p.15.

Texto original: مفهوم المواطنة هو مفهوم اجتماعي وقانوني وسياسي ساهم بشكل كبير في تنمية المجتمع البشري ، وكذلك في تقدم الدولة في المساواة والعدالة ، وتعزيز دور الديمقراطية والشفافية في بناء الدولة والتنمية. ، إشراك المواطنين في الحكم وضمان حقوقهم واجباتهم

cidadania na consciência social geral. O processo de construção dessa conscientização pública também requer a construção de normas legais que garantam os direitos de cidadania política e jurídica e a cultura de cidadania e democracia. E a existência de um mecanismo para monitorar qualquer violação dos direitos de cidadania e mobilizar a opinião pública para abordá-los.

Mas o que é cidadania e seus direitos e como ela evoluiu ao longo do tempo?

A cidadania é geralmente definida como um lugar no qual uma pessoa é permanentemente estabelecida dentro do Estado ou tem sua nacionalidade, é participante do governo e está sujeita às leis promulgadas por ele, e desfruta igualmente, sem discriminação de qualquer tipo (como cor ou linguagem), com o resto dos cidadãos, um conjunto de direitos e de deveres para cumprir um conjunto de obrigações perante seu Estado. De certo modo, eles pertencem a ela. A cidadania democrática também implica grandes tipos de direitos e liberdades que todos os cidadãos devem desfrutar, como civil, político, social, econômico, cultural etc. (tradução nossa)¹⁶

A Enciclopédia Britânica define a cidadania como "a relação entre um indivíduo e um Estado, conforme definido pela lei desse Estado e os deveres e direitos envolvidos nisso". A Enciclopédia Britânica enfatiza seu conceito de cidadania de que "a cidadania em geral concede ao cidadão direitos políticos, como o direito de votar e ocupar cargos públicos".¹⁷

A cidadania no Direito Internacional denota nacionalidade, mas C. C. Hayd argumenta que, na distinção entre cidadania e nacionalidade (que é o resultado da lei nacional), a cidadania refere-se a direitos que o Estado considera apropriados para serem concedidos a alguns indivíduos que não são cidadãos, mas vivem no seu território.¹⁸

Fica claro na apresentação anterior que o princípio da cidadania como estabelecido no pensamento político contemporâneo é um conceito abrangente que tem muitas dimensões diferentes, incluindo o material jurídico, o que é cultural e comportamental, o que é um meio ou um objetivo que pode ser alcançado gradualmente. Portanto, a qualidade da cidadania em um país é influenciada por

¹⁶ pr. Thaer Rahim Kazem, Globalização, Cidadania e Identidade, Pesquisa sobre o Impacto da Globalização na Afiliação Nacional e Local em Sociedades, Revista Qadissiya de Artes e Ciências da Educação, Vol. 1, Volume 8, 2009.

أ.د. ثائر رحيم كاظم ، العولمة والمواطنة والهوية ، بحث عن تأثير العولمة على الانتماء الوطني والمحلي في المجتمعات ، مجلة القادسية للفنون والعلوم التربوية ، المجلد 1 ، المجلد 8 ، 2009.

¹⁷ Idem nota 11

¹⁸ Idem nota 11

vários fatores, incluindo a legislação nacional, a maturidade política, o avanço cultural, as crenças das sociedades e os valores das civilizações. Portanto, é difícil ter uma definição abrangente e consistente do princípio da cidadania.

O conceito de cidadania, que foi formulado e praticado em sua forma e conteúdo atuais, mudou de acordo com as designações e a natureza do sistema político nas estações históricas ao longo das eras, até se estabilizar.

As civilizações antigas, leis e religiões contribuíram para o desenvolvimento de ideologias políticas ao estabelecer as bases para a liberdade e igualdade além da vontade dos governantes. Assim, abriram-se horizontes amplos para o homem afirmar seu instinto e provar a si mesmo e seu direito de participar ativamente na tomada de decisões e na identificação de opções. Isso abriu o caminho para o pensamento político grego e, depois, para os romanos, que indicaram cada um dos fundamentos do conceito de cidadania e governo republicano.

Tanto o pensamento político grego quanto o romano, em alguns estágios, enfatizaram a necessidade de competir por posições mais altas e a importância de lançar as bases para o debate sobre políticas públicas.

Talvez a coisa mais próxima do conceito de cidadania contemporânea na história antiga seja o que a cidade-estado¹⁹ dos gregos encontrou e que representava a prática democrática de Atenas como modelo. Apesar da falta desse conceito em termos das categorias que representa e da falta de cobertura de alguns aspectos do conceito contemporâneo de cidadania, conseguiu alcançar a igualdade com base na cidadania entre indivíduos iguais, reconhecendo seu direito à participação política efetiva na circulação de poder e funções públicas para alcançar a equidade. Justiça e igualdade expressam o instinto humano.

¹⁹ O termo cidade-Estado significa cidade independente, com governo próprio e autônomo, sendo comum, esta denominação, na antiguidade, principalmente na Grécia Antiga, tais como Tebas, Atenas e Esparta. Mais tarde as cidades-estados e suas ligas, também vieram a fazer um papel importante na península Itálica. Por exemplo, as repúblicas de Gênova, Pisa, Florença, Amalfi e, a mais famosa de todas, Veneza. O mesmo ocorreu na Alemanha, como a Liga Hanseática medieval ('Hansa' é um termo do alemão antigo que significa 'Liga'). Na Alemanha moderna existem três cidades que muitas vezes podem ser classificadas erroneamente de cidade-estado: Hamburgo, Berlim e Bremen, que apesar de não pertencerem a nenhuma província ou subdivisão do país (tendo status político ao mesmo nível destas), ainda estão sob o poder da República Federal da Alemanha, isto é, não são independentes, como uma cidade que é corretamente tida como "cidade-Estado" deve ser (como é o caso de Singapura) Emerson Santiago (26 de setembro de 2011). «Cidade-estado». Info Escola. Consultado em 30 de novembro de 2012.

Os romanos formularam os primeiros traços dos direitos dos cidadãos destinados a garantir a participação política apenas para alguns indivíduos nascidos em Roma, mas não admitiam que estrangeiros tivessem direitos, exceto em seu país natal. Essa visão foi se alterando de acordo com as necessidades da sociedade romana. Eles permitiram que o estrangeiro residisse em Roma, pois foi temporariamente detido por um romano ou foi permanentemente submetido a ele como um convidado que tem isso individualmente.

Coletivamente, Roma e as cidades concluíram tratados para proteger os cidadãos de cada cidade se eles chegassem a outra cidade. Nota-se, portanto, que tanto na Grécia quanto em Roma a cidadania mostrava-se como um direito de poucos, havendo uma discrepância entre o discurso teórico e a aplicação prática na sociedade.

Apesar desse desenvolvimento, o conceito de cidadania declinou no pensamento político na Idade Média, e não se voltou a atenção a ele até o século XIII, quando foram formulados seus princípios e o desenvolvimento de suas instituições e seus mecanismos, que contribuíram para o estabelecimento e desenvolvimento de um sistema nacional de governo restrito ao poder por meio dos movimentos reformistas.

Movidos por essa chama, filósofos como Locke e Rousseau defenderam a democracia liberal, distante do direito divino e que tinha por base a razão. Merecem destaque as ideias de Rousseau que preconizavam ainda um caráter universal para os direitos. Muito influenciaram essas ideias nas lutas políticas da época, sendo alicerce para os movimentos de independência de colônias americanas e de revoluções tais como a Francesa e a Inglesa. Entretanto, naquele período, diante do fato de que a sociedade ideal apontava desigualdades sociais, a cidadania também foi tolhida, de certa forma, de seu sentido mais amplo.

Os professores Al-Kuwari, Ali Khalifa, dizem em relação a isso que:

Onde a ideia de cidadania se cristalizou claramente após a convenção de Westfália, em 1648, que veio como uma aplicação prática do pensamento do contrato social que controlava a relação entre o governante e o governado através do contrato fundador do grupo político. **Tradução nossa.**²⁰

²⁰ Al-Kuwari, Ali Khalifa. *O Conceito de Cidadania no Estado Democrático*, editora Alfarabi, p23. 2000. Referencia o texto em Árabe:

حيث تبلورت فكرة المواطنة بوضوح بعد اتفاقية ويستفاليا 1648 ، والتي جاءت كتطبيق عملي لفكرة العقد الاجتماعي التي سيطرت على العلاقة بين الحاكم والمحكوم من خلال العقد التأسيسي للجماعة السياسية.

A Revolução Francesa marcou um ponto de mudança no qual o conceito de cidadania teve um desenvolvimento importante no lançamento dos primeiros passos para estabelecer os direitos civis e sociais do homem cidadão²¹. Essa mudança qualitativa veio como resultado do feroz conflito entre a monarquia absoluta e suas leis feudais e a luta burguesa para propagar as relações da produção capitalista e seu mercado nacional unificado, o que requer a libertação das forças produtivas controladas pela terra e suas regras feudais.

Cada etapa da evolução percorrida, pela burguesia era acompanhada de um progresso político correspondente. Classe oprimida pelo despotismo feudal, associação armada administrando-se a si própria na comuna; aqui, república urbana independente; ali, terceiro estado, tributário da monarquia. Depois, durante o período manufatureiro, contrapeso da nobreza na monarquia feudal ou absoluta, pedra angular das grandes monarquias, a burguesia, desde o estabelecimento da grande indústria e do mercado mundial, conquistou, finalmente, a soberania política exclusiva no Estado representativo moderno. O governo moderno não é senão um comitê para gerir os negócios comuns de toda a classe burguesa. A burguesia desempenhou na História um papel eminentemente revolucionário.²²

Assim, o conceito de cidadania inclui direitos civis e políticos e direitos econômicos, sociais e culturais, com o princípio da igualdade perante a lei; não exclui minorias ou qualquer grupo na sociedade. A Revolução Francesa dedica-se à sua visão do novo mundo, proclamando os Direitos Humanos e defendendo-o após o seu enriquecimento no espírito de cidadania.

Podemos identificar três grandes transformações sobrepostas e integradas, experimentadas pelas mudanças políticas que estabeleceram os princípios da cidadania no moderno estado-nação democrático: a formação de um estado-nação; a

²¹ Inspirada nos pensamentos dos iluministas, bem como na revolução americana (1776), a assembleia nacional constituinte da França revolucionária aprovou em 26 de agosto de 1789 e votou definitivamente a 2 de outubro a declaração dos direitos do homem e do cidadão, sintetizado em dezessete artigos e um preâmbulo dos ideais libertários e liberais da primeira fase da revolução francesa (1789-1799). Pela primeira vez são proclamados as liberdades e os direitos fundamentais do homem de forma econômica, visando abarcar toda a humanidade. Ela foi reformulada no contexto do processo revolucionário numa segunda versão, de 1793. Serviu de inspiração para as constituições francesas de 1848 (segunda república francesa) e para a atual, e também foi a base da declaração universal dos direitos humanos, promulgada pelas nações unidas. «declaração de direitos do homem e do cidadão - 1789». Universidade de São Paulo. Biblioteca virtual de direitos humanos. 1978. Consultado em 16 de setembro de 2012.

²² Manifesto Comunista. Disponível em

<http://www.dominiopublico.gov.br/download/texto/cv000042.pdf> Acesso em 30/11/2019

participação política; o estabelecimento do estado de direito e a criação de estado de instituições.

Com essas transformações que ocorreram ao longo de sete séculos, o princípio da cidadania foi estabelecido com a formação do Estado-nação moderno europeu, que estabelecia soberania absoluta dentro de suas fronteiras para impedir a tirania do Estado, com a ideia de um cidadão que possuía os direitos e assaltos inalienáveis a partir da Declaração francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão, em 1789, e da Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948.

As duas guerras mundiais foram decisivas para a mudança de ideologia sobre a cidadania, e o medo advindo das atrocidades praticadas e alicerçadas pela legalidade fez com que órgãos internacionais e a própria sociedade civil passassem a entender cidadania como algo indissociável dos Direitos Humanos.

O conceito de cidadania passou a ser vinculado não apenas à participação política, representando um direito do indivíduo, mas também ao dever do Estado de ofertar condições mínimas para o exercício desse direito, incluindo, portanto, a proteção ao direito à vida, à educação, à informação, à participação nas decisões públicas.

Mesmo diante de todos esses avanços, ainda hoje se percebem as inúmeras violações aos Direitos Humanos e a ausência de cidadania plena a considerável parcela da população que se diz excluída, em especial, nos países subdesenvolvidos e emergentes.

Cidadania no conceito moderno deixa de ser apenas o direito destinado ao indivíduo de participar ativa e passivamente do processo político. É mais que isso: é também o dever do Estado para com o cidadão, dever de ofertar o mínimo existencial para garantir-lhe a dignidade.²³

3.1. Componentes da cidadania

É claro que a cidadania não é uma situação pronta que pode se manifestar automaticamente quando o desejo é realizado, é um processo histórico, uma dinâmica contínua e um comportamento adquirido quando são estabelecidas condições

²³ Evolução histórica do conceito de cidadania e a Declaração Universal dos Direitos do Homem, Publicado por Getúlio Costa Melo, jusbrasil 2013.

adequadas, praticadas sob um conjunto de princípios e regras. Tudo isso a fim de traduzir o conceito de cidadania para o real.

Embora estes requisitos sejam naturalmente diferentes de Estado para Estado e em tempos diversos, devido a diferenças de culturas e civilizações, crenças e valores, e no âmbito da consciência política, há a necessidade de ter um conjunto de elementos básicos comuns e um mínimo de condições pelas quais o conceito de cidadania se adapte ao cotidiano dos cidadãos, às suas relações com os outros e aos meios político, econômico, social e cultural.

Alguns elementos e condições são essenciais para que se possa falar sobre cidadania:

a) Igualdade e justiça:

Se a coabitação, a coexistência, a parceria e a cooperação estiverem entre os elementos básicos que supostamente estão disponíveis entre os participantes do mesmo país, a cidadania será abalada em caso de desrespeito ao princípio da igualdade, o que leva à ameaça de estabilidade, que só pode ser alcançada pela igualdade de direitos de todos os cidadãos, sem discriminação baseada em raça, cor, origem étnica, crença religiosa, convicções intelectuais, afiliação ou atividade intelectual.

b) Participação e responsabilidade:

A participação na vida pública significa que todos podem acessar os campos político, econômico, social e cultural, e que estão disponíveis para todos sem discriminação, desde o acesso das crianças ao direito à educação, formação e educação à cidadania e Direitos Humanos, até a liberdade da criatividade intelectual e artística, a liberdade de atividades culturais e sociais e o direito de participar diretamente dos assuntos públicos, como ocupar cargos públicos e acessar sites de decisão. Ou, ainda, indiretamente, participar livremente de partidos políticos e expressar opiniões sobre políticas e participação na eleição de representantes de instituições representativas nos âmbitos local, nacional e profissional.

Participar do amplo conceito descrito significa a oportunidade de se envolver automaticamente em várias áreas da vida pública e seus campos. O crescimento da disponibilidade dos cidadãos para participar na vida pública acontece apenas com liberdade de pensamento e expressão, liberdade de associação e atividades políticas, sindicalismo e coletividade, e no quadro da democracia, em que o povo é a fonte de

todas as autoridades. Esse não é um envolvimento que reflete um tipo de subvenções da autoridade suprema, aos sujeitos de sua influência, porque o engajamento nesse sentido contradiz o conceito de cidadania e contradiz seus constituintes.

3.2. Perspectivas atuais

O conceito de cidadania não se cristalizou em teoria, exceto, teoricamente, em 1948, quando foi emitida a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Na realidade, a ideia de cidadania ainda enfrenta grandes desafios em muitos países do mundo, inclusive no mundo ocidental.

Se passarmos da dimensão convencional para as dimensões práticas da cidadania, nos vemos diante de muitas questões, como, por exemplo, podemos nos questionar quem tem o direito à cidadania e o que significa cidadania para seus detentores.

Nos últimos anos, muitas discussões acadêmicas giram em torno da necessidade de tirar o conceito de cidadania da estrutura do Estado-nação, especialmente na era da globalização (devido à contradição entre a realidade econômica e os conceitos políticos), criando-se conceitos de cidadania global ou cidadania pós-nacional. Mas essas teorias foram descartadas da teoria política tradicional.

A esse respeito, Linda Bosniak (2010), acredita que a cidadania é um conceito em mutação. Além de ser um tipo de pertença, tem aspectos políticos e obrigações legais, em quatro dimensões de cidadania: ²⁴

- Dimensão legal
- Dimensão tradicional sociológica
- Dimensão direitos fundamentais à vida
- Dimensão cultural psicológica

Dentro de cada dimensão existem duas formas de aplicação: a perspectiva liberal, que vê a cidadania como uma propriedade de direitos; e a perspectiva republicana, que vê a cidadania como participação política.

Bosnak também considera que a cidadania transnacional está em várias formas políticas e sociais, por exemplo, coalizões de classes capitalistas e coalizões de

²⁴ Bosniak, Linda. Soysal, Yasemin. Baubock, Rainer. *Ciudadanía sin nación: Desnacionalizando la ciudadanía*. Bogotá: editora siglo de hombre editores, 2010.

movimentos trabalhistas internacionais, sem ser chamada de cidadania. Isso significa a ausência de qualquer critério preciso para determinar o significado da cidadania transnacional.

Neste debate entre cidadania nacional e cidadania global, uma nova análise, chamada nacionalismo liberal, mostra a centralidade da pertença nacional e da solidariedade na era da globalização. Os defensores dessa doutrina acreditam que o nacionalismo é necessário e as pessoas o querem porque contém valores sociais (por exemplo, o bem público e o destino comum), que são necessários para a pessoa social.

É aqui que Bosniak retrocede e critica essa doutrina ao afirmar que o nacionalismo liberal, por mais liberal que seja uma solidariedade, continua restrito e exclusivo. O princípio do nacionalismo liberal pressupõe a participação da cidadania com os que residem no território, sejam cidadãos ou estrangeiros. A questão é o que dizer de um estrangeiro fora da região com quem compartilham denominadores comuns. Aqui, reside a contradição dentro do nacionalismo liberal, uma vez que este direito, mesmo que seja universal, é geograficamente limitado.

Há também a chamada universalidade liberal, mas também contém contradições internas, das quais a mais importante é a prioridade da distribuição da riqueza.

Portanto, o problema dos direitos políticos dos estrangeiros em muitos países ainda é refém do conceito tradicional de cidadania, pois restringe sua prática no todo ou em parte aos cidadãos, esperando por uma revolução na humanização dos conceitos políticos e legais, embora alguns excluam nas circunstâncias da produção imperialista global.

4. PARA ALÉM DA CIDADANIA: A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO UM DIREITO FUNDAMENTAL DO SER HUMANO.

Os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais são resultados das mudanças econômicas, políticas e sociais ocorridas na modernidade que se refletiram no pensamento filosófico ocidental e no pensamento árabe.

Os Direitos Humanos nunca foram objeto de interesse, em nenhuma época anterior, como vemos hoje. Esses direitos devem ser reconhecidos e respeitados, e não podem ser atacados ou violados.

Esses direitos, de fato, abrangem vários aspectos da vida humana, incluindo o direito à vida e tudo o que garante ela, e a soma dos direitos em uma longa lista que se estende da liberdade pessoal ou privada às liberdades públicas, como a igualdade e a não discriminação em razão da cor, sexo, língua ou religião.

Cada um desses direitos, por si só, é suficiente para ser objeto de um estudo independente e completo. A partir dessa perspectiva, nossa escolha foi examinar esse direito ou aspecto da liberdade a partir da esfera política, por sua influência direta na vida das pessoas, e em suas outras liberdades em geral. Esse é o direito à liberdade de participação política, de influenciar a tomada de decisões do governo ou participar na tomada da mesma decisão, se forem obtidos apoio e confiança suficientes.

A pesquisa analisa tanto os conceitos de liberdade e direito em termos de conteúdo quanto de participação política como conceito e prática, passando a seguir o processo histórico de participação política. Nesse sentido, parte-se da visão de que a liberdade de participação política é um direito humano básico, mas não por meio de uma única fórmula, mas várias que diferem de uma sociedade para outra de acordo com sua cultura, crenças, condições e desenvolvimento geral.

Liberdade, igualdade e direito são conceitos inter-relacionados, de modo que nenhum deles pode ser entendido isoladamente do entendimento dos outros. De fato, os juristas não concordam com uma única definição de liberdade devido à divergência de suas visões intelectuais e filosóficas sobre o conceito. Alguns princípios que norteiam essa diferença vão desde apelar à liberdade absoluta ou restrita até se sobrepôr à lei como protetora dessa liberdade.

Apesar dessa discordância, os estudiosos fazem uma diferenciação entre a liberdade individual, e entre as relações especiais que concedem a autoridade de um pessoa sobre as outras. O primeiro é chamado de liberdade pública, porque é concedido ao público em geral e o Estado interfere com suas proteções, enquanto os outros privilégios são concedidos a categorias limitadas de cidadãos diretamente por contratos pessoais e o Estado intervém para protegê-los através do poder judiciário.

Novamente, alguns teóricos árabes e ocidentais tendem a diferenciar entre liberdades públicas e liberdades públicas individuais, isto é, liberdade de participação

política e a relação entre o governo e o povo. Por exemplo Rifa'a al-Tahtawi²⁵ divide a liberdade pública em cinco categorias: (i) liberdade natural; (ii) liberdade comportamental; (iii) liberdade religiosa; (iv) liberdade civil; e (v) liberdade política. Quanto aos marxistas, distinguem entre liberdades reais e liberdades formais, ou seja, as liberdades tradicionais são liberdades formais ou imaginárias, porém, as reais são para capacitar o ser humano a exercer essas liberdades, por meio da mudança da propriedade de meios de produção para o Estado popular que represente a classe operária.

Um número de pensadores no Ocidente tende a considerar a definição de liberdade pública de John Stuart Mill, em que "o liberalismo está fundado sobre seu utilitarismo"²⁶.

De fato, essa definição e todas as outras correspondentes a ela são fundamentalmente falhas e têm um caráter negativo, porque não existe nenhum comportamento pessoal que não afete a vida dos outros.

Outra visão é a de Julien Freund. Para ele, "liberdade política é o poder que pertence a todos para exercer seus direitos físicos, mentais e morais para que o Estado possa restringi-los apenas para proteger as liberdades da sociedade. "Esta última definição não é deixada ao indivíduo é estimada se há influência sobre os outros ou não, Isso torna o dever do Estado como uma parte que não tem preconceito como pode ser no primeiro caso.

A igualdade, em seu conceito direto, nada mais é do que a não distinção absoluta entre as coisas ou entre os homens, mas, quando entra na vida, nas relações e nos direitos, torna-se uma questão de controvérsia. Em certos casos, a igualdade entre objetos materiais pode ser considerada quase absoluta, mas entes vivos e especialmente as próprias pessoas não podem ser iguais.

Vários defendem a falta da igualdade em nome da cultura e dizem que essa visão entre igualdade absoluta e igualdade relativa, que permite a exceção condicional como mencionada anteriormente, é a visão que tem dado e continua a dar a cada

²⁵ *The honest guide for education of girls and boys*, published in 1873 and reflecting the main precepts of Tahtawi's educational thoughts.

²⁶ Esta tese é defendida completantemente por John Gray na obra *John Stuart Mill on liberty: a defence* (Londres: Rutledge & Kegan Paul, 1983).

cultura neste mundo sua especificidade que a distingue das demais. Um exemplo é a lei islâmica, que não aceita a igualdade absoluta entre homens e mulheres. Já nas leis nacionais ocidentais e nas convenções internacionais, o texto de distinção de qualquer tipo com base na cor, sexo, idioma ou religião é uma característica quase universal um do outro, se não for absoluta.

Como os juristas discordaram sobre o conceito específico de liberdade, também discordaram quando tentaram estabelecer uma definição abrangente do direito. Alguns disseram que o direito é um interesse material ou moral protegido por lei, outros definiam como uma autoridade administrativa para fixar uma pessoa e permitir que ele realizasse determinado trabalho. No Islã, Abdul Sattar Qasim²⁷ discorre a esse respeito: “Embora não haja nada no Alcorão para explicar o direito, além da própria palavra direito” (Tradução nossa).²⁸

Marx, em sua obra *A crítica da teoria de direito no Hegel*, defendeu o direito como a “vontade da classe dominante que se torna uma lei através do mecanismo de poder (2005)”.²⁹

Assim, pode-se dizer que o direito está ligado às sociedades humanas e ao seu desenvolvimento, e permanece sempre uma questão social definida por um conjunto de normas e leis. Não é, portanto, um conceito idealista abstrato, mas uma expressão histórica e uma necessidade para regular as relações da sociedade.

De qualquer forma, o direito não está separado da liberdade; essa é a conclusão após a diligência de algumas das filosofias. Pode-se dizer que o mais característico do direito é garantir o aspecto físico da vida, e vinculá-lo à liberdade como um valor moral fundamental de extrema importância para a vida, como um sistema específico de relações na sociedade.

4.1. Os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais na filosofia política ocidental

²⁷ Qasim, Abdul Sattar: *Liberdade de indivíduo e de grupo no Islã*, revista jurídica da universidade nacional, Nablus, 2015.

²⁸ Referência ao texto em árabe:

رغم أنه لا يوجد في القرآن ما يفسر القانون بخلاف الكلمة الصحيحة نفسها

²⁹ MARX, Karl. *Crítica da Filosofia do Direito de Hegel*. São Paulo: Boitempo, 2005.

O professor Abu Al-Wafa³⁰ argumenta que a maioria das visões contemporâneas em países ocidentais sobre Direitos Humanos deriva de três doutrinas filosóficas: conservadorismo, liberalismo e doutrina grupal, mas estas derivaram suas visões de escolas filosóficas anteriores: a Escola Natural de Direito, a Escola do Contrato Social e a Filosofia do Iluminismo. As raízes desta escola desde a época da Grécia foram um dos pilares básicos do pensamento europeu nos séculos décimo sétimo e décimo oitavo.

O pensamento de direito natural na época baseava-se no princípio fundamental de que os direitos que o homem naturalmente possui são direitos acima da legislação codificada e acordos entre governos, que não são concedidos pela sociedade civilizada, mas reconhecidos como válidos no mundo todo e qualquer necessidade social não pode cancelá-los.

O direito natural, de acordo com esse pensamento, não é uma lei codificada, mas a lei de Deus, a qual é eterna, universal e obrigatória para todos os povos. Antes finalizar a explanação sobre a lei natural, deve-se apontar uma questão importante em relação ao conhecimento e à propriedade: as pessoas sob essa lei são iguais porque têm mentes e estrutura psicológica, embora não compartilhem conhecimento, e não é dever do Estado torná-las iguais em propriedade.

Esse pensamento desempenhou um papel proeminente na resistência à tirania e na defesa da liberdade e da igualdade através de vários estágios de tempo, especialmente no século XVII, pelas revoluções americana e francesa. Essa teoria teve suas raízes na Grécia e respaldo na circulação de escritores e clérigos na Europa nos séculos VII e XVIII, mas seu nome foi associado com o nome do filósofo francês Rousseau, devido ao seu papel na definição expressado na obra *Religião do Instinto*.³¹

Em sua obra "*Contrato Social*", Rousseau fala sobre a vontade geral e lugar na nação. Isso fica evidente ao dizer: "Existe um objetivo comum que todos buscam e que todos desejam, se a vontade suprema for bem-sucedida, eles implementarão a vontade da comunidade, mesmo que isso impeça que algumas pessoas recebam

³⁰ Abu al-Wafa, Ahmad: o direito humanitário e o direito internacional, p 122-123, editora ALMAAREF-Egito 1989.

أبو الوفا ، أحمد: القانون الإنساني والقانون الدولي ، ص 122-123 ، دار المعارف للنشر ، مصر 1989

³¹ *Religião do instinto*, p. 85, editora (O conhecimento para as massas) Beirute 1976.

desejos ocasionais”.O contrato social, de acordo com Rousseau, baseia-se no pressuposto de que todos os indivíduos concordam em estabelecer uma autoridade suprema (o Estado) que visa alcançar uma boa vida humana. Locke e Hobbes adotaram essa visão, com opiniões divergentes sobre os dois lados do contrato.

Caracterizada pela influência da filosofia inglesa, especialmente pelas ideias de Locke, a liberdade era apenas da aristocracia. Apesar disso o regime inglês foi diferenciado na sua experiência parlamentarista, muito melhor do que os regimes em outros países europeus, especialmente, o regime de Luís XIV na França, onde a monarquia absoluta foi baseada no direito divino e histórico no poder.

Em um ambiente de corrupção, desigualdade ou intolerância nos assuntos da religião na França, um grupo de escritores e pensadores surgiu pedindo a rejeição de privilégios e do absolutismo, porque contradiziam os princípios da fraternidade humana com a demanda pela restauração desses direitos naturais da nação.

Essas teorias filosóficas sobre os Direitos Humanos de diferentes escolas influenciaram no desenvolvimento da filosofia e do pensamento no campo desses direitos mais tarde, à medida que se cristalizaram na realidade. Finalmente, três grandes doutrinas filosóficas foram incorporadas às visões contemporâneas e se desenvolveram principalmente no mundo capitalista ocidental, que impôs sua dominação colonial direta nos últimos dois séculos e seu controle imperialista indireto em um estágio posterior e final nas partes mais amplas do globo. Essas visões contemporâneas são, na verdade, derivadas principalmente dessas escolas filosóficas.

Um dos resultados dessas escolas é a doutrina conservadora, com a filosofia dos direitos desiguais, que ainda existe nas práticas de alguns países, embora esses Estados não a declarem ou a adotem publicamente, devido à ênfase retórica no fim do século XX, sobre a igualdade que foi afirmada na Carta das Nações Unidas em seu artigo 55, e também na Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Essa doutrina, na forma moderna, consiste em círculos ocidentais cuja filosofia é privar as massas para que elas tenham um único sistema de bancos e a consolidação das condições econômicas, por meio de lobbies e enormes blocos financeiros.

O direito básico nesses círculos é apenas o direito à liberdade econômica,

portanto, governos democraticamente eleitos e hostis a essa filosofia são considerados repugnantes e indesejáveis.

Outra doutrina evidente em alguns países é a liberal. As considerações da doutrina liberal foram desenvolvidas de muitas maneiras, mas seu significado principal é a crença de que o bem ou o valor mais elevado é bom para o indivíduo. Defende, ainda, que o melhor para o indivíduo só acontece com liberdade e igualdade. Os liberais acreditam que um homem que adere à ética e à sociedade pode evoluir para ser uma pessoa melhor, em uma sociedade melhor.

Existem dois princípios básicos da escola liberal. Cada um deles tem um efeito nos Direitos Humanos modernos. O primeiro é a escola de direito natural, a qual assume que a raça humana é inerentemente livre e igual. Esse pensamento tem sido atraente desde a Grécia até os romanos, passando da filosofia do *Rousseau*, da filosofia da Era das Luzes e pelas revoluções americanas e francesas no século XVIII. Apesar dessa atração, houve intelectuais que se opuseram à filosofia do direito natural.

O segundo princípio desta escola é o pensamento utilitarista, criado e adotado pelo legislador inglês Jeremy Bentham, que foi um dos defensores e líderes da reforma por meio da lei e do governo, embora a lei em sua opinião seja um mal necessário.

Esse pensamento da doutrina utilitarista foi gradualmente substituído pelas ideias de John Stuart Mill e de outros pensadores da doutrina do utilitarista. A doutrina do utilitarismo decorre do bem-estar do grupo por meio do bem-estar do indivíduo, e não é o contrário. Essa filosofia foi como uma tradução legal da teoria econômica de Adam Smith.

Embora os dois princípios de liberalismo tenham oferecido muito apoio ao movimento dos Direitos Humanos na Europa, o Ocidente impôs essa visão à Europa e a outros povos, como da América Latina. Esse apoio está claramente indicado nos princípios das cartas nacionais de vários Estados. Era ao mesmo tempo pouco e muito convincente, pois os liberais ainda não concordavam sobre como a liberdade poderia ser compatível com a igualdade. Os Liberais clássicos afirmam que a liberdade traz igualdade a um nível inferior, em contraste, outros liberais enfatizam a igualdade e restringem severamente a liberdade.

A terceira grande doutrina filosófica é a coletiva. Ao contrário da doutrina liberal, que enfatiza a autonomia e autoidentidade do indivíduo, a doutrina coletiva enfatiza a existência do indivíduo em grupos e, portanto, o bem do indivíduo está sempre ligado ao destino do grupo.

Entre os liberais, há uma divisão em sua percepção de direitos e prioridades; também entre os filósofos da doutrina coletiva há uma divisão. A divisão básica ocorre em torno da seguinte questão: em qual grupo o indivíduo encontra seu próprio interesse e verifica uma fonte de proteção de seus direitos? Os marxistas dizem que é na classe socioeconômica, enquanto alguns não marxistas dizem que esse grupo é o povo nacional. Na filosofia de Hegel, por exemplo, há elementos da segunda tendência que veem os direitos derivados não da classe socioeconômica, mas das experiências e necessidades nacionais.

4.2. Participação política: aspectos conceituais, jurídicos e práticos.

Muitas questões surgem quando se fala em participação política. A primeira é seu aspecto conceitual e teórico. Além disso, há a relação entre participação política e educação e cultura política. Um último aspecto é a relação entre a participação política e a democracia.

Na linguagem, o conceito de participação não levanta nenhum problema: ter uma certa participação na coisa específica; ação ou efeito de participar; fazer parte de algo. Mas, quando esse conceito se relaciona à política, surge a pergunta: o que significa a política da qual o indivíduo participa?

Para que o conceito de participação seja entendido em seu significado científico, deve ser mencionado o que se entende por "política". Para Julian Freund em *La démocratie et ses dégénéralisations*, Julien Freund dans *Spécial démocratie* (1965), "é como uma mala de viagem contendo uma variedade de coisas, conflitos, desenvoltura, força, negociação, violência, terrorismo, sabotagem, guerras e leis ...".

No entanto, a definição de política no sentido de seu conceito geral não é fácil. A maioria das definições dadas à palavra política estão ligadas ao sistema de governo ou ao relacionamento entre os governados e os governadores. Também a política existe apenas nas sociedades lideradas por um corpo político que emite leis, as quais são vinculativas para os indivíduos, sujeitas a pressão e coerção. Dessa forma, a

política não pode ser concebida sem autoridade política; a existência da política exige automaticamente um poder político.

Há muitas definições de políticas, inclusive em dicionários especializados. O dicionário de Le Robert et Collins definiu política, em 1962, como "a arte de administrar as sociedades humanas". Já o Dicionário Francês Loterie, de 1870, introduziu oito definições de palavra política, incluindo "a arte de governar o Estado", "a política, a ciência da governança estatal e a gestão das relações com outros países".

Quando passamos da definição canônica da palavra política para as definições dadas por especialistas, encontraremos a mesma diversidade. Julian Freund definiu-a como "a eficácia social que se impõe à força geral da lei para garantir a segurança externa, a concordância interna, a unidade da política e a manutenção do sistema em meio a conflitos resultantes da diversidade nos visões e interesses". Definiu-a, ainda, como "o sistema de interações que existe em todas as sociedades independentes, que desempenha as funções de unificação e adaptação e atua em causa para outras sociedades e desempenha essas funções usando coerção física ou ameaça, seja ela totalmente legítima ou não".

Já o marxismo vê a política como a soma total das atividades conscientes, dos indivíduos dentro dos quadros de classe, que atingem seus interesses, em que o Estado é apenas uma ferramenta de repressão nas mãos da classe dominante por meio de leis ou terrorismo estadual organizado (guerras).

Essa conexão entre a participação política e o conceito de política - o que não pode ser evitado - e sem um acordo final sobre o significado da política (a ciência do Estado ou a ciência do poder) causou a diversidade e multiplicidade de definições dadas à participação política.

Samuel P. Huntington define a participação política como "a atividade de certos cidadãos com a intenção de influenciar a tomada de decisões do governo". Abud Al - Saraj³² define como "qualquer ato voluntário bem-sucedido ou malsucedido, organizado ou não regulado; supõe-se que meios legítimos ou ilegítimos são usados para influenciar escolhas políticas ou para administrar assuntos públicos ou as

³² Saraj Abud. *a participação política na nova constituição Síria de 2012*, p 5, revista da universidade de Damasco, 2013. أي عمل تطوعي ناجح أو غير ناجح ، منظم أو غير منظم ؛ من المفترض أن تستخدم الوسائل الشرعية أو غير المشروعة للتأثير على الخيارات السياسية أو لإدارة الشؤون العامة أو اختيارات الحكام على جميع مستويات الحكومة.

escolhas de governantes em todos os níveis de governo".(tradução nossa)

A participação política, de acordo com essa definição, deve afetar a política geral do Estado e seu processo de decisão política. E não transforma comportamento individual em comportamento político real, se não for orientado para influenciar o sistema político ou a sociedade em geral. Assim, a participação política não é um ato individual, mas interativo e deliberado: se a influência mútua entre o cidadão político e o sistema político não ocorre, é difícil falar de participação política.

Para Saraj foi totalmente influenciado por essa condição para definir o conceito de participação política. Esta tornou-se um ato não apenas material, mas também moral (valores, emoções, sentimentos). E o senso do ser humano de que é parte do país e que a participação é um dos direitos políticos, e que através deste instrumento pode mudar a política do Estado e sua orientação geral).

A participação política não é meramente uma caminhada para poder votar, nem se limita a qualquer outro ato material. É uma participação decorrente da consciência interior do indivíduo, consistente com todos os valores acumulados pela nação; depende de uma confiança moral e humana (tradução nossa)³³.

4.3. Participação política e democracia.

A participação política, é um direito concedido ao ser humano e incorporado na prática por ação voluntária ou coercitiva (como o pagamento de impostos). Pode se dar pela influência nos tomadores de decisão, ou tomando parte nas decisões, como ações de fazer ou de não fazer. Não há dúvida de que o processo de participação política de todo ser humano reflete um estágio no desenvolvimento da vida política e social em qualquer sociedade.

E, no mundo ocidental, que sem dúvida obteve sucesso nessa área e se comprovou em constituições e leis nacionais, nota-se que a fala da participação política está historicamente associada à fala da democracia, em que a primeira se refere - na opinião deles - à segunda e vice-versa.

Mas, na realidade, o que muitos números pós-eleições mostram é que pode

³³ Saraj Abud. A participação política na nova constituição síria de 2012, p 5, revista da universidade de damasco, 2013. المشاركة السياسية ليست مجرد مسيرة للتصويت ، ولا تقتصر على أي عمل مادي آخر. إنها مشاركة ناشئة عن الوعي الداخلي للفرد ، بما يتفق مع جميع القيم التي تراكمت عليها الأمة ؛ يعتمد على الثقة المعنوية والبشرية

haver participação política sem democracia real, já que é possível a participação política sob ditaduras e tirania. Em contrapartida, sistemas democráticos podem atingir seu pico de estabilidade com fraca participação política, o que significa que nem sempre eles estão em sincronia e não devem ser generalizados.

Isso tudo acontece porque esse processo se estende por muito tempo e porque a participação não está em ritmo contínuo, experimentando casos de ascensões e quedas. Cada uma delas vem ocorrendo há séculos, mas dá para classificá-las em três estágios³⁴ nos quais a participação política pode ser vista como uma recuperação.

1) o primeiro período consiste no início da participação política dos gregos, romanos, dos cristãos e dos primeiros muçulmanos.

2) O segundo período de ascensão está na participação política das nações emergentes da era moderna (Grã-Bretanha, Estados Unidos e França)

3) O terceiro período da ascensão é a discussão sobre participação política após a Segunda Guerra Mundial e o estabelecimento das Nações Unidas.

Na Grécia Antiga, a democracia teve sua origem e, por isso, a participação política é presente especificamente na cidade de Atenas. Essa democracia grega, no entanto, não dava o direito de todas as pessoas participarem, no amplo conceito social da palavra "povo", que significa sociedade para todos os setores, pois era limitada e exclusiva do eleitorado.

A liberdade e a igualdade somente foram permitidas ao corpo constituinte dos liberais, que excluía mulheres, criminosos, estrangeiros e todos aqueles com menos de vinte anos. Então, a antiga democracia ateniense era de fato apenas o governo minoritário sobre maioria.

A participação política em Atenas durante o século V a.C. foi considerada um dos mais importantes princípios e obrigações a serem observados pelo ateniense que fazia parte do "eleitorado", a fim de ganhar a "honra da cidadania" ateniense e até mesmo o respeito em sua comunidade. Quanto ao modo como o "cidadão" ateniense participava da vida política, isso era feito por meio do encontro do povo (Assembleia do Povo), que se reunia para escolher os governantes e jurados sem distinção de

³⁴ Mohamed Abdel Bari, *Liberdade e Estado*, p 138, Egito: editora Al-Amad Press, 1926.

cidadãos com base em riqueza ou *status*.

Em Atenas, a democracia continuou sendo uma prática importante até os portões do século IV a.C., mas, com a derrota de Atenas pelos exércitos de Esparta por volta de 504 a.C., a cidade entrou em decadência e não emergiu novamente até o começo da Era das Luzes, com os filósofos do pensamento liberal que clamam por liberdade, igualdade e vontade da nação; os filósofos do contrato social, especialmente Rousseau, John Stuart Mill e outros.

Por mais de treze séculos, Roma foi capaz de estender sua influência para várias partes do mundo, no entanto, não foi capaz de estabelecer um sistema político justo baseado na participação política e, portanto, não conseguiu estabelecer um Estado global, apesar da adoção da ideia de cidadania global. O fenômeno da escravidão existia e era um elemento essencial na economia do Estado e da família real de escravos. O mestre romano tinha direito aos seus servos; se ele desejasse, mantinha-os vivos ou matava-os. “Havia uma distinção entre o romano e o estrangeiro, e cada um deles estava sujeito a uma lei especial que contradizia o princípio da igualdade perante a lei”.(tradução nossa)³⁵

O mundo romano testemunhou uma violenta disputa entre os governantes e o povo após a revolução que aboliu a monarquia, e o centro dessa batalha exigia que os líderes da classe rebelde obtivessem o direito à igualdade perante a lei e alcançassem posições de governo e funções religiosas.³⁶ Mais tarde, a filosofia estoica, que dizia “a felicidade é a virtude”, chegou a ser adaptada pelos mestres romanos, que acabaram por trazer ideias humanas para a antiga lei romana, tornando todas as pessoas iguais. Mas isso foi abolido com a ascensão do Império no lugar da República. Os cezares lutaram contra os mestres desta escola, e depois aboliram as

³⁵ Mohamed Abdel Bari, *Liberdade e Estado*, p 41, Egito: editora Al-Amad Press, 1926.

محمد عبد الباري ، الحرية والدولة ، ص 41 ، مصر دار العماد للنشر ، 1926

³⁶ Em 494 AC, um grande número de público fugiu para a Montanha Sagrada, no rio “Anio”, a cerca de cinco quilômetros de Roma, declarando que não iriam trabalhar ou lutar por Roma até que suas exigências fossem atendidas. O Senado tinha recorrido a todos os truques políticos ou públicos religiosa à tentação de deixá-los voltar a Roma, mas eles insistiram em suas demandas; quando ele (o senado) temia que o país está localizado perto da invasão de fogo externo e discórdia interna, concordou com o cancelamento da dívida ou redução, e a nomeação dois Trbiones e três Aediles selecionados de publico

Para defender seus interesses. O público retornou a Roma, mas jurou antes de retornar à fé mais difícil de matar todos os homens que agrediam seus representantes no governo. Esta foi a primeira batalha na guerra de classes que só terminou após de acabar com regime e o fim da república.

liberdades democráticas, e as leis continuaram dividindo as pessoas entre classes.

Vale a pena mencionar que alguns dos pensadores romanos como “Cícero” eram influenciados pelo pensamento político à luz da teoria dos estoicos do direito natural, o que permaneceu no pensamento europeu até o século XIX. Essa lei, confirmada por esses pensadores, é compatível e se aplica a todas as pessoas, e não é permitido desabilitar artificialmente as disposições da legislação humana.

Com base nisso, a lei romana cristalizou sua teoria de que a autoridade dos governantes derivava do povo, o que mais tarde teve grande influência sobre as ideias políticas europeias.

Em seu início, o cristianismo sofreu muita perseguição pelos imperadores romanos, porque sua primeira penetração estava entre as classes mais baixas do povo romano, que sofriam de injustiça severa e da qual queriam se livrar. O cristianismo, então, espalhou-se por três séculos e foi adotado por outras classes. Após a chegada do imperador Constantino ao poder em 313 d.C., tornou-se a religião oficial do Estado romano, que aumentou em força e disseminação.

Desde o começo, o cristianismo defendeu liberdade e igualdade, a partir de dois princípios básicos: o individualismo (dignidade da personalidade humana) e a ideia de autoridade dual, que levou à não aceitação da ideia de poder absoluto, que só o Deus poderia exercer (como diz o cristianismo).

Assim, o cristianismo preservou a dignidade humana e o direito à vida com base na virtude e na tolerância, e restringiu os poderes dos governadores, de modo a não exceder os limites estabelecidos pelo órgão legislativo competente. Essa crença e adesão ao cristianismo para criar uma sociedade de justiça e igualdade entre os homens foram introduzidas no último período da vida do Império Romano, em um conflito com o imperador sobre as respectivas competências.

No entanto, a Igreja não preservou esses princípios e o espírito do cristianismo com que se comprometeu nos estágios iniciais, afastando-se gradualmente. Na Idade Média, inclusive, o cristianismo se impôs não apenas sobre o povo, mas sobre os reis e imperadores, e controlou todas as liberdades, especialmente a liberdade de pensamento e expressão, o clero, dessa forma, tornou-se dono de tudo.

A autoridade do Papa se tornou uma força em si mesmo, pois era suficiente

anunciar a privação de algum rei, até que ele fosse subjugado. Essa situação levou a um conflito violento entre a Igreja do Papa e os reis da Europa.

Com a revolução industrial e as mudanças econômicas na Europa, as relações jurídicas da Igreja, que salvaram o feudalismo, não coadunavam mais com as necessidades do novo modelo de produção e seus reflexos sociais. É nesse momento da História que começam as guerras contra a Igreja, e os movimentos de reforma religiosa, como o movimento protestante liderado por Martin Luther King e Kelvin. Como resultado, os países europeus até hoje separam a religião do Estado para manter as liberdades econômica e social, incluindo o direito à participação política.³⁷

As experiências da Grã-Bretanha, dos Estados Unidos da América e da França são as mais importantes neste estágio e as mais influentes em outros povos, por isso nos atentaremos apenas a elas.

O povo britânico foi o primeiro a ter sucesso, um pouco antes do resto dos países europeus, ao elaborar uma lei escrita sobre Direitos Humanos e liberdades fundamentais. Isso foi feito em duas etapas principais: a primeira, com a adoção da Grande Carta, conhecida como “Magna Carta”, em 1215; a segunda foi a adoção de três documentos constitucionais básicos, respectivamente a Declaração de Direitos em 1621, o memorando de “Habeas corpus” em 1679 e a Declaração de Direitos em 1689. Esta última lei é considerada muito importante para a proteção da liberdade pessoal do abuso de poder e se tornou essencial na história constitucional britânica e uma das principais leis do Reino. Aplicada em vários países da Commonwealth, não está apenas na Escócia. Até mesmo os Estados Unidos incluíram-na em sua Constituição³⁸.

No início de sua criação os Estados Unidos da América do Norte como Estado federal, independente em 1776, apresentou dois documentos básicos no campo dos direitos e liberdades fundamentais: a Declaração da Independência e a Constituição Federal.

³⁷ Mohamed Abdel Bari, Liberdade e Estado, p 80, 81 e 82, Egito: editora Al-Amad Press, 1926.

³⁸ A Segunda Emenda baseou-se parcialmente no direito de manter e portar armas, previsto na *common-law* da Inglaterra, e foi influenciada pela Declaração de Direitos de 1689, onde o texto é: *Sendo necessária à segurança de um Estado livre a existência de uma milícia bem organizada, o direito do povo de possuir e usar armas não poderá ser infringido.*

A Declaração da Independência foi caracterizada por ideias liberais, provenientes da filosofia da Era das Luzes, especialmente das ideias de Locke, Rousseau e outros. As principais ideias contidas nesta Declaração são que as pessoas nascem livres, os seres humanos estabelecem governos para garantir seus direitos e os governos obtêm sua autoridade do consentimento a partir dos governados.

O segundo documento, a Constituição Federal, promulgada em 1787, incluía cláusulas sobre a abolição da escravidão e a concessão de direitos de cidadania a todas as pessoas nascidas em solo americano, além do direito a voto para todos os cidadãos dos Estados Unidos sem distinção de cor, raça ou um Estado anterior de servidão etc.

A França testemunhou, desde o início da era da Grande Revolução em 1789, mudanças rápidas e sucessivas, que tiveram efeitos claros sobre a evolução política e constitucional. O país passou da era da monarquia irrestrita no início da revolução para a era da República após a abolição da monarquia.

Ainda viveu a mudança da era da ditadura militar, representada por Napoleão Bonaparte, para o reinado da monarquia constitucional com o retorno de Luís XVIII ao trono, em 1814. Também da Segunda República, em 1848, até o reinado do Segundo Império com Napoleão III. A partir de 1870 começou a era da Terceira República, que levou à Quarta República em 1946. A Quinta República foi proclamada em 1958, e permanece até hoje.

Durante o período que se seguiu à Revolução e ao estabelecimento da Quinta República, muitas constituições e leis francesas visavam alcançar a liberdade e a igualdade de direitos, além da não discriminação entre homens e mulheres e entre os cidadãos franceses e outros por razão de sexo, língua ou religião.

A Carta das Nações Unidas tratou dos Direitos Humanos de maneira positiva, como foi o caso da Declaração Universal dos Direitos Humanos, assim como o resto das convenções internacionais posteriores tratam da questão das liberdades sob diferentes ângulos, como foi indicado no preâmbulo da Carta das Nações Unidas:

Nós, os povos das nações unidas, decididos: A preservar as gerações vindouras do flagelo da guerra que por duas vezes, no espaço De uma vida humana, trouxe sofrimentos indizíveis à humanidade; A reafirmar a nossa fé nos direitos fundamentais do homem, na dignidade e no valor da Pessoa humana, na igualdade de direitos dos homens e das mulheres, assim como das Nações, grandes e pequenas; A estabelecer as condições necessárias à manutenção da justiça e do respeito das Obrigações decorrentes de tratados e de outras fontes do Direito Internacional; A promover o progresso social e melhores condições de vida dentro de um conceito Mais amplo de liberdade

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos emitida pela Organização Internacional três anos depois, o preâmbulo continha 30 artigos sobre o fato de todos usufruírem de todos os direitos e liberdades contidos nesta Declaração, sem discriminação por qualquer razão e sem distinção entre homens e mulheres.

Em contraste com a Carta das Nações Unidas, esta Declaração Universal não é obrigatória e não é como o tratado normal, que tem obrigações legais e claras, em oposição à Carta, que é obrigatória e segundo a qual as regras da lei nacional de qualquer Estado Contratante, incluindo as regras constitucionais, devem ser superiores. Além disso, a declaração não é obrigatória, mas a Organização das Nações Unidas conseguiu extrair uma promessa dos Estados membros de cooperar com ela para respeitar os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais.

Devido ao caráter adjetivo e não obrigatório da Declaração Universal dos Direitos Humanos, e por meio de discussões com os Estados Membros, a ONU, em 1954, trabalhou para criar uma importante fórmula a fim de criar uma carta internacional, que tratasse dos direitos econômicos, sociais e culturais, de um lado, e dos direitos civis e políticos, de outro. No entanto, devido à oposição de alguns países à ideia de emitir um documento só sobre todos esses direitos, chegou-se a um acordo de emitir dois documentos separados sobre cada parte dos direitos mencionados. Porém, a Assembleia Geral das Nações Unidas só conseguiu adotá-los em 1966, e a aplicação começou somente em 1976.

Embora o Pacto Internacional de Direitos Civis e Políticos seja vinculante para os Estados partes, sua eficácia é limitada pela ausência de um mecanismo para implementar suas disposições e pela ausência moral, com exceção da opinião pública mundial, que se limita à punição moral – que se aplica principalmente em situações de suspensão durante Estado de emergência.

Pode-se concluir que o processo dos Direitos Humanos, nesta último estágio,

não foi totalmente positivo, mas aceitável, quando comparado ao lado negativo resultante da dominação e monopolização e, portanto, da duplicação exercida pela primeira força dominante (EUA), em relação aos Direitos Humanos em diferentes lugares do mundo.

4.4. Migrantes e participação política

O direito dos migrantes à participação política tem evoluído junto com o conceito de cidadania, mas varia de acordo com o desenvolvimento cumulativo da democracia e dos Direitos Humanos no país em questão. A falta de reconhecimento deste direito continua a ser a marca registrada em muitos países, devido à ilusão de fanatismo para o estado-nação. Isso não é válido, exceto para o discurso burguês em tempos de crise econômica. Mesmo assim, isso não significa que os migrantes tenham sido capazes de obter muitos direitos políticos.

Na União Europeia, por exemplo, ou em alguns países latino-americanos, a igualdade entre migrantes e os cidadãos locais ainda é obscura. Esses Estados capacitam fortemente os migrantes a exercer esses direitos, sobretudo o direito a voto.

O relatório de última geração da Rede Internacional de Migração, Integração e Coesão Social (IMISCOE)³⁹ identifica três componentes da participação dos migrantes nos assuntos públicos:

- Participação (a dimensão ativa da cidadania pela qual os indivíduos participam convencional e não convencionalmente na gestão dos assuntos de uma determinada comunidade);
- Mobilização (o processo de construção de atores coletivos e identidades coletivas para participar na gestão dos assuntos de uma determinada comunidade);
- Representação (não apenas o sistema pelo qual uma comunidade seleciona um grupo legítimo de pessoas para administrar seus negócios, mas também os resultados desse sistema - até que ponto esse grupo de pessoas e seus pontos de vista são um reflexo legítimo da comunidade).

³⁹ IMISCOE, ou Migração Internacional, Integração e Coesão Social, é uma Rede de Excelência financiada pela UE que reúne cerca de 400 pesquisadores selecionados e altamente qualificados de 22 institutos de pesquisa europeus estabelecidos.

Essas atividades variam, no mínimo, da naturalização até a participação formal, voluntariado, participação em sindicatos, partidos políticos, votação, consulta, cargo eletivo e participação informal, como petições, protestos e organização comunitária. Participação, mobilização e representação são processos dinâmicos que podem ser medidos em muitas dimensões (ou seja, ativa em um sindicato, mas não em um partido político); no nível individual, de grupo e social; dentro de um determinado contexto (local, regional, nacional e internacional); ao longo do tempo (não um momento ou limiar, mas fases diferentes); e em muitas direções (caminhando para ou longe de resultados iguais com os nacionais).

A participação de todos os membros da sociedade, incluindo os migrantes, no processo de tomada de decisão política é crucial para a legitimidade dos sistemas políticos democráticos. Apesar da crescente diversidade de sociedades em toda a região da Organization for Security and Co-operation in Europe (OSCE), os Estados participantes continuam a enfrentar desafios para facilitar a participação política dos migrantes. Nas últimas três décadas, os Estados participantes da OSCE concordaram com um grande número de compromissos no campo da participação política nos processos de governança democrática, incluindo aqueles relacionados à participação de migrantes, tais como:

- (i) A obrigação de respeitar o direito dos cidadãos de procurar um cargo político ou público, individualmente ou como representantes de partidos políticos ou organizações, sem discriminação; e o direito de indivíduos e grupos de estabelecer seus próprios partidos políticos ou outra organização política, incluindo a garantia do direito de associação e o direito à liberdade de expressão, além do direito à comunicação⁴⁰.
- (ii) A obrigação de promover a integração dos trabalhadores migrantes nas sociedades de acolhimento dos Estados participantes, nos quais residem legalmente, incentivando simultaneamente a sua participação ativa nos processos de integração⁴¹.

⁴⁰ Documento da Reunião de Copenhague da Conferência sobre a Dimensão Humana da CSCE, Copenhague, 29 de junho de 1990, Para. 7 e 9. <<http://www.osce.org/odihr/elections/14304?download=true>>

⁴¹ Documento Final de Budapeste, 6 de dezembro de 1994 (Decisões, capítulo VIII), parágrafo 31 <<http://www.osce.org/mc/39554?download=true>>

As diretrizes do Office for Democratic Institutions and Human Rights (ODIHR), órgão da OSCE sobre o regulamento do partido político também destacam que, embora as obrigações internacionais reconheçam a nacionalidade e a cidadania como considerações razoáveis na restrição dos direitos de participação política, os instrumentos de Direitos Humanos aplicáveis na região da OSCE facultam aos cidadãos estrangeiros e apátridas a mesma proteção geral de direitos. Além disso, em especial no contexto das eleições, a Convenção Europeia sobre a participação dos estrangeiros pode ser vista como um padrão dentro dos Estados membros do Conselho da Europa (CoE), que também são membros da região da OSCE, para permitir que os residentes estrangeiros votem e se candidatem em eleições locais.

5. GARANTIAS E LIMITES DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MIGRANTES NO DIREITO INTERNACIONAL.

Embora não haja disposição explícita no Direito Internacional para este direito, apesar de ser necessário lutar para alterar as leis ou reformulá-las de uma forma que não seja apenas compatível com os interesses dos países poderosos e do imperialismo global, a participação política do migrante é compatível com a ideia de humanidade presente nos novos parâmetros econômicos e políticos.

Os próximos tópicos deste estudo servirão como interpretação em Direito Internacional para provar que o migrante, como ser humano e como sujeito aos direitos e deveres estipulados do Direito Internacional de Direitos Humanos, poderá participar politicamente no país em que se encontra, independentemente da nacionalidade.

Dada a evolução dos conceitos de cidadania, política, participação política e soberania à sombra da globalização, esta é uma tentativa deliberada do Direito Internacional do ponto de vista dialético. Portanto, examinaremos as garantias do direito de participação política dos migrantes no Direito Internacional (como ser humano) e depois estudaremos as restrições sobre elas, sem abordar os mecanismos e meios de aplicá-las, tais como relatórios internacionais, órgãos e comitês etc.

Essas garantias estão relacionadas com o aspecto puramente legal e diferem dos âmbitos interno e internacional. Nacionalmente, tais garantias são encontradas na forma de princípios constitucionais e legais supremos. Tais garantias se evidenciam quando os Direitos Humanos estão disponíveis em uma estrutura

teoricamente protegida, incluindo os direitos de participação política.

Na esfera internacional, as garantias se manifestam pela existência de obrigações por parte dos Estados de respeitar as convenções internacionais sobre Direitos Humanos, especialmente as relativas aos direitos de participação política, que se manifestam no momento da incorporação dessas convenções ao direito interno. Em seguida, manifestam-se também pela existência de cooperação internacional regida pelos princípios de interesses mútuos e controle internacional, acompanhada por controle interno de vários tipos. Tem-se como base a prioridade dos Direitos Humanos às considerações internas, tais como soberania e estabilidade interna, não-interferência nos assuntos internos do Estado e protesto contra leis domésticas.

Tais garantias não podem ser entendidas sem que se entenda a natureza especial das questões de Direitos Humanos no campo do Direito Internacional, de modo que dedicamos o primeiro requisito a estudar a capacidade substantiva de Direitos Humanos a ser seguida pelo que é. Portanto, esse requisito pode ser discutido nas seções a seguir: (i) Seção I: Situação substantiva dos Direitos Humanos; (ii) Seção II: Integração das convenções internacionais de Direitos Humanos nos sistemas internos dos Estados. (iii) Seção III: Internacionalizar as garantias estabelecidas em sistemas legais internos.

5.1. O caráter objetivo dos Direitos Humanos

O Direito Internacional dos Direitos Humanos tem as características do Direito Internacional público e está sujeito aos seus princípios fundamentais. O Direito Internacional público esteve principalmente preocupado com os interesses dos Estados; o indivíduo não era um de seus temas fundamentais, e os interesses dos Estados, não os da humanidade, constituíam a base normativa do Direito Internacional geral. No entanto, essa situação mudou e o indivíduo tornou-se o foco do Direito Internacional, mas criou um ramo independente que lida com os Direitos Humanos internacionais e proteção por causa da natureza da questão dos Direitos Humanos.

Os Direitos Humanos estão ligados à identidade universal da pessoa humana, eles não se relacionam com fronteiras e Estados políticos e não são o monopólio das nacionalidades, mas sim uma expressão do ser humano por meio de sua manifestação universal. Baseiam-se essencialmente no princípio da igualdade entre

todos os seres humanos.

A universalidade dos Direitos Humanos é o que caracteriza esses direitos objetivamente Direitos Humanos, já que o indivíduo remete ao humano como um todo, e não a um grupo particular.

A institucionalização do caráter substantivo dos Direitos Humanos sob o Direito Internacional levou a uma série de implicações legais, que se refletiram na relação desta lei com o Direito Internacional dos tratados em particular. Esses efeitos são refletidos no seguinte: não reciprocidade; não reservas a convenções internacionais de Direitos Humanos; não se retirar deles; a sucessão de Estados em acordos internacionais de Direitos Humanos⁴².

As convenções de Direitos Humanos não são uma convenção contratual, são convenções normativas e, portanto, estão fora do escopo do princípio de reciprocidade no campo do Direito Internacional como uma expressão das consequências consensuais e consequentes Direito Internacional deste direito. O caráter objetivo das obrigações dos acordos de Direitos Humanos não se enquadra, portanto, no princípio da reciprocidade.

Nos Direitos Humanos existem ainda reservas às convenções internacionais de Direitos Humanos. A reserva nesse sentido é um procedimento utilizado pelos Estados quando assinam, ratificam ou aceitam uma convenção com o objetivo de excluir ou modificar o efeito legal de uma ou mais das disposições do tratado.

Quanto a permitir reservas às disposições das convenções sobre Direitos Humanos, coube ao direito de os tratados fazer do critério básico de uma reserva o texto da própria Convenção. A reserva às disposições das convenções internacionais relativas à proteção dos Direitos Humanos está cercada por uma série de condições

⁴² Moussa, Mohamed Khalil, O Papel do Direito Internacional dos Direitos Humanos no Desenvolvimento do Direito Internacional dos Tratados, Al-Manara Journal / Universidade Al-Bayt, Vol. 9, No. 3, 2003, p186.

Referencia ao texto em árabe:

عدم المعاملة بالمثل ، -
لا تحفظات على الاتفاقيات الدولية لحقوق الإنسان ، -
لا تنسحب منهم -
خلافه الدول في الاتفاقيات الدولية لحقوق الإنسان -

formais e objetivas.⁴³

Direitos Humanos com base na regra geral estabelecida no Direito Internacional, ou seja, a não aplicação, qualquer Estado é capaz de suspender, rescindir ou denunciar um tratado do qual seja parte, no caso de outra Parte Contratante ter violado suas obrigações sob a Convenção. Os casos de retirada de convenções relacionadas à proteção dos Direitos Humanos são muito raros na prática internacional, e os casos para os quais se pode fazer referência são numerados.⁴⁴

O Direito Internacional ainda não contém disposições costumeiras que obriguem os Estados sucessores a continuar a respeitar as obrigações dos Estados antecessores, "na área dos Direitos Humanos em relação às convenções internacionais em que eram partes antes da disputa". Qualquer Estado sucessor não será ligado a todo o conteúdo das regras da lei do Estado predecessor.

O Comitê de Direitos Humanos comentou a esse respeito que os direitos consagrados no Pacto eram propriedade da população que vivia no território do Estado Parte. O Comitê de Direitos Humanos sempre adotou, como atesta a prática consistente, a visão de que, uma vez concedida a proteção dos direitos do Pacto, tal proteção permanecerá no território e permanecerá propriedade de seus habitantes, não obstante a mudança no Governo do Estado, incluindo sua fragmentação, para mais de um Estado ou para transformá-lo num Estado sucessor ou em qualquer outra medida tomada pelo Estado Parte, que se destine a privá-los dos direitos contidos no Pacto.⁴⁵

O propósito de integrar as convenções de Direitos Humanos no direito interno é a possibilidade de recorrer a qualquer procedimento contido na Convenção para proteger o direito internamente, o que significa que as disposições da Convenção

⁴³ Moussa, Mohamed Khalil, O Papel do Direito Internacional dos Direitos Humanos no Desenvolvimento do Direito Internacional dos Tratados, *Al-Manara Journal / Universidade Al-Bayt*, Vol. 9, No. 3, 2003, p189.

⁴⁴ Estes casos raros incluem a retirada do Reino Unido do artigo 8.º, n.º 4, da Carta Social Europeia e a sua retirada do artigo 70.º, n.º 8, da própria Carta, e a sua retirada da Convenção sobre a nacionalidade das mulheres casadas em 12 de dezembro de 1981, Além da retirada de um número limitado de países europeus da Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT) sobre a Proibição do Trabalho Noturno para Mulheres. Isso está de acordo com a jurisprudência europeia de que o tema da Convenção Nº 79 viola o princípio da igualdade entre homens e mulheres.

⁴⁵ International Human Rights Instruments "COMPILATION OF GENERAL COMMENTS AND GENERAL RECOMMENDATIONS ADOPTED BY HUMAN RIGHTS TREATY BODIES" 12 May 2004. HRI/GEN/1/Rev.7

Internacional podem ser aplicadas internamente.

O objetivo de cada acordo é criar um efeito legal entre os Estados Partes e a criação de direitos e obrigações em suas relações com o comportamento cooperativo entre eles. A Convenção em que a aparência devolutiva, pois não respeitar o Estado ou a implementação de suas disposições não são incorporados no direito interno, a eficácia da Convenção de Direitos Humanos é refletida mais no direito interno, para que os controles internos estabelecidos pela Convenção. É de fato monitorando o fracasso dos Estados é quando os direitos de sua aplicação no direito interno, de modo que o Estado parte na Convenção não pode violar de suas obrigações e ou será uma violação do princípio da boa-fé no cumprimento dos compromissos internacionais, exceto por força maior.

A integração das convenções internacionais no direito interno é uma das questões que estão sujeitas às circunstâncias de cada país. Existem alguns países que reconhecem em suas constituições o princípio da autointegração dos tratados internacionais em direito interno, e se o Parlamento tem - isoladamente ou em conjunto com o poder executivo - a competência para concluir tais acordos. Isso acontece nas constituições suíça e francesa.

Há alguns países que fornecem suas constituições não à fusão do Tratado, mesmo se validados - no direito interno, não depois de fazer uma ação especial por parte do Estado, e este procedimento pode ser a publicação do tratado, pode vir em um decreto ou lei da imagem afirma que o tratado produz um impacto total, a primeira das quais é a força da lei ou se tornou efetiva.

Há alguns Estados cujas constituições estipulam que o tratado não deve ser incorporado, mesmo que seja ratificado pela legislação interna somente após um procedimento especial do Estado. Esse procedimento pode ser a publicação do tratado e pode vir na forma de um decreto ou lei, estabelecendo que o tratado produza seu pleno efeito, tenha força de lei ou torne-se ativo.

Isso significa a transferência de princípios constitucionais estabelecidos nos sistemas legais internos dos Estados democráticos para as constituições e leis de outros Estados. Nesta seção, mencionaremos apenas o mais importante desses princípios internacionalmente codificados, que servem como salvaguardas efetivas para a proteção dos direitos da participação política.

A subordinação de todos os poderes da lei estadual é o princípio da lei destinado a beneficiar indivíduos e proteger seus direitos contra a imposição de poder. Esse princípio é uma das principais garantias para a proteção dos direitos de participação política, tais como liberdade de eleições e integridade, igualdade de voto, nomeação, expressão de opinião, greve etc.

A independência (e imparcialidade) do judiciário é uma exigência fundamental e um primeiro pilar que deve ser alcançado para que haja condições de proteger os Direitos Humanos. Os Estados devem fornecer as garantias judiciais necessárias para que os indivíduos possam proteger seus direitos civis quando são violados. O Estado é responsável por estabelecer e manter uma organização judicial, além de supervisionar seu funcionamento adequado. Esse princípio é a separação e distribuição de poderes entre os três órgãos (legislativo, executivo, espaço) e pode ser uma separação total ou uma separação com uma cooperação.

A jurisprudência concorda que a primeira e efetiva garantia que o legislador constitucional deve estabelecer no documento de constituição é regular a supervisão da constitucionalidade e legitimidade dos atos jurídicos emitidos pelas autoridades públicas. Supervisionar a constitucionalidade das leis é garantir que a constituição não seja violada. No caso de um delito, não devemos emití-lo se ele não tiver sido emitido, revogado ou impedido de implementá-lo, se tiver sido emitido.

5.2. Limitações aos Direitos Humanos, civis e políticos nos instrumentos e cartas internacionais

Esta pesquisa propõe também uma análise o das restrições aos direitos políticos da pessoa estrangeira no Direito Internacional, que é igual aos direitos políticos dos cidadãos, já que o Direito Internacional não separa os direitos políticos de estrangeiros e de cidadãos. A diferença, no entanto, aparece claramente nas constituições nacionais de cada país.

As questões que sempre surgem com respeito aos Direitos Humanos são equilíbrio civil e político entre os direitos legítimos do indivíduo aprovados pelos instrumentos internacionais e o dever do Estado de proteger a sua segurança interna e externa, além da manutenção da paz e da segurança internacional. Os tratados internacionais de Direitos Humanos destinados a assegurar a proteção dos direitos

das políticas individuais podem afetar a comunidade internacional e, claro, não há direitos absolutos. Portanto, a maioria dos direitos civis e políticos podem ser refletidos em sua prática ou desfrutar de restrições ou reservas⁴⁶. Muitos dos instrumentos internacionais relacionados aos Direitos Humanos tornam mais amigáveis o exercício das liberdades previstas no geral e as restrições impostas ao exercício dos direitos civis e políticos, em particular.

As disposições restritivas dos direitos civis e políticos dos seres humanos referem-se a "textos que limitam o exercício dos direitos e das liberdades públicas pela lei". As restrições aos Direitos Humanos baseiam-se no fato de que os direitos e liberdades não são ilimitados e só podem ser exercidos em uma sociedade (portanto, as restrições aos direitos podem ser definidas como "impedir que o indivíduo ou a comunidade atue no interesse fixo devido pelo legislador ou impondo o controle legal sobre a vontade do indivíduo de exercer o seu direito. Temporário e necessário, de acordo com as disposições da lei.

Então, como uma exceção à origem geral (convênios e convenções), estabeleceram-se limitações a esses direitos com o propósito de restringir seu uso por indivíduos, mas isso não significa que seja negado aos indivíduos o exercício de seus direitos absolutamente. Se a negação chega a negar e confiscar o direito, é uma violação de um direito humano. Esses direitos podem ser fragmentados e negados a indivíduos sem outros direitos, porque todos esses direitos civis e políticos são universais e indivisíveis, e os Direitos Humanos civis e políticos devem ser implementados de maneira abrangente, justa e igualitária.

A questão da restrição dos direitos civis e políticos emergiu como uma exceção inevitável em muitas declarações, pactos e convenções internacionais a esse respeito. A adoção oficial pelos países de restrições de direitos para os fins e razões mencionados nas convenções internacionais sobre Direitos Humanos, incluindo o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, é permitida dentro dos limites razoáveis e sem arbitrariedade do uso do direito estabelecido nas convenções internacionais sobre a imposição de restrições, após sua versão legal.

⁴⁶ Eles têm o direito de colocar restrições não significa que isso leva à proibição do exercício absoluto, porque o direito é o original, e a restrição é uma exceção para responder a ele. Veja Dr. Rafeh Khader Saleh direito à liberdade de habitação, tese do Doutor da Faculdade de Direito da Universidade de Bagdá, 1997. p 63.

Isso aparece nos textos restritivos contidos na Declaração Universal dos Direitos Humanos de 1948 e nos textos que restringem seu conteúdo ao Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos de 1966, a Declaração sobre os Direitos das Pessoas Pertencentes às Minorias Nacionais ou Étnicas, Religiosas e Linguísticas de 1992 e a Declaração sobre os Direitos Humanos dos Indivíduos que Não São Nacionais do País. Onde eles vivem para o ano de 1985 no campo do Direito Internacional dos Direitos Humanos.

No âmbito regional, as convenções de Direitos Humanos incluíam muitos textos restringindo direitos civis e políticos e liberdades fundamentais, incluindo a Declaração Francesa do homem e do cidadão, de 1789, a Convenção Europeia de Direitos Humanos, em 1950, e a Convenção Americana de Direitos Humanos, de 1969. Isso permite que os Estados partes das convenções internacionais de Direitos Humanos concluam as disposições dessas convenções na apresentação dos direitos e liberdades fundamentais, no exercício de seus direitos e liberdades, exceto para as limitações que possam ser prescritas por lei.⁴⁷

Em vários acordos e instrumentos internacionais sobre direitos civis e políticos, há trechos como "exceto por restrições impostas por lei" (ou pode estar sujeito a certas limitações no texto da lei), "restrições que não as previstas em lei" ou "em consonância com a lei". Essa diferença deve-se ao fato de as disposições do projeto de convenção internacional sobre Direitos Humanos terem por objetivo proteger os direitos e liberdades fundamentais dos seres humanos. Os textos não pretendiam ser completos ou complementares às regulamentações legais, impostas e declaradas na declaração internacional de Direitos Humanos e convenções internacionais que tenham confiado esse cuidado à legislação nacional. A ênfase aqui é quanto às restrições baseadas em um princípio geral de direito e imposição da restrição ao abrigo de um texto legislativo, e não uma decisão executiva, e outros termos que conferem aos Estados partes legitimidade internacional na restrição dos direitos civis e políticos em

⁴⁷ O artigo 29 parágrafo 2 da Declaração Universal dos Direitos Humanos:

I) Todo o homem tem deveres para com a comunidade, na qual o livre e pleno desenvolvimento de sua personalidade é possível. II) No exercício de seus direitos e liberdades, todo o homem estará sujeito apenas às limitações determinadas pela lei, exclusivamente com o fim de assegurar o devido reconhecimento e respeito dos direitos e liberdades de outrem e de satisfazer as justas exigências da moral, da ordem pública e do bem-estar de uma sociedade democrática. III) Esses direitos e liberdades não podem, em hipótese alguma, ser exercidos contrariamente aos objetivos e princípios das Nações Unidas.

conformidade com a lei para dar-lhe o atributo da legalidade. Dessa forma, é fundamental abordar os critérios para a restrição de direitos.⁴⁸

Para Estados adotarem a implementação de convenções internacionais de Direitos Humanos por meio da inclusão das restrições contidas nestas convenções, dentro dos direitos previstos nas constituições nacionais para dar a essas restrições *status* legal, deve haver vários critérios. A Declaração Siracusa estabeleceu os critérios gerais a serem levados em conta para justificar as disposições restritivas do Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos, que foram enumerados em catorze critérios:

1. Não permitir quaisquer restrições a outros direitos além daqueles cobertos pelas disposições do próprio Pacto Internacional.
2. As restrições referidas no Pacto Internacional não serão interpretadas de forma incompatível com a substância do direito a que se refere ou que o ponha em causa.
3. Todas as disposições restritivas devem ser interpretadas de forma restritiva e devem servir os direitos em causa.
4. Interpretação de textos restritos à luz do direito em questão.
5. A lei reconhece todas as disposições restritivas reconhecidas no Pacto Internacional de acordo com os propósitos do Pacto Internacional.
6. A limitação mencionada no Pacto Internacional não se aplicará para nenhum outro fim que não seja o propósito para o qual essa limitação é interpretada.
7. Restrições não devem ser aplicadas arbitrariamente.
8. Qualquer limitação está sujeita à possibilidade de compensação e negociação contra abuso.
9. O direito reconhecido no Pacto Internacional não pode ser derogado de maneira contrária ao artigo 2 (1)⁴⁹.

⁴⁸ Considerar. Dr. Katkat Jamil Yousef Justificativas para a Redução de Direitos Humanos e Garantias Legais Al-Ahlia Publishing House, Amman, 1990, p. 82.

⁴⁹ Artigo 2.º parágrafo 1 Cada um dos Estados-Signatários no presente Pacto compromete-se a respeitar e a garantir a todos os indivíduos que se encontrem no seu território e estejam sujeitos à sua jurisdição, os direitos reconhecidos no presente Pacto, sem distinção alguma de raça, cor, sexo, língua, religião, opinião política ou de outra índole, origem nacional ou social, posição económica, nascimento ou qualquer outra condição social.

10. Quando a restrição se torna necessária, uma expressão necessária (implicitamente indica que a restrição é necessária)

A. Baseou-se em uma das justificativas para a observância reconhecida no Pacto Internacional.

B. Tem sido o resultado de uma necessidade social ou pública.

C. De acordo com um objetivo legítimo.

D. Seja igual ou apropriado para esse objetivo.

11. Ao aplicar restrições, o Estado não deverá usar meios restritivos além daqueles necessários para alcançar o propósito para o qual as restrições foram aplicadas.

12. O Estado tem a obrigação de justificar limitações aos direitos estabelecidos no Pacto Internacional.

13. As condições estabelecidas no artigo 12 do Pacto Internacional exigem que as restrições sejam consistentes com outros direitos reconhecidos no presente Pacto e presume-se que estejam disponíveis nas restrições prescritas sobre outros direitos reconhecidos no presente Pacto.⁵⁰

14. As disposições do Pacto Internacional não devem ser interpretadas de maneira a restringir o exercício de outros Direitos Humanos que devam ser objeto de maior proteção sob outras obrigações internacionais que vinculem o Estado.

Com base na definição do termo restrições, podemos construir as condições que devem ser cumpridas para limitar os direitos públicos básicos, em caso de uma emergência que possa surgir nos Estados, observando-se seguinte:

1- A lei internacional de Direitos Humanos exige que haja um Estado geral de emergência na imposição de restrições aos direitos.

2- Para ser um Estado de emergência pública, de ser verificar uma ameaça

⁵⁰ Artigo 12.º

1-Toda a pessoa que se encontre legalmente no território de um Estado terá direito de nele circular e aí residir livremente.

2-Toda a pessoa terá direito de sair livremente de qualquer país, inclusivamente do próprio.

3-Os direitos anteriormente mencionados não poderão ser objeto de restrições, salvo quando estas estejam previstas na lei e sejam necessárias para proteger a segurança nacional, a ordem pública, a saúde ou a moral públicas, bem como os direitos e liberdades de terceiros, que sejam compatíveis com os restantes direitos reconhecidos no presente Pacto.

para a vida da nação.

3- O Estado deve declarar oficialmente o Estado de emergência pública.

4- Determinar o direito de ser restrito.

5- Quando recorrer à restrição, o período de tempo exigido pelos requisitos da situação deve ser determinado.

6- A restrição deve ser apropriada em termos de objetivo.

7- Não abusar da restrição.

8- O procedimento de limitação não deve ser inconsistente com as obrigações do outro Estado sob o Direito Internacional dos Direitos Humanos.

9- Os procedimentos para a restrição não garantem a discriminação com base em raça, cor, sexo, língua, religião ou origem social.

10- O Estado que invocar esses procedimentos notificará imediatamente os demais Estados Partes da Convenção Internacional dos Direitos Humanos por intermédio do Secretário-Geral das Nações Unidas, inclusive por meio da identificação dos textos pelos quais tenha feito suas próprias derrogações e das razões pelas quais eles tenham optado por essa solução.

Tornou-se necessário saber que restrições ao uso de direitos eram permitidas para segurança nacional, segurança pública, saúde pública, emergências públicas e outras considerações, segurança contra o abuso ou abuso deste direito concedido pelo Direito Internacional Humanitário aos Estados. É necessário sujeitar as restrições ao controle judicial, que é a base para diferenças de opinião entre indivíduos ou grupos por parte das autoridades públicas.

De acordo com as regras do Direito Internacional, a desativação de direitos através da imposição de restrições reconhecidas aos Direitos Humanos, pode, necessariamente, levar ao uso indevido de tais restrições. Portanto, em face de tais restrições, devem ser respeitados os princípios básicos dos Estados, que são:

1- Princípio da legalidade.

2. Princípio do Estado de direito.

3. Respeito pela dignidade do indivíduo.

4. Princípio de que direitos e liberdades são absolutos e restrições de exceções.

5. Princípio da igualdade e da não discriminação.
6. Princípio de não crime ou punição sem lei.
7. Princípio da não retroatividade das leis.
8. Princípio do julgamento justo em processos judiciais e o princípio de *non bis in idem*.
9. Princípio da proporcionalidade.

Não somente esses princípios devem ser respeitados pelos Estados ao estabelecer limitações aos direitos e liberdades. A Declaração Universal dos Direitos Humanos e o Pacto Internacional sobre os Direitos Civis e Políticos têm, implicitamente, outros princípios fundamentais e, portanto, são reconhecidos internacionalmente e devem ser respeitados por todos os Estados. São eles:

1. Princípio da boa-fé.
2. Respeito pelos direitos do indivíduo adquirido.
3. Princípio da equidade.
4. Princípio da autodeterminação.
5. Princípio das relações amistosas e da cooperação entre povos e nações.
6. Princípio da manutenção da paz mundial.⁵¹

Convenções internacionais de Direitos Humanos existem para proteger esses direitos, que são de vital e fundamental importância para o desenvolvimento democrático. Por isso cabe ao Estado, sob as regras do Direito Internacional, colocar restrições sobre os direitos e liberdades para regular o exercício e gozo por considerações internacionais, incluindo a proteção da segurança nacional, da ordem pública, segurança pública, moral pública, saúde pública, bem como para proteger os direitos e liberdades dos outros. Tendo em vista a multiplicidade de necessidades e diferenças, não é possível equilibrar direitos e liberdades, o que leva a uma contradição óbvia; sem resolver essa contradição, a vida social torna-se palco de um conflito permanente e contínuo.

⁵¹ Artigo 29.º, terceiro parágrafo, bem como o artigo 30.º da Declaração Universal dos Direitos do Homem de 1948.

Portanto, as convenções internacionais adotaram várias razões para a imposição de restrições aos direitos. Dessa forma, os textos dessas restrições em instrumentos internacionais serão analisados, bem como as razões para a imposição de restrições em circunstâncias normais e excepcionais.

Essa análise será feita a partir de dois aspectos: conteúdo das restrições aos direitos civis e políticos nas convenções internacionais e regionais sob circunstâncias normais.

As convenções internacionais concederam o direito de regulamentar os direitos e liberdades dos Estados partes para encontrar um equilíbrio entre direitos e liberdades públicas e o interesse público.

O conceito de ordem pública no Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (PIDCP) é útil para identificar o material que impõe restrições aos direitos e liberdades, e aparece de diferentes formas. A ordem pública significa todos os fatores políticos, econômicos e éticos que são essenciais para manter a composição social do Estado. Representa todas as expressões relacionadas à segurança pública e à moral pública devido a sua estreita relação com a organização de vários direitos e liberdades sob condições normais. Circunstâncias, através do seu fornecimento nos artigos restritos em convenções internacionais, para que possa envolver o exercício da liberdade.

Essas restrições atingem também os direitos dos indivíduos a serem responsabilizados em caso de transgressão ou uso indevido destes direitos e, como resultado da violação de o interesse público, em particular, que a proteção do interesse público é um dos deveres dos principais Estados, especialmente no que diz respeito à exatidão e organização dos serviços públicos e à proteção do país e sua integridade territorial. Liberdades estabelecidas nas convenções e constituições nacionais, e que os conceitos utilizados pelas essas convenções para restringir esses direitos com o objetivo de organizá-los.

Após a Declaração dos Direitos Humanos, de 1948, os direitos civis e políticos foram sujeitos ao exercício das restrições impostas pela lei, que visa respeitar o interesse público e a ordem pública e a virtude ou moralidade, bem como o respeito pelos direitos e liberdades de outros (artigo 29, Parágrafo II). A Declaração afirma no parágrafo terceiro do referido artigo não exercer tais direitos em contravenção aos

princípios da Organização das Nações Unidas.

Decorre daí que a imposição de cláusulas restritivas aos direitos civis e políticos se justifica, nas circunstâncias habituais, da seguinte forma:

Quando o exercício dos Direitos Humanos só for possível em conformidade com um texto legal previsto na legislação nacional e quando for geral na prática e consistente com os princípios e propósitos das Nações Unidas.

Tais disposições restritivas dos direitos e liberdades dos indivíduos devem ser razoáveis na prática e não devem ser habituais de uma maneira que leve à violação desses direitos. Tal implementação não deve ser caracterizada por raça, cor, sexo, idioma, religião, opinião política ou outra, social, riqueza ou descendência.

É essencial que essa regra legal que restringe o exercício dos direitos seja clara e acessível a todos por meio da publicação e publicidade. Ao aplicar a lei que regula esses direitos, o legislador deve implementar a prevenção necessária e tratamento eficaz contra práticas ilegais ou uso indevido de restrições de direitos.

A ordem pública para impor restrições a direitos, a longo prazo, deve constar de textos específicos e conter as hipóteses de responsabilização e reabilitação dessas restrições. Constatou-se que essas restrições não podem enfraquecer a prática democrática da sociedade. Sociedade democrática é aquela que reconhece e respeita os Direitos Humanos de acordo com a Carta das Nações Unidas e com a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

A expressão da ordem pública usada em declarações e instrumentos internacionais de Direitos Humanos significa um conjunto de regras ou princípios básicos que enfatizam a segurança da sociedade ou preservam o funcionamento de uma sociedade baseada no respeito aos Direitos Humanos como parte da ordem pública na qual é baseada.

Outra expressão utilizada é da saúde pública, que permite ao legislador nacional restringir os Direitos Humanos e as liberdades fundamentais ao tomar medidas para lidar com uma séria ameaça à saúde da população, como resposta a doenças transmissíveis graves, por exemplo. Essa medida protege a saúde física e mental da sociedade em caso de propagação de epidemias e doenças infecciosas. Dessa forma, restringem-se direitos e liberdades de acordo com os regulamentos internacionais de saúde aprovados pela Organização Mundial da Saúde.

Como anteriormente exposto, o Pacto São José das Costa Rica⁵², de 1966, prevê como razão para restrições aos direitos e liberdades.⁵³ Refere-se à preservação de princípios aceitos pela maioria dos cidadãos como prova de seu comportamento. Princípios éticos gerais variam com o tempo e de cultura para cultura. O objetivo de restringir os direitos para preservação da moral pública em um determinado país é preservar e respeitar os valores e tradições fundamentais das sociedades e costumes herdados.⁵⁴ O problema surge devido à ausência de um conceito unificado de moralidade pública e o que é necessário para mantê-la. Portanto, há uma incapacidade de avaliar as restrições quando destinadas à proteção da moralidade.

A referência a questões de segurança pública significa a proteção de pessoas contra danos que possam ser causados a elas ou a seus bens.⁵⁵

O objetivo de restringir os direitos e liberdades para proteger os direitos e liberdades de outros é encontrar um equilíbrio entre os direitos individuais e os direitos e liberdades dos outros. Isso é feito restringindo as visões que uma pessoa tem, devido a certos privilégios, relação profissional ou casamento, por exemplo. A restrição também pode ser aplicada à liberdade de expressão, pois pode ser perigosa para a segurança nacional, desonrosa ou prejudicar a reputação de pessoas físicas ou jurídicas, mas sem essa restrição, a fim de proteger os políticos da opinião pública ou crítica substantiva voltada para o benefício de sociedade "

A Declaração Siracusa limitou as restrições à acusação pública por uma cláusula especial, e confirmou que todos os julgamentos eram públicos a menos que a Corte assim decidisse por lei:

(1) A imprensa ou o público deve ser excluído da totalidade ou de parte do julgamento com base no fato de que a apresentação dos resultados do tribunal afeta a vida privada das partes ou de pessoas no julgamento, de suas famílias ou atingir crianças ou adolescentes.

(2) Se a exceção ou restrição em tornar o tribunal secreto for absolutamente

⁵² O documento só seria ratificado pelo Brasil em 25 de setembro de 1992, sendo que esta passou a ter validade no ordenamento interno a partir do Decreto 678 de 6 de novembro de 1992.

⁵³ (artigo 12/14,3/18,1/19,3/22,3/2) Do Pacto Internacional de 1966 sobre os Direitos Civis e Políticos.

⁵⁴ A restrição pode estar relacionada a tornar as audiências de julgamento secretas para a imprensa e a mídia

Lidar com o tema da reputação e o que pode ser infligido à pessoa por causa do dano público.

⁵⁵ Veja o Documento de Declaração de Siracusa UN, Doc E/ CN4/ 1985/ 4.1985.33

necessária para evitar propaganda maliciosa e publicidade da conduta da justiça no julgamento, ou que a declaração e propaganda ponham em perigo a ordem pública e a moral na sociedade democrática.

Essa Convenção Internacional entrou em vigor em 23 de março de 1970, de acordo com as disposições do Artigo 41, e é vinculante para todos os Estados Partes. Incluiu muitas restrições para fins de regular o exercício de direitos em circunstâncias comuns e de acordo com uma lei que o regule.

(A) A liberdade de um indivíduo pode ser restringida por prisão ou detenção, mas de acordo com razões legais e com base na lei do devido processo no início.⁵⁶

(B) A liberdade de circulação do indivíduo também pode ser restringida pela sua liberdade de escolher o seu local de residência e partida para qualquer país de acordo com as regras legais e procedimentos considerados legais no país, desde que tal restrição seja necessária para a proteção e manutenção da ordem pública, saúde pública ou moral ou os direitos e liberdades de outrem sem abuso desse direito⁵⁷

(C) O estrangeiro pode ser expulso legalmente de acordo com uma decisão tomada de acordo com a lei, mas depois de conceder ao residente o direito de rever todos os métodos legais para que ele possa apresentar as razões que impedem suas dimensões, mas este direito foi restringido por razões de segurança nacional⁵⁸

(D) A imprensa e o público poderão ser impedidos de participar no julgamento, no todo ou em parte, e tornar confidencial o julgamento se, em alguns casos excepcionais, a publicidade for prejudicial à conduta da justiça, o julgamento envolver jovens, disputas entre cônjuges ou custódia de crianças, por razões de moral pública e de manutenção da ordem pública ou em relação à privacidade das partes no processo⁵⁹

(E) A liberdade de um indivíduo para manifestar sua religião ou crença pode ser restringida de acordo com as regras legais previstas nas leis do exercício de crenças religiosas em um determinado país, quando tais restrições são necessárias

⁵⁶ Veja em detalhes que artigo (1) Eufates 1-5 do Pacto Internacional de 1966.

⁵⁷ O artigo 12 do Pacto Internacional.

⁵⁸ O artigo 13 do Pacto Internacional.

⁵⁹ O artigo 14 de PIDCP

para proteger a segurança pública, ordem, saúde pública ou moral, ou para proteger os direitos e liberdades de outros.⁶⁰

(F) O direito à liberdade de expressão, incluindo a liberdade de buscar, receber e transmitir informações e ideias por meio da escrita ou impressão, pode ser limitado às restrições previstas em lei e quando isso é necessário para proteger a ordem pública, a saúde pública ou moral, para respeitar os direitos, liberdades ou reputações dos outros.⁶¹

(G) Indivíduos podem ser privados de reunião pacífica de acordo com uma lei que regule isso e com os procedimentos necessários para proteger a segurança pública, a ordem pública, a saúde pública ou a moral, para proteger os direitos e liberdades de outros.⁶²

(H) Restrições podem ser impostas ao exercício do direito à liberdade de associação com outros e à organização de sindicatos em conformidade com a lei e com a finalidade de proteger a segurança pública ou ordem, proteger a saúde pública ou moral e proteger os direitos e liberdades de outras.⁶³

Essa Convenção reconhece as circunstâncias comuns dos direitos dos indivíduos civis e políticos. O artigo 2 da presente declaração concede ao Estado parte o direito de promulgar leis e regulamentos relativos ao direito de residir em um país. O artigo também concede o direito de um Estado de fazer distinções entre nacionais e estrangeiros, contanto que tais leis estejam em conformidade com as obrigações legais internacionais desse Estado, incluindo suas obrigações de Direitos Humanos.

Também permite que os estrangeiros desfrutem direitos sob certas restrições, como o direito à vida e à segurança pessoal, e a não serem arbitrariamente detidos. O direito à liberdade de religião ou crença também está sujeito às restrições impostas por lei. O direito à reunião pacífica e o direito de se associar a sindicatos e outras organizações ou associações determinadas por leis e sua restrição serão necessários para proteger a segurança pública ou ordem pública, a saúde pública ou a moral e os

⁶⁰ O artigo 18 parágrafo 3 de PIDCP.

⁶¹ O artigo 19 parágrafo 3 de PIDCP.

⁶² O artigo 21 de PIDCP.

⁶³ O artigo 22 parágrafo 2 de PIDCP.

direitos e liberdades de outros.⁶⁴

6 APLICAÇÕES DO DIREITO DE PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DOS MIGRANTES

6.1. O direito de voto da pessoa migrante

O direito à participação política não se limita ao direito de voto, mas se estende a outras atividades sociais que podem resultar em alterações políticas do Estado ou manter o *status quo*, tais como atividades partidárias, sindicais ou laborais.

Em alguns países, o direito de voto é restrito aos cidadãos do país em questão, lógica que segue o princípio revolucionário americano: "nenhum imposto sem representação" (*no taxation without representation*). E entre a nacionalidade que transnacionais, também pelo o apoio de imigração para as novas áreas (a América Ocidental no século XIX), estão em graus variados em diferentes circunstâncias e estes direitos são para alguns ou todos da população estrangeira no território do Estado em questão.

O Tratado de Maastricht (1992), que foi aprovado em 1992, impôs reciprocidade no direito de voto entre os Estados membros da UE (por exemplo, eleições locais), mas essa condição existe apenas nas eleições do Parlamento Europeu.

Em vários países europeus, iniciaram-se discussões sobre a questão do direito de voto para estrangeiros, e isso se tornou um ponto de virada, já que residentes estrangeiros agora têm o direito de votar em alguns países europeus. Luxemburgo, Bélgica, Lituânia e Eslovénia adotam esse direito de diferentes formas aos residentes estrangeiros, precedidos pela Suécia, Dinamarca, Finlândia e Países Baixos.⁶⁵

O debate sobre essa questão também existe nos Estados Unidos; cerca de 20 Estados e territórios reconheceram o direito de votar dos estrangeiros décadas atrás. O mais recente foi Arkansas, em 1926. A Constituição em Maryland dá autonomia aos

⁶⁴ Veja os Artigos 5 e 8 da Declaração sobre os Direitos Humanos dos Indivíduos que Não São Nacionais do País em que Residem, 1985, adotados pela Resolução da Assembleia Geral das Nações Unidas nº 4/144 de 13/12/1985.

⁶⁵ a, b, c, d et e Harald Waldrauch, « Electoral rights for foreign nationals: a comparative overview of regulations in 36 countries [archive] », European Centre for Social Welfare Policy and Research (Vienna), National Europe Centre Paper No. 73, février 2003.

municípios na tomada de decisões. Muitas cidades discutiram essa questão, incluindo o Parque Tacoma (17.000 pessoas), em 1991. Amherst e Cambridge, no estado de Massachusetts, queriam fazer o mesmo em 1998, mas a ideia foi rejeitada pela Assembleia do referido Estado. Uma série de propostas legislativas também foram apresentadas no Texas (onde a direita existia até 1921) e na Califórnia, e muitos políticos apoiaram a ideia no Estado de Nova York.⁶⁶

Na Suíça, que é uma federação, algumas entidades federais têm o poder de tomar decisão em relação ao direito a voto de estrangeiros, por isso há cinco províncias que reconhecem o direito dos estrangeiros a votar. Três outras – Canton Appenzell, Canton de Graubünden e Canton de Basileia – mantêm a tomada de decisão nas mãos de municípios, que têm o direito de legislar da forma que considerar mais adequada sobre esse direito. Houve referendos em outros municípios sobre o assunto, mas não funcionaram.⁶⁷

O Parlamento Europeu, o Conselho da Europa e a Conferência do Mar Báltico emitiram várias recomendações para introduzir o direito de voto a todos os residentes estrangeiros nas eleições locais dos países em questão. A Convenção sobre a Participação de Estrangeiros na Vida Pública foi aberta pelo Conselho da Europa para assinatura e ratificação em 5 de fevereiro de 1992.⁶⁸

6.2. Antecedentes e situação atual

O artigo 4 da Constituição do primeiro ano de 24 de junho de 1793 (nunca utilizado) concedeu a nacionalidade a qualquer estrangeiro que "viveu na França por um ano, trabalhou, casou com francês, adotou criança francesa; depois que qualquer estrangeiro tiver direito a essa vantagem, ele será julgado pela legislatura pelo seu devido mérito e por sua humanidade."⁶⁹

Desde 1850, o cantão suíço de Neuchâtel reconheceu o direito de voto, mas

⁶⁶ Jamin Raskin, « Legal Aliens, Local Citizens: The Historical, Constitutional and Theoretical Meanings of Alien Suffrage [archive] », University of Pennsylvania Law Review, 1993, 141:1391-1470.

⁶⁷ Jean-Luc Gassmann, Jura et Neuchâtel : L'extension du droit d'éligibilité des étrangers se poursuit, Institut du fédéralisme, Université de Fribourg, juin 2007 [Version web [archive]]

⁶⁸ Convention sur la participation des étrangers à la vie publique au niveau local [archive], Conseil de l'Europe, 22 juin 2007.

⁶⁹ La définition de la citoyenneté dans les pays occidentaux, La Documentation française [archive]

não para os residentes estrangeiros nas eleições locais. Deve-se mencionar que, no século XIX, o direito de votar não era automaticamente garantido aos cidadãos de Cantão, de município a outro município.⁷⁰

QUADRO 1 - Aplicações contemporâneas dos direitos de voto de migrantes (casos nacionais individuais)

Estados que concedem o direito de voto aos estrangeiros no âmbito das províncias e dos Estados, a condição de residência ligal por um número mínimo de anos.	Estados que não permitem que um estrangeiro vote, a menos que tenha a cidadania de países específicos.	Países que não permitem que um estrangeiro vote até que tenha obtido a cidadania nacional do país de residência.
Irlanda	Grécia	Alemanha
Marrocos	Portugal	Canadá
Argentina	Espanha	Brasil
Antigua e Barbuda	Reino Unido	
Austrália	Áustria	
Chile	Bélgica	
Colômbia	Bulgária	
Uruguai	Nova Scotia	
Venezuela	Cabo Verde	
Malawi	Chipre	
Dinamarca	República Checa	
	Dominica	
	França	

⁷⁰ Thierry Christ, "Il est juste que ceux qui paient puisse voir ce qu'on fait de leur argent": Le droit de vote des étrangers dans les débats politiques neuchâtelois de la seconde moitié du xixe siècle, *Revue historique neuchâteloise* no 3-4 (Des chartes de franchises à la nouvelle Constitution: une histoire des institutions neuchâteloises), janvier/juin 2002, p. 293-308.

Os primeiros casos a serem detalhados são de Estados que concedem o direito de voto aos estrangeiros no âmbito das províncias e dos Estados, a condição de residência ligal por um número mínimo de anos.

Em 18 de abril de 2008, Conor Lenihan, Ministro da Integração da Irlanda, anunciou que os direitos de voto completos, incluindo para presidente e Dáil Éireann⁷¹, seria concedido para todos os migrantes da UE. Atualmente, ainda precisa entrar em vigor.⁷²

Em 17 de dezembro de 2008, após uma cimeira espanhol-marroquina, o primeiro-ministro marroquino Abbas El Fassi declarou que o seu governo estava "estudando" a possibilidade de conceder direitos de voto para as eleições municipais para residentes estrangeiros no Marrocos.⁷³

A nova Constituição marroquina adotada em julho de 2011 inclui, no seu artigo 30, essa possibilidade: "Os estrangeiros desfrutam das liberdades fundamentais reconhecidas aos cidadãos marroquinos, segundo a lei. Aqueles que residem no Marrocos podem participar nas eleições locais de acordo com a lei, a aplicação de convenções internacionais ou práticas de reciprocidade."⁷⁴

Embora os residentes estrangeiros não possam votar nas eleições nacionais (presidente, vice-presidente e legisladores nacionais), eles podem votar em províncias que tenham legislação que permita que estrangeiros votem nas eleições provinciais/municipais. Para exercer esse direito, o requisito é conhecer a legislação provincial correspondente. No entanto, em todos os casos, é obrigatório ter o Documento de Identidade Nacional (DNI) e estar inscrito num registro especial criado para esse efeito.⁷⁵

O artigo 61 da Constituição da cidade de Buenos Aires afirma que "o sufrágio

⁷¹ o parlamento irlandês.

⁷² Henry McDonald. "EU migrants living in Ireland to be allowed to vote". the Guardian.

⁷³ Tahar Abou El Farah, "Le Maroc veut accorder le droit de vote aux étrangers pour les municipales", Le Soir Échos, 17 December 2008

⁷⁴ Os estrangeiros gozam das liberdades fundamentais reconhecidas pelos cidadãos marroquinos, de acordo com a lei. Aqueles que residem em Marrocos podem participar em eleições locais a lei, a aplicação de convenções internacionais ou práticas recíprocas., Constituição marroquina de 2011 arquivado 2012-02-29 no Wayback Machine, no Portal Nacional Marrocos.

⁷⁵ Website of the Argentinian Government Archived 2012-05-05 at the Wayback Machine, 3

é livre, igual, secreto, universal, compulsório e não cumulativo. Os residentes estrangeiros gozam desse direito, com as obrigações correlatas, em igualdade de condições com os cidadãos argentinos registrados neste país", nos termos estabelecidos pela lei.⁷⁶

Em 2012, houve uma proposta de lei do governo para conceder direito de voto em todas as eleições para residentes estrangeiros legais, como no Chile e no Uruguai, mas com uma exigência de residência de 2 anos⁷⁷. A proposta foi apresentada pelos senadores do Partido Justicialista Aníbal Fernández e Elena Corregido^{78, 79}. Outra semelhante havia sido rejeitada pelo Congresso Nacional em 1890, supostamente por medo de imigrantes anarquistas e socialistas.⁸⁰

Os cidadãos da Commonwealth podem votar e são elegíveis para as eleições parlamentares, mas a "fidelidade a um Estado estrangeiro" é um critério para a inelegibilidade.⁸¹

Na Austrália, "súbditos britânicos", que não são cidadãos australianos, têm direito a voto nas eleições federais desde 1948. Embora esse status tenha sido abolido em 1984, aqueles que estavam na lista eleitoral mantinham o direito de voto⁸². Os não cidadãos geralmente podem votar nas eleições do governo local, sujeitos a diferentes requisitos de residência.

A Constituição Chilena de 1980 afirma em seu artigo 14: "Os estrangeiros residentes no Chile por mais de cinco anos e que cumpram com os requisitos prescritos no primeiro parágrafo do artigo 13, poderão exercer o direito de voto nos casos e na maneira determinada por lei". O artigo 13 declara que "os cidadãos são aqueles chilenos que atingiram a idade de dezoito anos e que nunca foram

⁷⁶ "Constitución de la Ciudad Autónoma de Buenos Aires" (in Spanish). Ciudad Autónoma de Buenos Aires. October 1, 1996. Archived from the original on 2007-11-22. Retrieved 2007-12-13.

⁷⁷ Michael Warren, "Argentina wants foreigners, 16-year-olds to vote", Associated Press, August 20, 2012, Accessed May 22, 2013

⁷⁸ Michael Warren, "Argentina wants foreigners, 16-year-olds to vote", Associated Press, August 20, 2012, Accessed May 22, 2013

⁷⁹ Laura Zommer, "No tantos extranjeros podrían votar en el país", La Nacion, September 23, 2012

⁸⁰ María José Greloni, El voto extranjero en Argentina: El caso de la Ciudad de Buenos Aires, June 2012

⁸¹ "Antigua and Barbuda". Inter-Parliamentary Union. Retrieved 2007-12-12

⁸² "Immigrant Voting Project - Global Resident Voting Timeline". immigrantvoting.org. Archived from the original on 2004-08-05. Retrieved 2007-06-09

sentenciados a punições aflitivas"⁸³. Uma reforma constitucional de 2005 introduziu uma segunda linha no artigo 14, na qual consta que os direitos de elegibilidade dos cidadãos naturalizados para concorrer a cargos apenas ocorrem cinco anos depois de receberem um cartão de naturalização⁸⁴.

Em 1991, a constituição foi alterada para permitir que os não cidadãos votassem nas eleições locais, mas as mudanças não foram implementadas imediatamente⁸⁵. Em 31 de julho de 2006, a Colômbia aprovou o voto de estrangeiros para prefeitos e eleições municipais. Para votar, os estrangeiros devem ter sido residentes da Colômbia por cinco anos e registrar-se nos órgãos eleitorais. A votação não é obrigatória, e os estrangeiros votantes têm os mesmos privilégios que os cidadãos teriam⁸⁶.

Desde 1952, residentes por 15 anos no Uruguai têm direito de voto nacional⁸⁷.

Na Venezuela, o direito de votar em eleições municipais, paroquiais e estaduais se estende a estrangeiros maiores de dezoito anos que tenham dez anos de residência ou mais no país. A provisão para o voto não cidadão aparece no Artigo 64 da Constituição Venezuelana de 1999, e tem suas raízes constitucionais em uma Emenda de 1983 à Constituição anterior de 1961⁸⁸.

Os não-cidadãos que tenham sido habitualmente residentes no Malawi, durante sete anos, podem votar nas eleições parlamentares, mas apenas os cidadãos do Malawi são elegíveis.⁸⁹

Para membros da União Europeia (UE), os direitos de voto e elegibilidade foram concedidos aos cidadãos nórdicos do país da União do Passport, em 1977, com uma condição de residência de três anos para eleições municipais e do condado. Esses direitos foram estendidos a todos os residentes estrangeiros em 1981. Em 1995, o

⁸³ "Constitution of the Republic of Chile Adopted 21 October 1980 (does not include the 2005 amendments)" (PDF). University of Richmond, Constitution Finder

⁸⁴ "Constitución Política de la República de Chile de 1980 - Incluye Reformas de 1989, 1991, 1997, 1999, 2000, 2003 y 2005. Actualizada hasta la Ley 20.050 de 2005" (in Spanish). Georgetown University Political Database of the Americas.

⁸⁵ "Immigrant Voting Project - Global Resident Voting Timeline". immigrantvoting.org. Archived from the original on 2004-08-05.

⁸⁶ "Por medio de la cual se reglamenta el voto de extranjeros residentes en Colombia" (pdf) (in Spanish). Retrieved 2007-06-07. (" By means of which the vote of resident foreigners in Colombia is regulated ")

⁸⁷ "Immigrant Voting Project - Global Resident Voting Timeline". immigrantvoting.org

⁸⁸ Ellen Van Scoyoc. "Immigrant voting rights in Venezuela". immigrantvoting.org.

⁸⁹ Malawi". Inter-Parliamentary Union. Retrieved 2007-12-12.

requisito de residência de três anos foi abolido para os residentes da UE, em conformidade com a legislação europeia, e para os residentes nórdicos.

A segunda situação a ser detalhada é de países que não permitem que um estrangeiro vote, a menos que tenha a cidadania de alguns países específicos.

Os residentes na UE têm direito de voto e elegibilidade para as eleições locais e europeias. Em 2010, esses direitos foram estendidos para as eleições locais para estrangeiros não pertencentes à UE. São 12.762 residentes estrangeiros de um eleitorado potencial de 266.250, efetivamente registrados para votar nas eleições autárquicas de novembro de 2010⁹⁰.

Em 1971, os residentes brasileiros obtiveram direitos de voto e elegibilidade em Portugal para eleições municipais com um requisito de residência de 2 anos, e 4 anos para elegibilidade. Em 1982, essa disposição foi estendida aos residentes de Cabo Verde, no quadro da reciprocidade entre a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. Foi ampliado novamente em 1997, sob uma regra geral de reciprocidade, mas com 4 anos de residência, para residentes peruanos e uruguaios, elegíveis após 5 anos de residência, e para residentes da Argentina, Chile, Estônia, Noruega e Venezuela, sem elegibilidade.⁹¹

Contudo, em 2005⁹² esta lista de países foi reduzida a direitos de voto nas eleições locais: os países da UE (agora incluindo a Estônia), Brasil, Cabo Verde, Noruega, Uruguai, Venezuela, Chile e Argentina, Islândia. Um decreto de 2013 acrescentou Colômbia, Nova Zelândia e Peru⁹³. Com elegibilidade para concorrer às eleições, estão os países da UE, Brasil e Cabo Verde.

Alguns residentes brasileiros com *status* especial têm direito a voto, mas não direitos de elegibilidade, mesmo para eleições parlamentares e regionais⁹⁴.

⁹⁰ Massaliotis, It's All Greek to Me!, Nr. 141 - October 2010

⁹¹ Waldrauch, Harald (February 2003). "Electoral rights for foreign nationals: a comparative overview of regulations in 36 countries" (PDF). National Europe Centre Paper. European Centre for Social Welfare Policy and Research (Vienna) (73)

⁹² "Declaração n.º 9/2005 - Países cujos nacionais gozam de direitos eleitorais em Portugal". Diário da República n.º 130 SÉRIE I-A. Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral - STAPE do Ministério da Administração Interna. July 8, 2005.

⁹³ "Declaração n.º 4/2013 de 24 de junho"

⁹⁴ "Direito de Voto dos Cidadãos Estrangeiros" (pdf) (in Portuguese). Secretariado Técnico dos Assuntos para o Processo Eleitoral - STAPE do Ministério da Administração Interna. February 18, 2003.

Há um debate político sobre se os direitos de voto devem ser estendidos a todos os residentes não cidadãos, já que a cláusula de reciprocidade exclui 50% dos residentes não cidadãos. Em maio de 2007, o Alto Comissariado de Migrações e Minorias Étnicas defendeu publicamente a abolição da cláusula de reciprocidade e a extensão do direito de voto para residentes estrangeiros a todas as eleições, incluindo eleições parlamentares e presidenciais⁹⁵.

Os direitos de voto municipais são concedidos a cidadãos de países que retribuem concedendo direitos de voto a cidadãos espanhóis, quando a reciprocidade é consagrada num tratado bilateral ratificado pela Espanha. Desde 1997, os países que atendem esse critério são Estados membros da UE e Noruega. Em 1989-1990, foram incluídos Dinamarca, Holanda, Suécia e Noruega. Tratados bilaterais com Argentina (1988), Chile (1990) e Uruguai (1992) nunca foram promulgados, pois os direitos de voto não estão consagrados em uma lei específica no Chile, e para os outros dois países os instrumentos de ratificação nunca foram trocados⁹⁶. Há também "tratados de amizade" semelhantes com a Colômbia e a Venezuela⁹⁷. Está em curso um debate na Espanha sobre a ratificação de tratados bilaterais existentes ou sobre a alteração da constituição, a fim de conceder a todos os residentes direitos de voto sem reciprocidade, mas alguns partidos catalães se opõem a isso⁹⁸.

No Reino Unido, todos os direitos de voto e direitos de candidatura são concedidos a cidadãos da Irlanda e a cidadãos "qualificados" dos países da Commonwealth; isso porque eles não são considerados na lei como estrangeiros. Esse é um legado da situação que existia antes de 1983, quando eles tinham o *status* de súditos britânicos⁹⁹.

Para as eleições locais, as eleições supralocais (Autoridade da Grande Londres, Comissário de Polícia e Crime) e eleições para as assembleias parlamentares e Assembleias (Parlamento Escocês, Assembleia Nacional do País de

⁹⁵ ["Direito de voto igual para todos"](#). *O Primeiro de Janeiro*. May 22, 2007.

⁹⁶ "Le droit de vote des étrangers aux élections locales" (PDF). Les documents du Sénat - Série Législation comparée (in French). Senate of France. n° LC 154. December 2005

⁹⁷ Anna Cabeza (August 27, 2006). "Los extranjeros de la UE podrían decidir con sus votos al menos un par de concejales de Barcelona" (in Spanish). ABC.

⁹⁸ Josep Garriga (August 19, 2006). "Los partidos catalanes, divididos ante el derecho de voto de los inmigrantes" (in Spanish). El País.

⁹⁹ Earnest, David C. (November 7, 2003). "Voting Rights for Resident Aliens: A Comparison of 25 Democracies". Old Dominion University.

Gales, Assembleia da Irlanda do Norte), cidadãos da UE gozam dos mesmos direitos que os cidadãos da Commonwealth¹⁰⁰.

Nos termos da Lei das Autoridades Eleitas (Irlanda do Norte) de 1989, os eleitores locais na Irlanda do Norte eram cidadãos da Commonwealth ou cidadãos da República da Irlanda. A Representação do Povo de 2000 substituiu essa seção por "um cidadão da Commonwealth, cidadão da República da Irlanda ou cidadão relevante da União"¹⁰¹.

A Lei de Representação do Povo de 2000 também introduziu um novo sistema de registro eleitoral, com dois registros – um para as eleições parlamentares e outro para as eleições locais:¹⁰²

- Uma pessoa tem o direito de votar como eleitor em uma eleição parlamentar em qualquer distrito se, na data da votação, ela for cidadã da Commonwealth ou da República da Irlanda"; "Uma pessoa tem o direito de estar inscrita no registo dos eleitores parlamentares para qualquer círculo eleitoral ou parte de um círculo eleitoral se, na data relevante, ele (...) (c) for um cidadão da Commonwealth qualificado ou um cidadão da República da Irlanda.
- Uma pessoa tem o direito de votar como eleitor numa eleição do governo local em qualquer área eleitoral se, na data da votação, ele (...) (c) for um cidadão da Commonwealth, um cidadão da República da Irlanda ou uma autorizado relevante cidadão da União "; "Uma pessoa tem o direito de ser registrada no registro de eleitores do governo local para qualquer área eleitoral se, na data relevante, ele (...) (c) for um cidadão da Commonwealth qualificado, um cidadão da República da Irlanda ou um cidadão relevante da União.
- Nesta seção, cidadão da Commonwealth qualificado significa um cidadão da Commonwealth que

(a) não é uma pessoa que requer licença sob [1971 c. 77.] Lei de Imigração de 1971 para entrar ou permanecer no Reino Unido, ou

¹⁰⁰ Chris Sear (March 1, 2005). "Electoral franchise: who can vote?" (PDF). Parliament and Constitution Centre.

¹⁰¹ "Representation of the People Act 2000 - SCHEDULE 3 Registration: local elections in Northern Ireland". Office of Public Sector Information (OPSI)

¹⁰² "Representation of the People Act 2000 - Electoral registration and franchise". Office of Public Sector Information (OPSI)

(b) são tal pessoa, mas por enquanto tem (ou seja, em virtude de qualquer decretação, ser tratada como tendo) qualquer descrição de tal licença.

Em 2002, aos não cidadãos foram concedidos direitos de voto nas eleições estaduais em Viena, mas a decisão foi anulada pelo Tribunal Constitucional em junho de 2004¹⁰³. Os cidadãos da UE podem votar e candidatar-se às eleições locais (em Viena, apenas no âmbito municipal, porque Viena é um Estado da Áustria e não um município local) ¹⁰⁴.

Residentes da União Europeia na Bélgica receberam o direito de votar e de ser candidatos para a eleição do Parlamento Europeu de 1994 e também para as eleições municipais de 2000. A princípio, eles só tinham o direito de ser eleitos como vereadores municipais, não como membros do executivo (diretor/vereador ou burgomestre/prefeito); a partir das eleições municipais de 2006, puderam acessar a função de vereador. Eles ainda não podem acessar a função de prefeito, porque inclui a responsabilidade pela força policial local. De acordo com os regulamentos da UE, os residentes da UE estão sujeitos às mesmas condições de residência que os cidadãos belgas, ou seja, a residência no município na data de encerramento dos cadernos eleitorais (31 de julho para as eleições municipais).

Em 2004, os direitos de voto nas eleições municipais foram estendidos aos estrangeiros não europeus que vivem na Bélgica, com certas condições anexadas¹⁰⁵.

Os estrangeiros não pertencentes à UE devem ter vivido na Bélgica durante pelo menos cinco anos antes de terem direito a voto. Qualquer estrangeiro não pertencente à UE que pretenda se beneficiar da nova legislação deve também assinar um juramento de fidelidade à Constituição belga, formalmente concordar em respeitar as leis do país e assinar a Convenção Europeia dos Direitos Humanos. Além disso, os estrangeiros não pertencentes à UE não podem ser candidatos¹⁰⁶.

¹⁰³ La Lettre de la citoyenneté, ed. (September–October 2004). "La Cour constitutionnelle a annulé fin juin la loi adoptée en décembre 2002" (in French). Retrieved 2007-12-06. ("The Constitutional Court rejected on the end of June the law adopted in December 2002")

¹⁰⁴ "Explaining the September election". Austrian Times. July 11, 2008. Archived from the original on August 1, 2008. Retrieved 2008-08-26.

¹⁰⁵ Earnest, David C. (5 March 2005). "Political Incorporation and Historical Institutionalism: A Comparison of the Netherlands, Germany and Belgium". Old Dominion University.

¹⁰⁶ "Belgium grants all expats local election voting rights". www.expatica.com. 20 February 2004. Retrieved 2007-06-07

Dado que a votação é obrigatória na Bélgica e todos os eleitores estão automaticamente inscritos nos cadernos eleitorais (extraídos de um registo nacional informatizado¹⁰⁷), os residentes estrangeiros têm de se inscrever voluntariamente nos cadernos eleitorais e só então estão sujeitos à obrigação de voto. Nas eleições municipais de 2006, apenas 20,9% (110.973 de 529.878) dos potenciais eleitores da UE registraram seu voto (17,6%, ou 87.858 de 498.315 nas eleições municipais de 2000¹⁰⁸), e 15,7% (17.065 de 108.607) nas eleições municipais de 2000¹⁰⁹.

Em fevereiro de 2005, a Constituição búlgara foi modificada em seu artigo 42, com a inclusão de um terceiro parágrafo, afirmando que "as eleições para o Parlamento Europeu e participação dos cidadãos da União Europeia nas eleições para as autoridades locais serão reguladas por lei"¹¹⁰.

Nas eleições provinciais de 2003 e 2006 na Nova Escócia, para ser elegível e para votar, uma pessoa tinha que ser um cidadão canadense ou britânico.

O Artigo 24 da Constituição de Cabo Verde ¹¹¹ afirma que:

- alínea 3: "Os direitos não conferidos a estrangeiros e apátridas podem ser atribuídos a cidadãos de países com o português como língua oficial, exceto para o acesso a funções de órgãos de soberania, serviço nas forças armadas ou na carreira diplomática."
- alínea 4: "A capacidade eleitoral ativa e passiva pode ser atribuída por lei aos estrangeiros e apátridas residentes no território nacional para as eleições dos membros dos órgãos dos municípios locais".

O sitio do Instituto Governamental de Comunidades de Cabo Verde afirma que tal medida foi adotada "para estimular a reciprocidade dos países de acolhimento dos

¹⁰⁷ "Des registres de population vers un Registre national des personnes physiques, 05/07/2007". SPF Intérieur - Registre National. 5 July 2007. Retrieved 2007-12-04

¹⁰⁸ "Statistiques pour les Européens". M.I.B.Z. Direction Elections. 14 August 2000. Archived from the original on October 7, 2003. Retrieved 2007-12-04.

¹⁰⁹ "Statistiques officielles des électeurs (Situation au 1 août 2006)". Direction générale Institutions et Population. August 2006. Archived from the original on 2011-07-06. Retrieved 2007-12-04

¹¹⁰ "Constitution of the Republic of Bulgaria". Council of Ministers of the Republic of Bulgaria. February 2005. Archived from the original on 2011-06-05. Retrieved 2007-12-13.

¹¹¹ "Constituição da República de Cabo Verde" (PDF) (in Portuguese). Archived from the original (pdf) on 2008-02-15.

migrantes cabo-verdianos" ¹¹².

Uma lei n. 36/V/97 foi promulgada em 25 de agosto de 1997, regulando o "Estatuto do Cidadão Lusófono", referente a cidadãos de qualquer país membro da Comunidade de Países de Língua Portuguesa (artigo 2). O estatuto, em seu artigo 3, traz a informação de que "ao cidadão lusófono com residência em Cabo Verde é reconhecida a capacidade eleitoral ativa e passiva para as eleições municipais, nos termos da lei. O cidadão lusófono com residência em Cabo Verde tem o direito de exercer atividade política relacionada com a sua capacidade eleitoral"¹¹³.

O artigo 8.º da Lei Eleitoral Local de 2004 (Nacionais de Outros Estados-Membros) (N.98 (I) / 2004) permite que os residentes da UE votem em eleições locais. Os eleitores têm que se registrar; uma vez registrados, eles são submetidos ao voto obrigatório como cidadãos de Chipre. Os eleitores da UE não podem concorrer à eleição como prefeito ou presidente do conselho e, se eleitos para o conselho local, eles não podem ocupar o cargo de vice-prefeito ou vice-presidente¹¹⁴. O nº 2 do artigo 9º da Lei de 2004 relativa à eleição de deputados ao Parlamento Europeu (nº 10 (I) / 2004) permite aos residentes da UE votar e candidatar-se às eleições para o Parlamento Europeu ¹¹⁵.

Em dezembro de 2001, os direitos de voto nas eleições autárquicas foram aprovados para "qualquer pessoa singular que tenha atingido a idade de 18 anos, seja cidadão de um país estrangeiro e tenha residência permanente registrada no município" a República Checa era vinculada e que foi promulgada de forma estipulada.¹¹⁶ "Em novembro de 2002, apenas os cidadãos da UE se beneficiaram de tal tratado¹¹⁷. Um ato sobre as eleições para o Parlamento Europeu foi adotado em março de 2003.

Os cidadãos da Commonwealth podem votar nas eleições parlamentares. Eles

¹¹² "Cidadania" (in Portuguese). Instituto das Comunidades de Cabo Verde. Archived from the original on August 14, 2007.

¹¹³ "Lei nº36/V/97 - Estatuto de Cidadão Lusófono - Cabo Verde" (in Portuguese). "Boletim Oficial", I Série, N.º.32, 25 de Agosto de 1997, Cabo Verde. Archived from the original on 2003-06-21.

¹¹⁴ "Local elections (Cyprus)". Your Europe portal (by the European Commission).

¹¹⁵ "EU Parliament elections (Cyprus)". Your Europe portal (by the European Commission).

¹¹⁶ "ACT of 12th April 2000 on Municipalities (Establishment of Municipalities)". Archived from the original (– Scholar search) on November 6, 2005.

¹¹⁷ "foreign residents and voting rights for the municipal elections - mail exchange with an official of the Czech Ministry of Interior"

não são elegíveis para as eleições diretas para a Casa da Assembleia, mas podem ser nomeados ou eleitos como senadores (9 membros do parlamento que podem ser indicados pelo presidente ou eleitos pelos outros membros da Casa da Assembleia). "Fidelidade a um Estado estrangeiro" é um critério de inelegibilidade¹¹⁸.

Os residentes da UE têm direito de voto e elegibilidade para as eleições locais e europeias.

Na França, o Partido Socialista discutiu o alargamento do direito de voto aos estrangeiros desde o início dos anos 80 (foi a 80ª proposta do programa eleitoral de 110 propostas para a França de 1981), mas, como uma mudança constitucional seria necessária, a proposta foi barrada pelo Senado. A alternativa teria sido um referendo, mas, como se supunha que a maioria da opinião pública era contra, isso poderia resultar em uma derrota do governo. Em 3 de maio de 2000, um projeto de lei foi votado pela Assembleia Nacional pela esquerda e dois deputados da União para a Democracia Francesa, mas foi bloqueado pelo Senado.

As pesquisas realizadas em 2012 sugeriram que a maioria da opinião pública ainda se opunha a essa ideia,¹¹⁹ embora Nicolas Sarkozy e alguns outros proeminentes políticos de direita como Philippe Séguin (candidato à prefeitura de Paris em 2001), Gilles de Robien e Jean-Louis Borloo tenham declarado publicamente que eles o apoiaram pessoalmente, mas que respeitariam a oposição dentro de seus próprios partidos. Em janeiro de 2006, os senadores de esquerda tentaram novamente incluir na agenda a permissão para que os estrangeiros votassem, mas a maioria de direita novamente a bloqueou.

No fim dos anos 1990 e início dos anos 2000, alguns referendos locais simbólicos sobre o assunto foram organizados sob os auspícios da Liga dos Direitos do Homem ou das autoridades municipais, um deles em Saint-Denis, por iniciativa do Partido Comunista. O tribunal administrativo de Cergy decidiu em 2006 que os referendos não eram juridicamente vinculativos. Outras municipalidades comunistas ou socialistas organizaram tais referendos, incluindo Le Blanc-Mesnil (PCF), Bondy (PS), Stains (PCF), La Courneuve (PCF) e Aubervilliers (PCF)¹²⁰.

¹¹⁸ "Dominica - House of Assembly". Inter-Parliamentary Union.

¹¹⁹ "L'hostilité des Français au vote des étrangers se renforce". Le Figaro.

¹²⁰ "Noncitizen voting around the world: - France". immigrantvoting.org. 27 March 2006. Archived from the original on 20 June 2007

O terceiro e último caso a ser detalhado diz respeito aos Estados que não permitem voto de estrangeiro nas eleições nacionais antes de tirar a nacionalidade.

Em fevereiro de 1989, o estado de Schleswig-Holstein aprovou os direitos de voto locais para residentes de cinco anos da Dinamarca, Irlanda, Noruega, Holanda, Suécia e Suíça; o estado de Hamburgo aprovou a votação local para residentes de oito anos. Ambos foram considerados inconstitucionais pelo Tribunal Constitucional Federal da Alemanha em 31 de outubro de 1990 (decisão 83, 37), que interpretou o artigo 28 da Lei Básica como significando apenas cidadãos alemães residentes no território daquela unidade administrativa, quando declarou que "o povo" deve ser representado por eleição em distritos e municípios¹²¹. Entre 1995 e 1999, todos os Estados foram obrigados a mudar sua legislação a fim de cumprir a diretiva europeia 94/80 / CE de 19 de dezembro de 1994, relativa aos direitos de voto e elegibilidade para residentes da UE nas eleições locais e distritais.

Em 1998, houve um governo de coalizão entre os socialdemocratas e os verdes para o primeiro gabinete de Schröder, incluindo o direito de voto para todos os residentes nas esferas municipal e distrital, mas a oposição liderou uma dura campanha para as eleições regionais de 7 de fevereiro de 1999. O estado de Hesse, principalmente centrado tanto na reforma planejada da lei de nacionalidade alemã quanto na perspectiva dos direitos de voto de não cidadãos, ganhou essas eleições e obteve a maioria na Câmara Alta federal, onde bloqueou qualquer iniciativa sobre direito de voto e forçou o governo a adotar uma reforma menos abrangente da lei da nacionalidade¹²². Os direitos de voto no âmbito federal são exclusivos aos cidadãos canadenses¹²³.

7 A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DA PESSOA MIGRANTE NO BRASIL

7.1. Aspectos Normativos

O artigo 12 §1 da Constituição Brasileira de 1988 estabelece que "os direitos

¹²¹ Dr. Gotthard Wöhrmann (September 25, 2006). "Contentieux constitutionnel: Introduction - B. II. Compétences de la Cour constitutionnelle fédérale". BIJUS (in French).

¹²² "Germany: Dual Nationality Change". Migration News Vol. 6 No. 4. March 1999.

¹²³ "Canada Elections Act - Part one - Electoral rights - article 3". Elections Canada. 22 June 2007. Retrieved 2007-12-04.

inerentes aos brasileiros (antes de 1994 emenda constitucional, "brasileiros natos"¹²⁴) serão imputados a cidadãos portugueses permanentemente residentes no Brasil, se aos brasileiros for oferecida reciprocidade de tratamento, exceto nos eventos estabelecidos nesta Constituição.

No Artigo 14, consta: "Os estrangeiros não podem se registrar como eleitores" e "As condições de elegibilidade, de acordo com a lei, são as seguintes: I. Nacionalidade brasileira (...)". O Tratado de Amizade, Cooperação e Consulta entre o Brasil e Portugal foi assinado em 22 de abril de 2000 e promulgado em 2001 pelo Decreto nº. 3927/2001. Praticamente, o cidadão português que reside regularmente no Brasil e deseja usufruir do "Estatuto de Igualdade" sem perder a cidadania original para o Ministério da Justiça, pode gozar dos direitos políticos se residir no Brasil por três anos, ler e escrever em português¹²⁵.

Recentemente foi aprovada a nova lei de migração no Brasil, considerada uma das mais avançadas na área de migração em todo o mundo, por assegurar princípios e diretrizes vanguardistas no campo dos Direitos Humanos. É tida como inovadora no tratamento humanitário dispensado aos imigrantes, na não criminalização da migração, no repúdio ao racismo, à xenofobia e a qualquer forma discriminatória, dentre outras coisas. No entanto, vários desses direitos e garantias já eram asseverados constitucionalmente a todas as pessoas no território nacional, sendo assim, uma reafirmação da Lei Maior nesses quesitos.

A nova Lei de Migração (Lei nº 13.445 de 24 de maio de 2017) faz um liame dos seus princípios com a prevalência dos Direitos Humanos, que é um princípio constitucional trazido pela Carta de 1988, reforçando o respeito aos direitos e garantias do ser humano, com finalidade precípua a proteção institucionalizada da dignidade do indivíduo contra qualquer tipo de abuso ou excesso cometido arbitrariamente pelo poder público. Os direitos e as garantias não são absolutos, em regra, são limitados pela lei (BULOS, 2012; PAULO; ALEXANDRINO, 2017).

A seção II, do capítulo I, da Lei nº 13.445/2017, traz explícito em seu bojo alguns princípios e garantias específicos, em consonância com a Constituição de

¹²⁴ "Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (" (in Portuguese). Presidência da República. 2007.

¹²⁵ "Estrangeiros "Nacionalidade e Naturalização" Igualdade de Direitos" (in Portuguese). Ministério da Justiça. 2007. Archived from the original on 2007-12-14.

1988, que nortearão a política migratória brasileira. Dentre eles, destacam-se: o princípio da universalidade, da indivisibilidade e da interdependência dos Direitos Humanos; da igualdade de tratamento e oportunidade; a garantia ao migrante, em condição de igualdade com os nacionais da inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade; os direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos.

Em se tratando do princípio da universalidade, ele caracteriza-se pela sua abrangência, envolvendo todas as pessoas sem distinção de cor, nacionalidade, raça, sexo, crenças, convicções políticas, filosóficas ou religiosas.

Já o princípio da interdependência diz respeito à ligação que um princípio possui com os demais, ou seja, apesar de sua autonomia, um princípio precisa do outro para atingir sua finalidade. O princípio da interdependência mostra que, apesar da autonomia das previsões legais, há um liame entre os dispositivos para que a finalidade proposta seja atingida. Um exemplo é o acesso a serviços públicos de saúde, que está ligado ao direito à vida.

Em relação ao estrangeiro, o *caput* do artigo 4º, da Lei nº 13.445/2017, indica que “ao migrante é garantida no território nacional, em condição de igualdade com os nacionais, a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (...)”, isto é, a Lei de Migração apenas enfatiza a norma constitucional, o que a Lei Máxima preceitua quanto ao tratamento dispensado em condição de igualdade entre os nacionais e os imigrantes, em relação a proteção e gozo dos direitos fundamentais, dentro do território nacional.

Quanto ao direito à liberdade, em sua ampla acepção, envolve os direitos e liberdades civis, sociais, culturais e econômicos (art.4º, I); direito à liberdade de circulação (art.4º, II); direito à reunião familiar (art.4º, III); direito de reunião (art.4º, VI); direito de associação (art.4º, VII); dentre outras expressões de liberdade asseguradas no artigo 5º, da Constituição de 1988.

Outro direito abordado é o da igualdade, sem dúvida fundamental, porque dele decorrem outros como o repúdio e prevenção à xenofobia, ao racismo e a quaisquer formas de discriminação (art. 3º, II); não discriminação em razão dos critérios ou dos procedimentos pelos quais a pessoa foi admitida em território nacional (art. 3º, IV); igualdade de tratamento e de oportunidade ao migrante e a seus familiares (art. 3º,

IX); direito à educação pública, vedada a discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (art. 3º, X); garantia de cumprimento de obrigações legais e contratuais trabalhistas e de aplicação das normas de proteção ao trabalhador, sem discriminação em razão da nacionalidade e da condição migratória (art. 3º, XI) etc.

Dentre todos os direitos trazidos pela nova lei estão, também, o direito de reunião (art.4º, VI, da Lei nº 13.445/2017) e direito de associação (art.4º, VII, da Lei nº 13.445/2017). Saliente-se que eles são previstos constitucionalmente, no artigo 5º, e têm conexões com o direito de liberdade de expressão. O direito de reunião é um direito individual de se juntar conscientemente com outras pessoas, previamente convocadas, para durante um lapso temporal pré-definido e de forma organizada compartilharem objetivos comuns. Ao mesmo tempo, é uma garantia coletiva de agrupamento para livre manifestação de seus pensamentos, concedida pela Constituição (art. 5º, XVI, da CF), desde que a finalidade seja lícita e pacífica.

Já a liberdade de associação atende a diversas necessidades do ser humano e a fins variados. O direito de associação é pleno para fins lícitos e deve ser exercido de forma livre; não é permitida a associação imposta de qualquer natureza (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI da CF). A lei pode estabelecer certos critérios à criação de associações, mas cada pessoa tem o direito à livre associação. Apesar de a titularidade ser individual, o cumprimento só pode ser exercido pela coletividade, ou seja, só há associação com várias pessoas.

A nova Lei de Migração também garante o direito do imigrante de se associar a reuniões políticas e sindicatos, mas não prevê o direito ao voto aos imigrantes, o que é proibido pela Constituição.¹²⁶

Por causa da contradição entre o conceito de cidadania moderna e a cidadania associada ao Estado nacional (que considera que um cidadão deve ser sempre membro de uma nação), muitas democracias liberais procuraram resolver este problema, dissociar alguns direitos de cidadania e redefinir Direitos Humanos universais, garantindo o acesso às liberdades civis, políticas, sociais, de saúde e serviços de educação, bem como os direitos específicos para os migrantes como no caso do reagrupamento familiar.

¹²⁶ Art.14. § 2º Não podem alistar-se como eleitores os estrangeiros e, durante o período do serviço militar obrigatório, os conscritos.

No entanto, os direitos de participação política continuam sendo uma exceção. Isso coloca um problema de legitimidade democrática, uma vez que os migrantes estão sob as leis e a autoridade governamental dos países de destino sem ter participação na formulação dessas leis. Duas soluções surgiram para esse tipo de problema: a opção dominante era facilitar e agilizar o processo de naturalização dos imigrantes; enquanto a opção menos escolhida era conceder o direito de voto aos imigrantes residentes.

O Brasil possui 735.000 imigrantes, ou 0,4% da população; a nova lei de imigração não estipulou explicitamente participação política, mas facilitou o processo de naturalização, garantindo o direito de expressar opiniões e filiação a associações, sindicatos, partidos e atividades políticas de caráter pacífico.

7.2. Participação nas atividades sindicais e partidárias das pessoas migrantes no Brasil

O ato abstrato não é uma atividade política, mas pode ser influenciado pela política em termos das leis que o organizam (direitos, deveres e garantias judiciais e humanitárias). No entanto, quando um migrante (trabalhador ou investidor) é incorporado ao sindicato, seu trabalho se torna político.

O sindicato não é apenas um defensor judicial de seus membros, mas é considerado um peso político e público que pode afetar a política ou as leis públicas do país. Portanto, é fundamental que se faça um breve estudo da realidade dos estrangeiros sindicalistas no Brasil, lembrando de antes esclarecer os direitos do trabalhador estrangeiro no Brasil.

Os trabalhadores estrangeiros, assim como qualquer brasileiro, também são objeto de proteção legal. O art. 5º da Constituição Federal é a norma base de atribuição de direitos aos estrangeiros.

Estrangeiros que laboram no Brasil são protegidos pelas leis trabalhistas brasileiras, fazendo jus aos direitos previstos na Consolidação das Leis do Trabalho. Além dos direitos à jornada de trabalho de oito horas diárias e quarenta e quatro semanais, a horas extraordinárias, ao salário mínimo, ao intervalo intrajornada e Inter jornada, à anotação na carteira de Trabalho, a férias, ao décimo terceiro salário e ao repouso semanal remunerado, aos trabalhadores estrangeiros também são aplicadas

as normas relativas à saúde e segurança no trabalho.

Apesar da situação migratória irregular, muitos migrantes conseguem trabalhar no país. Por se encontrarem nesta condição, normalmente se submetem a trabalhos em condições análogas ao de escravo. O setor de confecções é um dos que mais absorve esse tipo de mão de obra. Tal fato se deve à necessidade em reduzir os custos da produção e, simultaneamente, furtar-se do alcance da jurisdição trabalhista, haja vista que dificilmente esses trabalhadores levarão suas contendas ao Poder Judiciário.

Segundo o art. 125, VII, da lei n.6.815, constitui infração, punível com multa, empregar ou manter a seu serviço estrangeiro em situação irregular ou impedido de exercer atividade remunerada. O art. 359 da CLT veda à empresa admitir a seu serviço empregado estrangeiro sem que este exiba a carteira de identidade de estrangeiro devidamente anotada. Apesar dessas normas, o TST reconhece que o estrangeiro em situação migratória irregular deve ter os direitos decorrentes da relação de emprego resguardados, conforme demonstra o trecho da descrição transcrito:

RECURSO DE REVISTA - CARÊNCIA DE AÇÃO - VÍNCULO EMPREGATÍCIO ESTRANGEIRO EM SITUAÇÃO IRREGULAR. A Constituição Federal adota como fundamentos da República o valor social do trabalho e a dignidade da pessoa humana (art. 1º, III e IV), os quais demandam, para a sua concretização, a observância do direito fundamental à igualdade (art. 5º, caput). Tal direito, por sua vez, deve ser estendido a todos os brasileiros e estrangeiros residentes no País, sem distinção de qualquer natureza, salvo as limitações expressas na própria Carta Magna. A garantia de inviolabilidade do referido direito independe, portanto, da situação migratória do estrangeiro. Dessarte, à luz dos princípios da igualdade e da dignidade da pessoa humana, e em respeito ao valor social do trabalho, a autora faz jus aos direitos sociais previstos no art. 7º da Constituição da República, que encontram no direito ao trabalho sua fonte de existência, e, por consequência, ao reconhecimento do vínculo de emprego. Recurso de revista conhecido e desprovido. (Tribunal Superior do Trabalho. 1ª Turma. Recurso de Revista. Processo n. 49800-44.2003.5.04.0005, Relator: Ministro Luiz Philippe Vieira de Mello Filho. 12 nov. 2010).

7.3. Reflexos do direito à participação política e sua efetividade no Brasil a partir da análise dos resultados de pesquisas

Para conhecer o reflexo desse direito na sociedade brasileira na prática, e não apenas no âmbito da lei, foi necessário buscar estatísticas e realizar um trabalho de campo para entrevistar alguns líderes partidários e sindicalistas. Foi determinado o escopo geográfico dessas entrevistas no Estado do Paraná, entre junho e setembro de 2019.

Inicialmente foram utilizados resultados de uma pesquisa da qual este autor participou, Perfil Socioeconômico dos Refugiados no Brasil: Subsídios para elaboração de políticas, financiada pelo ACNUR, executada pela Cátedra Sérgio Vieira de Mello junto a Universidades conveniadas com o Alto Comissariado e coordenada pelo Professor Márcio de Oliveira, do Curso de Sociologia, e pela Professora Tatyana Friedrich, do Curso de Direito, ambos da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Para essa pesquisa foi estabelecido um total de 500 entrevistas. Essa amostra foi aplicada em 14 cidades, distribuídas em oito unidades da Federação - São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Rio Grande do Sul, Distrito Federal, Santa Catarina, Minas Gerais e Amazonas - que concentram 94% dos refugiados sob a proteção do governo brasileiro, no período entre junho e outubro de 2018.¹²⁷

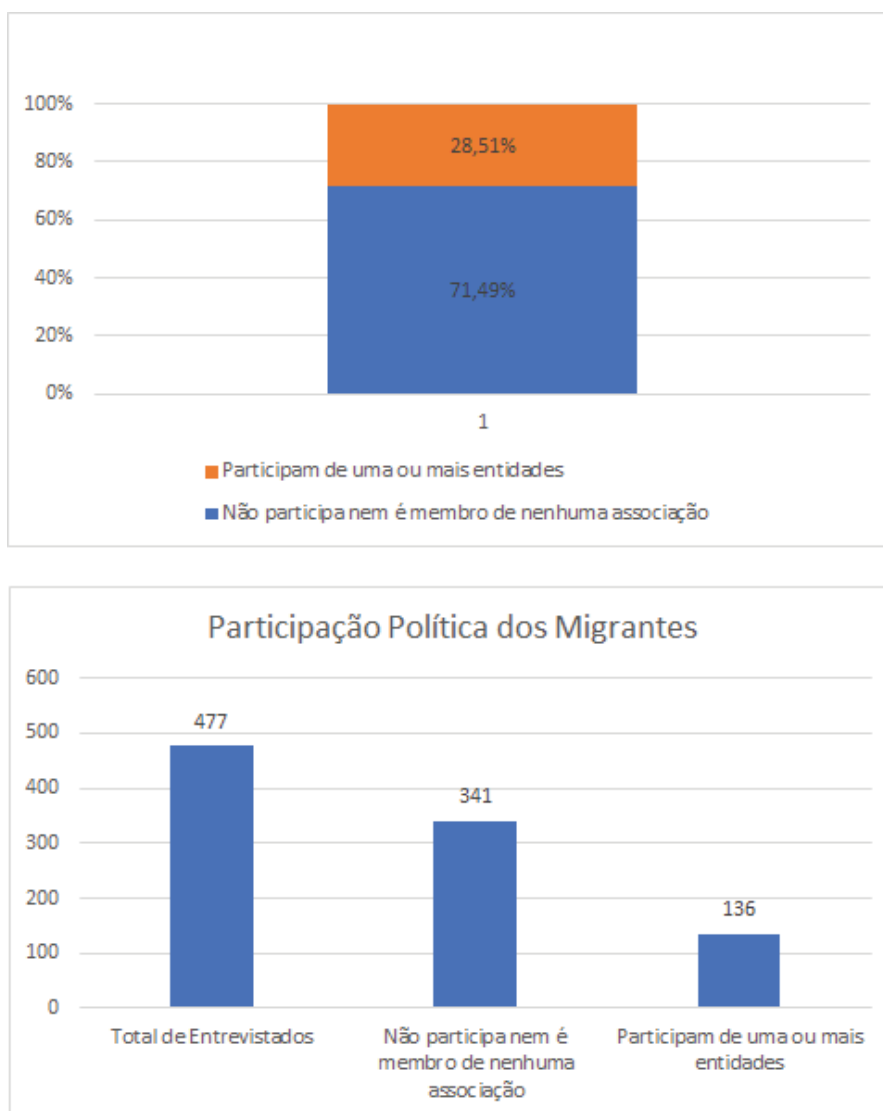
A pesquisa “Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil. Subsídios para elaboração de políticas”, em relação à participação política dos migrantes no Brasil, mostra os seguintes resultados a partir das entrevistas:

A maioria dos entrevistados (71,5% do total de 477 informantes) não participa nem é membro de nenhuma associação. Dentre aqueles, 136 refugiados que participam de uma ou mais entidades, há as associações de migrantes e/ou refugiados em primeiro lugar, com 56 casos (41,2% desse total). À exceção dessa, outros tipos de associações – acadêmicas, sindicais, de moradores etc. – foram pouco mencionadas.¹²⁸

¹²⁷ Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil. Subsídios para elaboração de políticas. Disponível em : <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/06/VOL.-II-PERFIL-SOCIOECONOMICO-DOS-REFUGIADOS-final.pdf> Acesso em 20/10/2019

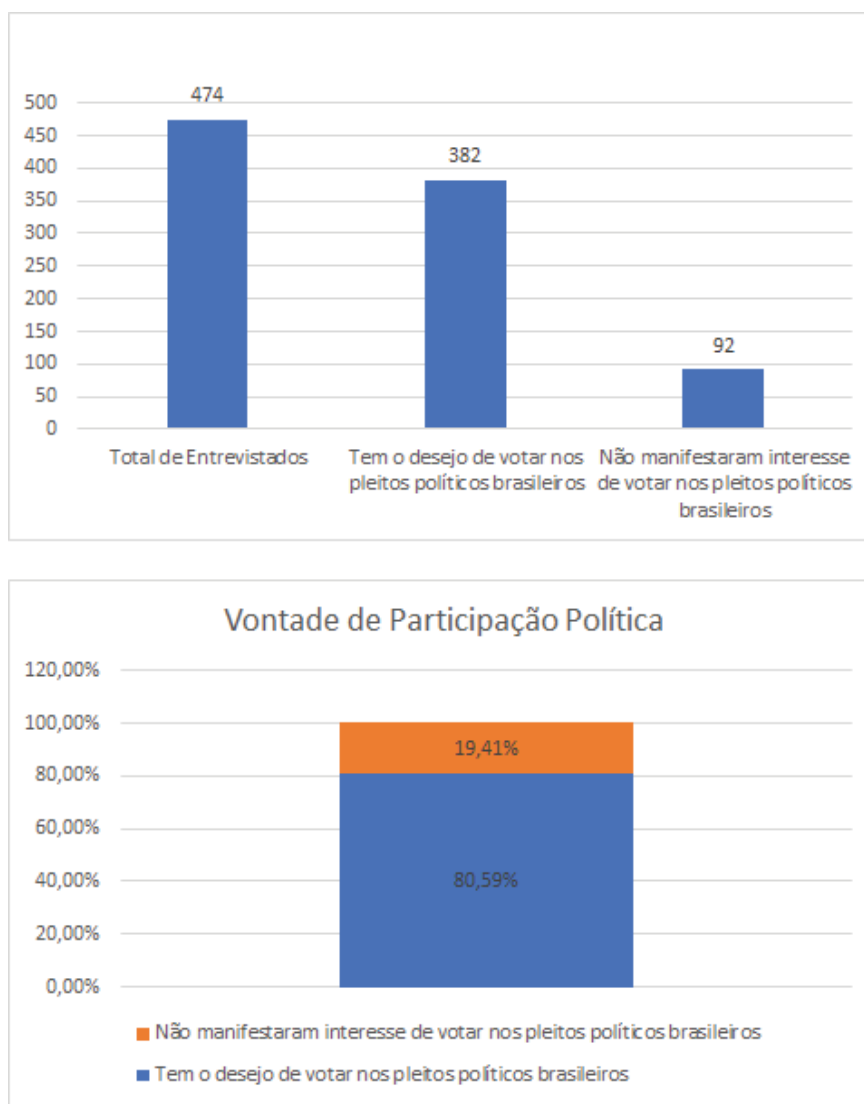
¹²⁸ Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil. Subsídios para elaboração de políticas. P 211.

GRÁFICO 1 – Participação política dos Migrantes



Do total de 474 refugiados que responderam a questão, em que se eles gostariam de ser votados ou votar nas eleições, um grupo de 382 refugiados (80,6%) revelaram o desejo de votar nos pleitos políticos brasileiros e apenas uma minoria (92 ou 19,4%) não manifestou esse interesse. Questionados sobre o desejo de serem votados para cargos políticos no Brasil, a maioria (280 ou 60%) foi favorável, o que não deixa de surpreender, porque esse tema não está presente nos debates nacionais e porque isso pode revelar conhecimento do sistema político brasileiro, das atribuições dos eleitos e, finalmente, a possibilidade de ocupar (fazer carreira em) cargos de representação política.

GRÁFICO 2 – Disposição dos Migrantes em Participar da Política



Com relação à pesquisa de campo que integra a presente Dissertação e tem a finalidade de estabelecer um diálogo entre os conceitos examinados nos capítulos iniciais com a efetiva participação política de migrantes, é preciso esclarecer que se trata de pesquisa qualitativa que entrevistou líderes partidários e sindicalistas, no Estado do Paraná, uma vez que os migrantes já haviam respondido questão sobre sua participação política na pesquisa anterior realizada pelo ACNUR.

O primeiro resultado a ser considerado parte da dificuldade encontrada em estabelecer comunicação com esses líderes, pois dentre os 10 líderes de Partidos contatados para a entrevista, 40% aceitaram, 30% não responderam e 30% não aceitaram. Em relação aos líderes sindicais, foram entrevistados 33% dos centros sindicais que foram convidados; 33% não aceitaram e 33% não responderam,

conforme se observa do quadro abaixo:

QUADRO 2 – Participação na pesquisa de Líderes Sindicais e Partidários

	Sindicatos	Partidos e Movimentos
Aceitaram	CUT - UGT	PT – PCB – PCdoB - PSOL
Não aceitaram	NCST- Força sindical	MST –PSL -PL
Não responderam	CTB - CSB	DEM – PSDB -PSD

Diante dessa dificuldade de comunicação e da baixa aceitação em discutir a questão objeto de análise da Dissertação, fica evidenciada que a participação política dos refugiados e migrantes no Brasil não integra a pauta política prioritária dessas organizações e que sequer existe debates consistentes sobre tal participação entre os dirigentes e membros.

Por outro lado, os resultados da pesquisa com líderes sindicais entrevistados, demonstra uma abertura à participação política dos migrantes nessas organizações e na vida política partidária brasileira, mas evidencia uma ausência de aprofundamento da reflexão dessas organizações sobre o assunto, como se pode observar:

- a) 100% dos entrevistados afirmaram que as organizações deles aceitam, incentivam ou efetivamente contam com a participação política de pessoas estrangeiras.
- b) 100% confirmaram a aceitação da participação política da pessoa estrangeira, tanto se for pessoa física ou jurídica, em todos os tipos que foram perguntadas. Ou seja, participação individual, apoio econômico e acordos para fins filantrópicos e culturais.
- c) 100% afirmaram que há dados referentes a essa participação.
- d) 100% consideram positiva essa participação, mas houve falta de casos específicos.
- e) 100% dos líderes sindicais desejariam participar, ativamente, na política, caso residissem em outro país, com os seguintes direitos que estão apresentadas do quadro nº 3.

Esses resultados estão consolidados no quadro abaixo:

QUADRO 3 – Os direitos relacionados ao Participação Política, que os líderes sindicais gostariam de ter, caso residissem no exterior

Com direito a voto	100%
Com direito a ser votado	50%
Em partido político	100%
Em sindicato	100%
Outros	-----

No mesmo sentido, o resultado da pesquisa realizada com dirigentes de Partidos Políticos aponta, ao mesmo tempo, para uma abertura e revela um baixo grau de preocupação com diferentes posições em relação aos tipos de participação: participação individual, apoio econômico, acordos para fins filantrópicos e culturais.

- a) 100% dos entrevistados afirmaram que as organizações deles aceitam, incentivam ou efetivamente contam com a participação política de pessoas estrangeiras.
- b) 100% confirmaram a aceitação da participação política da pessoa estrangeira (se for pessoa física) e 50% aceitam esse tipo da participação se for uma pessoa jurídica.
- c) 75% afirmaram que há dados referentes a essa participação.
- d) 100% consideram positiva essa participação; 75% não conhecem casos específicos.
- f) 100% dos líderes sindicais desejariam participar, ativamente, na política, caso residissem em outro país, com os seguintes direitos que estão apresentadas do quadro nº 4.

O quadro abaixo demonstra esses resultados consolidados:

QUADRO 4 – Os direitos relacionados ao Participação Política, que os líderes partidos políticos, gostariam de ter, caso residissem no exterior

Com direito a voto	100 %
Com direito a ser votado	100%
Em partido político	100 %
Em sindicato	100 %
Outros	-----

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão bibliográfica realizada durante a elaboração desta Dissertação, no que diz respeito aos conceitos de Estado, cidadania e soberania, atestam a influência destes conceitos para a formulação e desenvolvimento do direito à participação política na Modernidade. Em diferentes momentos históricos, conjunturas econômicas e ideologias políticas, verificaram-se transformações e modulações no conteúdo e exercício desse direito.

Tais transformações também apontam para a conclusão de que todos os direitos são resultantes de lutas sociais, no interior das sociedades e dos Estados nacionais. Além disso, contribui para a fragilidade ou reivindicação do direito à participação política dos migrantes o desenvolvimento do capitalismo em sua natureza transnacional e concorrencial. Por outro lado, as formulações que compõem os Direitos Humanos embora necessárias não são suficientes para assegurar o exercício deste direito, mesmo nos países em que a legislação nacional contém uma previsão, como é o caso do Brasil.

Com base nesses estudos, cheguei a várias conclusões relevantes para a compreensão teórica do tema específico e alcance do objetivo da pesquisa, como a noção que o Estado emergiu de a necessidade de certas classes assumirem o controle de outras, tendo surgido no decurso de um conflito entre elas. É, portanto, um instrumento da classe economicamente dominante, que, por meio do Estado, se torna uma politicamente hegemônica:

O Estado é apenas uma máquina para a supressão de uma classe por outra, e na república democrática não é menos do que a monarquia absoluta é em uma polegada. O Estado é, no melhor dos casos, um mal cujo legado é transmitido ao proletariado vitorioso, será imediatamente forçado a cortar os piores aspectos desse mal, até que uma geração crescendo em novas condições sociais livres possa anular esse estado. Marx Engels Obras completas volume 22, Editora Avante, Moscou 1982 p. 200-201.

Nesse processo histórico de construção política do Estado e de desenvolvimento dos Direitos Humanos e nacionais, o direito à participação política dos estrangeiros permanece como uma utopia, embora essa questão já tenha surgido juntamente com o problema da definição da soberania estatal e das relações internacionais entre as nações, com vistas à regulação jurídica da paz e da guerra desde o Tratado de Westphalia.

O Tratado de Westphalia é importante para compreender essa questão pois resultou de uma longa luta entre Estados e reinos em decorrência da disputa política e econômica entre eles e o papado (Igreja de Roma). A partir daí houve o lento desenvolvimento do Estado burguês. A complexidade desse processo e o desenvolvimento do capitalismo, até sua fase imperialista, resultou na necessidade de sobreposição de mercados.

As questões econômicas geradas pelo desenvolvimento do mercado e os conflitos entre Estados são elementos determinantes dos movimentos migratórios, nem sempre aparentes, mas que podem resultar em guerras capitalistas, a partir das quais surgem fórmulas jurídicas para a proteção dos indivíduos que se encontram despojados da proteção dos Estados nacionais de origem.

O aperfeiçoamento do direito à participação política de migrantes só pode, portanto, ser implementado se vier acompanhado da percepção do maquinismo e da função do Estado, sua relação com a economia capitalista e a extensão dessa relação com a democracia e a cidadania trabalhadas pelas teorias políticas ocidentais.

Assim, na elaboração da Dissertação, evidenciou-se que as experiências históricas podem ter produzido diferentes significados de cidadania no pensamento e na prática, que variam aproximando-se ou distanciando-se do conceito contemporâneo de cidadania de acordo com a percepção dos teóricos.

Na História recente, constata-se a formulação de vários sentidos do conceito de cidadania, de acordo com correntes intelectuais, sociais, políticas, que não podem ser lidas, compreendidas, criticadas se isoladas das circunstâncias, do tempo e lugar em que ocorreram. Também é preciso considerar, nessa análise, todas as dimensões econômicas, políticas, sociais, ideológicas e educacionais.

O conceito de cidadania, dessa forma, não pode ser entendido como produto do pensamento de uma única corrente teórica, mas de várias incubadoras intelectuais cujas teorias, crenças e até mesmo condições nos âmbitos local, nacional e internacional são diversas. A questão da cidadania no centro da teoria e da prática da democracia moderna e a determinação de suas dimensões e como exercê-la, decorrem do sistema no qual estão inseridos os direitos de cidadania para todos. Também é preciso levar em consideração a consciência dos cidadãos e sua perspicácia no desempenho desses direitos e deveres.

A cidadania é uma conquista diária. Não há como compreendermos o conceito de cidadania sem buscarmos uma hermenêutica da dinâmica social, isto é, considerar

seus vários aspectos e relacioná-la com os Direitos Humanos, com a democracia e com a ética.

Cidadania implica vivência na sociedade, construção de relações, mudança de mentalidade, consciência e reivindicação dos direitos, mas também cumprimento dos deveres. Isso não se aprende com teorias, mas na luta diária, nos exemplos e, principalmente, com a educação de qualidade, grande mola propulsora para que o indivíduo possa desenvolver suas potencialidades e conscientizar-se de seu papel social, que pode e deve fazer a diferença na construção de uma sociedade mais justa, livre e solidária.

A pesquisa mostrou como o direito em abstrato não permite compreender sua aplicação na sociedade, uma vez que os conceitos jurídicos não se encaixam nas condições concretas de vida de cada indivíduo, em cada ambiente social, em constante mudança. Mesmo a teoria e as declarações de Direitos Humanos trazem esses problemas na sua concepção, por isso a participação política, por exemplo, mesmo assegurada por declarações ou por direitos nacionais pode não ser exercida efetivamente. Assim o direito nacional estatal que assegura a participação política também está sujeito a esses padrões de desenvolvimento, pois foi concebido inicialmente para a preservação dos interesses dos senhores feudais e posteriormente da classe hegemônica que maneja a máquina estatal, produzida após uma longa luta de poder entre as classes da sociedade.

Após o surgimento do Estado burguês, o papel do povo tornou-se mais positivo na tomada de decisões, mesmo que fosse muitas vezes uma falsa, não real, participação, porque era, naturalmente, regida pelas regras do sistema originalmente concebido para servir a classe dominante. Essa ideia de participação política se dá na construção da cidadania e a transformação desse conceito, suas formas de mudança e sua cobertura generalizada não são a evolução da dialética Hegeliana, mas a dialética baseada em fatos materiais, que decorre da luta de classe.

Do mesmo modo, a transformação do direito à participação política em um direito fundamental do ser humano não é um dom da comunidade internacional, mas resulta de uma luta, na qual a humanidade pagou com milhões de vítimas. E continua a desenvolver-se como resultado da necessidade.

A extensão deste direito à participação política dos migrantes também não foi um presente de ninguém. Foi um questionamento natural tendo em vista que, nas últimas décadas, a questão da migração superou as expectativas, como resultado das

crises do capitalismo, de suas guerras, de sua política econômica e das alterações climáticas.

A análise mostrou que esse direito, embora não suficientemente abrangente, tem garantias no Direito Internacional que evoluíram ao longo do tempo, mas esse desenvolvimento tem sido em proporções variadas, mudando de país para país e de um sistema para outro, e as condições de sua aplicação variam, dependendo também das circunstâncias do país. Por exemplo, as garantias internacionais não foram concedidas a este direito para liberá-lo, mas para restringi-lo em muitas condições, em consonância com o resultado do conflito entre o poder dos Estados, e entre o povo e o desenvolvimento de suas necessidades contínuas, Ou seja, entre a gestão das relações sociais, e entre o desenvolvimento das necessidades políticos e culturais das próprias pessoas.

As leis internacionais relacionadas deram a autoridade ao poder dominante de interromper o exercício deste direito, em caso de circunstâncias que ameacem a segurança nacional do país. Aqui, segurança nacional é um termo amplo que aceita interpretação de acordo com o interesse da classe dominante no poder no país.

Portanto, esse direito permanece garantido até o momento que ameaça os interesses da classe dominante. Mas a própria existência desse direito é um grande progresso, pois foi resultado de uma longa luta cumulativa, que proporcionou a oportunidade para os imigrantes, em muitos países, contribuírem para a vida política, mesmo em proporções variadas, e dentro de diferentes considerações, como a exigência de naturalização em alguns países, a exigência de desfrutar de uma certa nacionalidade em outro país, e a condição de residência durante um determinado período numa terceira parte dos países. Isso é o que o estudo mostrou em detalhe por meio dos exemplos das aplicações desse direito em vários países do mundo.

Quanto ao Brasil, várias foram as conclusões, por meio do estudo teórico das leis e jurisprudência brasileira, e por meio de investigação empírica (entrevistas, estatísticas).

Ao lidar com o direito de participação política dos estrangeiros, o Estado brasileiro abraça plenamente a teoria do Estado-nação, que é compatível com a natureza de classe dominante no poder brasileiro, uma extensão do positivismo, e uma das heranças do colonialismo.

Uma série de características desse direito foram identificadas e podem ser sintetizadas nos seguintes itens de maneira conclusiva: O direito à participação

política parcial dos migrantes é um direito novo na jurisprudência e na legislação brasileira, uma vez que não existia antes da Lei nº13.455/17 ter sido publicada. Neste aspecto levou-se em consideração as recomendações das Nações Unidas e a experiência europeia sobre essa questão. A Lei também foi resultado de uma longa luta entre os teóricos e movimentos dos Direitos Humanos no Brasil e a estrutura do Estado burguês.

Essa lei deu aos migrantes muitos direitos com uma dimensão política, como o direito de estabelecer organizações e associações políticas pacíficas, o direito de pertencer a sindicatos, partidos políticos, e a eleição e votação dentro da estrutura organizacional desta União, partidos ou organizações políticas. No entanto, no âmbito do direito do trabalho, no acesso a funções públicas, na participação em eleições gerais em todas as esferas (municipais, estaduais e federais), permaneceram limitados aos cidadãos nacionais, ou a estrangeiros após a naturalização, com algumas exceções.

Na pesquisa realizada pelas universidades que compõe a Cátedra Sérgio Vieira de Melo – ACNUR, 95% dos imigrantes no Brasil que são elegíveis para o asilo expressaram o desejo de votar e concorrer a todos os cargos políticos no Brasil. Isso reflete o sentido e o desejo atuais e inerentes à participação política entre os imigrantes, e como esse direito se tornou um requisito básico do ser humano, como o direito ao trabalho, à educação, a expressar opiniões etc. Isso também foi provado pela última pergunta do questionário usado nas entrevistas.

Apesar do desejo das partes interessadas (imigrantes) para exercer este direito, e a aprovação da nova lei de imigrantes para uma parte deles, os exemplos práticos ainda são poucos e têm pouco impacto sobre a sociedade. Isso é evidenciado pelo fato de que a maioria daqueles que foram chamados para as entrevistas, realizadas durante a elaboração da Dissertação, ou rejeitou a ideia totalmente, e isso expressa a desaprovação da ideia, ou não responderam a nada, ou expressa a indiferença ou falta de importância na vida política do partido ou do sindicato.

As pistas fornecidas pelas entrevistas refletem uma avaliação muito positiva da participação de migrantes na política brasileira, mas com hesitação em saber se o estrangeiro é uma pessoa física ou jurídica. Sabemos que uma pessoa jurídica estrangeira, como bancos e grandes empresas estrangeiras, por meio de *lobbies* e financiamento, tem influência no poder brasileiro que muitas vezes excede a extensão da influência do povo no poder, devido à composição do Estado e do poder no Brasil.

Um outro aspecto que aponta para uma elaboração conclusiva sobre as dificuldades em se ter a efetiva participação política de migrantes, no Brasil, e que foi detectada pela pesquisa de campo, pode ser observada pela falta de conhecimento dos entrevistados a respeito desse direito, das questões migratórias, das mudanças legislativas e da vida política nacional. Tal desconhecimento pode ser atribuído primeiro ao caráter recente da Lei de Migrações, sendo importante esperar mais um tempo para se notar se gerará ou não efeitos práticos.

Além disso, em virtude de todos os acontecimentos dramáticos ocorridos nos últimos cinco anos, na política e no Estado brasileiro, houve o declínio da confiança pública em partidos políticos, como resultado do sistema de corrupção estrutural. Também ocorreu um declínio do papel político dos sindicatos, que ficou limitado a resolver demandas simples que não afetam a política pública do País.

Surge desses fatos uma progressiva perda de confiança do cidadão brasileiro em relação essas organizações, que também se estenderam às pessoas imigrantes. Isso justifica, na minha opinião, o momento da publicação da nova Lei de Migrações, que acaba por dar liberdade de participação política para os estrangeiros, pois essas organizações e sindicatos, devido à perda de confiança, já não representam uma ameaça à segurança nacional do ponto de vista da classe dominante e seus teóricos no país.

Por fim esta conclusão pode parecer mais política e filosófica do que jurídica, mas, do meu ponto de vista, esta é a essência dos direitos, e não é a sua forma. Como afirma Joaquin Herrera Flores, os Direitos Humanos são uma luta, e espero que esta Dissertação ajude a esclarecer alguns aspectos teóricos e contribuir para o avanço efetivo da participação política dos migrantes no Brasil.

REFERÊNCIAS

- ABDEL BARI, Mohamed. Liberdade e Estado. Cairo: Editora Acreditação de Imprensa, 1926.
- Abu al-Wafa, Ahmad: o direito humanitário e o direito internacional, p 122-123, editora ALMAAREF- Egito 1989
- AL-KUWARI, ALI KHALIFA. O Conceito de Cidadania no Estado Democrático, Bagdad Editora Alfarabi, p23. 2000.
- AL-KUWARI, ALI KHALIFA. O Conceito de Cidadania no Estado Democrático, Damasco: Editora Ibn Khaldun, 2000.
- AL-QARADAWI, Yusuf. A Solução Islâmica: Obrigação e Necessidade. Beirute: Editora A Base da Mensagem, 1974.
- AL-REIDI, MASOUD MOUSA. O Impacto da Globalização na Cidadania. Jornal Árabe de Ciência Política. Beirute. Centro de Estudos da Unidade Árabe, Nº 19, 2008.
- AYO, Hassan. O conceito de cidadania, diálogo urbano, no. 1471, Damasco: Editora Ibn Khaldun 2006.
- B, David. Ghonaim, Mustafa Mohamed. Prospectiva, Direitos Humanos: Política e Estado. Cairo: Sociedade Egípcia para a Difusão do Conhecimento e da Cultura Mundial, 1993.
- Bosniak, linda. Soysal, yasemin. Baubock, Rainer. Cidadanía sin nacion: Desnacionalizando la ciudadanía. Bogotá: editora siglo de hombre editores, 2010.
- CIDADANIA, STANFORD ENCYCLOPEDIA OF PHILOSOPHY, 2017.
- CORTES, Lourdes; ALVIM, Rafaela. Entrevista sobre trabalho estrangeiro com Camila Costa. Os 20 profissionais estrangeiros mais procurados. BBC Brasil. Disponível em: <http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2013/04/130326_wanted_migrants_clickable.shtml>. Acesso em: 05 maio 2013.
- DECLARAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS E DO CIDADÃO – 1789. Universidade de São Paulo. Biblioteca Virtual de Direitos Humanos. 1978. Acesso em 16/09/2012.
- DELPIER, Morse. Dhiab, Hisham. sociologia da política, Damasco. Editora Ibn khaldun 1980.
- ESPANHA, George. A Evolução do Pensamento Político, traduzido por Hassan Jalal al-Arousi, Egito: editora al-Maarif, 1992.
- FREUND, Julian. o que é política: tradução de Ali Adib. Damasco, editora Ataliaa, 1981.
- Henry McDonald. "EU migrants living in Ireland to be allowed to vote". the Guardian.
- IBIN KHALDOUN, Abdel Rahman. A Introdução, Beirute: editora Casa do Patrimônio Árabe, 2013.
- JINKO, ALAA EDDIN ABDUL RAZZAQ. Cidadania Entre a Política da Sharia e os Desafios Contemporâneos. Bagdad. Editora Al-farabi 2012.
- JAMIN RASKIN, « Legal Aliens, Local Citizens: The Historical, Constitutional and Theoretical Meanings of Alien Suffrage [archive] », University of Pennsylvania Law Review, 1993, 141:1391-1470.
- JEAN-LUC GASSMANN, JURA ET NEUCHÂTEL : L'extension du droit d'éligibilité des étrangers se poursuit, Institut du fédéralisme, Université de Fribourg, juin 2007
- MADANI, Abbas. A crise do pensamento moderno e as justificativas da solução islâmica. Meca: editora Al-Manara 2015.
- MAJZOUB, Mohamed Said, Liberdades Públicas e Direitos Humanos, Líbano: editora Gross Press Publications.2009.

- MARCIANO, Jacques. O Indivíduo e o Estado, traduzido por Abdullah Amin, Bagdá, editora Al-farabi 1962.
- MELO, Getúlio Costa. Evolução histórica do conceito de cidadania e a declaração universal dos direitos do homem, publicado por jusbrasil 2013.
- Mohamed Abdel Bari, Liberdade e Estado, p 138, Egito: editora Al-Amad Press, 1926.
- MUSAB, Hassan. Ciência Política. Beirute: editora Al-Ilm por milhões, 2010.
- Masoud Mousa Al-Reidi, (O Impacto da Globalização na Cidadania), Jornal Árabe de Ciência Política. (Beirute: Centro de Estudos da Unidade Árabe), nº 19, 2008 p.15.
- QASSEM, Abdul Sattar. Liberdade do indivíduo e da comunidade no Islã, I 1. Palestina: editora Dar Al Mustaqbal, 1998.
- Hadi al-shaib, pr. Radwan yahya. Introdução À Política E Relações Internacionais. The Arab Democratic Center, edição de 2017. P 835.
- Perfil socioeconômico dos refugiados no Brasil. Subsídios para elaboração de políticas. P 211.
- <https://www.acnur.org/portugues/wp-content/uploads/2019/05/Resumo-Executivo-Versa%CC%83o-Online.pdf>
- RAHIM, KADHIM – THAER. Globalização, Cidadania e Identidade, Discutir O Impacto da Globalização Sobre a Identidade Nacional e nas Comunidades Locais, IRAQ, QADISIYAH: No Jornal de Artes e Ciências da Educação, nº 1, Vol. 8, 2009.
- SARAJ, Abud. A participação política na nova constituição Síria de 2012, p 5, revista da Universidade de Damasco, 2013.
- SHANTAWI, Faisal. Direitos Humanos e as Liberdades Fundamentais, 1. Amman: editora Hamed, 1998.
- TAQI AL-DIN, Nabhani. O Sistema de Governo no Homem: I: 3. Damasco, editora Assad, 1990.
- Thaer Rahim Kazem, Globalização, Cidadania e Identidade, Pesquisa sobre o Impacto da Globalização na Afiliação Nacional e Local em Sociedades, Revista Qadissiya de Artes e Ciências da Educação, Vol. 1, Volume 8, 2009
- Tahar Abou El Farah, "Le Maroc veut accorder le droit de vote aux étrangers pour les municipales", Le Soir Échos, 17 December 2008
- YOUSEF, Ahmed. Conselho de Segurança das Nações Unidas, Gulf Crisis Management, Política Internacional, No. 103. Damasco: editora Ibn khaldun janeiro de 1991.
- Waldrauch, Harald (February 2003). "Electoral rights for foreign nationals: a comparative overview of regulations in 36 countries" (PDF). National Europe Centre Paper. European Centre for Social Welfare Policy and Research (Vienna) (73)
- ZAHER, Ahmed. Human Rights: 2: Amã, editora Al-Carmel, 1988.

ANEXO 1 – QUESTIONÁRIO PARA ENTREVISTAS

1. A qual tipo de organização o (a) senhor(a) pertence e qual sua participação política na atualidade?

Resposta: _____

2. A sua organização aceita, incentiva ou efetivamente conta com a participação política de pessoas estrangeiras?

Resposta: _____

3. Em caso afirmativo, qual o tipo de participação?

() Participação individual.

() Apoio econômico.

() Acordos para fins filantrópicos e culturais.

4. A sua organização tem dados referentes a essa participação?

Resposta: _____

5. Considera positiva ou negativa essa participação? Pode citar algum caso em específico?

Resposta: _____

6. Se o senhor (a) residisse em outro país, desejaria participar, ativamente, na política?

() Sim () Não

De que forma e em que tipo de organização?

() Com direito a voto

() Com direito a ser votado

() Em partido político

() Em sindicato

() Outros _____